

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARILENE LIÉGE DARÓS

**POBREZA, RESENTIMENTOS E LUTA POR RECONHECIMENTO:
UM ESTUDO NA ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS - PORTO ALEGRE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**SÃO LEOPOLDO
2009**

MARILENE LIÉGE DARÓS

**POBREZA, RESENTIMENTOS E LUTA POR RECONHECIMENTO:
UM ESTUDO NA ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS - PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger

São Leopoldo

2009

Ficha catalográfica

D224p Darós, Marilene Liége
Pobreza, ressentimentos e luta por reconhecimento:
um estudo na Ilha Grande dos Marinheiros – Porto Alegre./
por Marilene Liége Darós. – 2009.
157 f.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2009.

“Orientação: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger,
“Ciências Humanas”.

1. Sociedade – Grupos de Trabalho - Pobreza. 2. Pobreza –
Valorização do trabalho. 3. Catadores – Valorização do Trabalho
4. Luta de classe – Catadores – Ilha dos Marinheiros. I. Título.

CDU 304:061. 28(816.5)

Catlogação na Publicação:
Bibliotecária Carla Inês Costa dos Santos- CRB 10/973

Dedico o presente trabalho à memória de meu pai, Pedro Darós, e especialmente à minha mãe, Maria Lidia Silveira Darós, que me apoiou até o fim desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Realizar este mestrado não foi uma tarefa fácil, mas foi um compromisso prazeroso. A sensação de estar superando meus limites foi agradabilíssima e só foi possível porque estive disponível para conviver.

Convivi comigo mesma, com meus fantasmas pessoais e com uma força maior, na qual confio e na qual me amparava quando pressentia que não iria conseguir concluir esses estudos. Convivi com meus colegas, ouvindo suas histórias e falando das minhas, buscando um sentido para tudo o que acontecia. Convivi com minha família, que me apoiou até o fim da jornada. Convivi com minhas filhas, Esther e Sarah, que me animavam e viram em mim um exemplo. Convivi com meus amigos, tolerantes em me ouvir nas alegrias e nas tristezas, e com aqueles amigos que, mesmo com a minha ausência, se fizeram presentes, mandando mensagens de encorajamento.

Nesta convivência, aprendi muito de mim mesma e da importância que os outros têm em minha caminhada. Com a convivência na comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros, deparei-me com meu maior aprendizado. Aprendi sobre o amor com pessoas que amam mesmo com suas carências, aprendi sobre a riqueza com aqueles que com muitas necessidades transformam o meio em que estão. Aprendi a ser parceira com aqueles que vivem cotidianamente o abandono.

Preciso agradecer as oportunidades que a vida me proporcionou. Agradecer àqueles que me ensinaram: os meus professores, os quais, com suas qualidades e limitações, colocavam muita paixão no que transmitiam, motivando-nos a continuar nossa caminhada. Quero agradecer ao professor Édison Gastaldo, com o qual tive disciplinas em todos os semestres do mestrado; à professora Marília Veronese, uma grande amiga; ao Padre José Odelso Schneider, que garantiu a continuidade de meus estudos; ao professor Carlos Gadea, que no primeiro ano no curso nos acompanhou com acaloradas discussões acadêmicas.

Agradeço principalmente ao meu orientador, Luiz Inácio Gaiger: em nenhum momento, transpareceu desistir de mim, mesmo nos momentos de maior dificuldade. Com seu nível de exigência, ele não se importava em se deslocar para onde eu estava no conhecimento e me ajudar a desenvolver o raciocínio. A contribuição dele foi fundamental para este meu crescimento intelectual.

Nesse momento, vivo um misto de alegria e de tristeza. Alegria de estar finalizando uma tarefa e tristeza de saber que vou conviver um tempo menor com pessoas tão queridas. O aprendizado neste mestrado foi além da elaboração de um texto: este é um produto final de muitos encontros entre os corredores, nas salas de aula, em bares e congressos. É um produto de muitas desorientações e orientações de um caminho que encontra o seu objetivo.

RESUMO

Este estudo tem por objeto o dinamismo das trajetórias de pessoas em situação de pobreza, examinando, mais precisamente, as expectativas e valores que as motivam para um processo de luta por reconhecimento. A investigação versa sobre as condutas de trabalhadores que, em situação de grande precariedade laboral e social, lutam por dignidade sem aceitar de forma apática a sua condição. Estudos têm evidenciado que a vida dos pobres pode conduzir à reflexão e a uma luta para mudar o olhar da sociedade a seu respeito. Parece consensual que essa mudança de olhar supõe ou engendra uma luta por reconhecimento, na qual se busca sair de um lugar considerado humilhante, de impedimento, para um lugar mais humanizado e com possibilidades de falar sobre si. Para compreender este dinamismo, o referencial teórico da dissertação comporta autores que articulam uma análise objetiva da estrutura social com a subjetividade dos agentes envolvidos, trazendo conceitos como *habitus precário*, *humilhação social*, *ressentimento* e *luta por reconhecimento*. A metodologia utilizada corresponde a um estudo de caso em uma comunidade que guarda viva a presença histórica de reivindicações: a Ilha Grande dos Marinheiros, município de Porto Alegre, onde catadores e separadores do lixo urbano, além de gerarem renda, participam de formas distintas de organização, em cooperativas, associações ou em redes familiares, por vezes conflitantes e coexistindo em um movimento ora de diálogo, ora de tensão entre os diversos atores envolvidos. Essa pesquisa busca trazer elementos empíricos e refletir sobre as condutas dos catadores, surgidas no limite entre os ressentimentos e a luta por reconhecimento, considerando principalmente o valor de seu trabalho para a sociedade, as condições precárias a que estão submetidos e a divisão sexual do trabalho.

Palavras chave: Pobreza; *habitus precário*; humilhação social; ressentimento; reconhecimento.

ABSTRACT

This study concerns the dynamic of the trajectories of poor people, examining the expectancies and values that give them motivation for a struggle process for recognition. We discuss the behavior of these workers, who face hard working and social conditions and struggle for dignity without accepting their situation in an apathetic manner. Studies have evidenced that the lives of the poor might produce reflection and also the struggle to change the way poor people are seen by society. It seems consensual that this change presumes or engenders a struggle for recognition, in which one aims leaving this place considered humiliating, of obstruction, to get to a more humanized place and having possibility of talking about oneself. To understand this dynamic, the theoretical literature of the dissertation includes authors that articulate an objective analysis of the social structure with the subjectivity of the agents involved, employing concepts such as *precarious habitus*, *social humiliation*, *resentment* and *struggle for recognition*. The methodology employed is a study case in a community that keeps alive the historical engagement in advocacy: the island Ilha Grande dos Marinheiros, in the city of Porto Alegre, where urban waste collectors and pickers, besides generating income, participate in different organizations such as cooperatives, associations or family networks, sometimes conflicting and coexisting in a movement of dialog and tension among the several actors involved. This research seeks to offer empirical elements and to reflect about the waste pickers' behavior that arises in the borderline between resentments and the struggle for recognition, especially taking into consideration the value of their work for society, their precarious life conditions, and the sexual division of labor.

Key words: Poverty; precarious *habitus*; social humiliation; resentment; recognition.

ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Preservação Ambiental

ASCARPOA - Associação dos Carroceiros de Porto Alegre

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

COOPAL - Cooperativa de Prestação de Serviços Mista do Arquipélago

DMLU - Departamento Municipal de Lixo Urbano

EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação.

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

FESC - Fundação de Educação Social e Cidadania (nome antigo da FASC)

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores e Recicladores

NASF – Programa Assistencial *Núcleo de Apoio Sócio-Familiar*.

ONG – Organização não-governamental

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PPGCS – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unisinos

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A LUTA POR RECONHECIMENTO NO CONTEXTO DA POBREZA	13
1.1 O TERRITÓRIO DA ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS	19
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE POBREZA.....	21
1.3 A LUTA NO CONTEXTO DE POBREZA.....	26
1.4 O CONCEITO DE POBRE NESTE CENÁRIO DE LUTAS.....	30
1.5 OS MORADORES DA ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS.....	34
1.6 O PROBLEMA DE PESQUISA	40
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE A LUTA POR RECONHECIMENTO	42
2.1 DISTINÇÕES DE CLASSE E LUTA POR RECONHECIMENTO.....	43
2.2 MEMÓRIA COLETIVA E LEMBRANÇAS PESSOAIS	54
2.3 CONCEITUANDO RESENTIMENTO.....	58
2.4 A LUTA POR RECONHECIMENTO.....	62
3 METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE INICIAL.....	68
3.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE DO <i>CAMPO DE DISPUTAS</i>	76
3.2 CATADORES ANTES DA VOTAÇÃO DO PROJETO: CONTEXTUALIZAÇÃO	79
3.3 VOTAÇÃO DO PROJETO: TEMAS EM DISPUTA NO <i>CAMPO DOS</i> CATADORES.....	81
3.4 UMA LUTA POR PARTICIPAÇÃO	88
4 ENTRE RESENTIMENTOS E LUTA POR RECONHECIMENTO	90
4.1 PERFIL SOCIO-ECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS.....	92
4.2 LEMBRANÇAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA.....	96
4.2.1 As relações familiares.....	98
4.2.2 Educação dos filhos.....	101
4.3 “QUANDO EU ME CONHECI COMO GENTE”: VIDA SOCIAL NA ESCOLA E NO TRABALHO	104
4.3.1 A vida na escola e a escola da vida.....	104
4.3.2 O que é ser gente e o sentido do trabalho com o lixo	107

4.3.3 Considerações sobre a saúde e precariedade das condições de trabalho com o lixo.....	111
4.4 DISTINÇÕES E RELAÇÕES DE PODER DOS ENTREVISTADOS E CONCEITO DE POBREZA	114
4.5 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS SEGUNDO AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	122
5 A DINÂMICA DA LUTA POR RECONHECIMENTO	127
5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS À SÍNTESE	127
5.1.1 O valor do trabalho com o lixo urbano para o catador	130
5.1.2 A precariedade da vida advinda de gerações.....	132
5.1.3 A difícil construção do papel masculino e feminino	136
5.2 SÍNTESE FINAL.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE MINHAS UTOPIAS	144
REFERÊNCIAS.....	147
ANEXOS	154

INTRODUÇÃO

Mesmo em situação de extrema pobreza, em suas trajetórias de vida as pessoas adquirem valores que podem motivá-las a lutar por reconhecimento. O interesse pelo assunto luta por reconhecimento das pessoas em situação de pobreza surge de meu trabalho como psicóloga social na comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros, no período de 1999 a 2006. Neste contexto, vivi experiências de encontros e desencontros entre os agentes sociais que prestavam serviços a esta comunidade. A erradicação da pobreza era o interesse comum de todos os agentes sociais. O que divergia era a maneira de agir para alcançar este objetivo. Eu percebia que cada instituição, fosse pública, de organizações não-governamentais ou da própria comunidade, realizava ações impregnadas de conceitos diferentes sobre o que é ser pobre, o que implicava ações diferenciadas para erradicar a pobreza.

Disserto aqui sobre como as pessoas em situação de pobreza se reconhecem. Utilizo como método um estudo de caso, com catadores e separadores de lixo urbano. Os catadores investigados são moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, na cidade de Porto Alegre, chamados de carroceiros porque com esse instrumento recolhem e carregam o lixo da cidade para a periferia da capital.

Durante o andamento da pesquisa, os condutores de carroça participaram de um debate ocorrido na Câmara de Vereadores de Porto Alegre sobre o projeto de lei que previa acabar gradativamente com a circulação de carroças a partir de 2008. Segundo o Movimento dos Catadores e Recicladores de lixo de Porto Alegre, existem em torno de 8.000 carroças circulando na capital sendo elas apenas uma parte da rede que vive deste trabalho com o lixo. O carroceiro está diretamente ligado aos que recebem o lixo trazido e o separam, com os capinzeiros que vivem da venda do alimento para os cavalos e com os ferreiros que cuidam das ferramentas das carroças e das ferraduras do animal.

A luta dos catadores demanda o reconhecimento de seu trabalho e também da rede de serviços dos carroceiros. Esses trabalhadores denunciam que a falta de reconhecimento da sua problemática pela sociedade pode trazer conseqüências cotidianas sérias para esta população, pois vivem como se o seu destino estivesse socialmente pré-determinado. Suas escolhas são realizadas no limite entre a

precariedade de condições materiais e a expectativa de melhorar essas condições. Nas palavras de um carroceiro associado: “um trabalhador que não tem mais o sustento de seu trabalho vai encontrar como alternativa pegar uma arma e roubar para sustentar sua família, e as mulheres fazerem coisas que não devem para viver”.

Neste estudo conheceremos as trajetórias e a organização desses trabalhadores visando promover mudanças na imagem pejorativa que recebem da sociedade. A metodologia escolhida objetivou compreender, nessas trajetórias individuais e coletivas dos catadores e separadores de lixo urbano, configurações sociais explicativas de suas histórias de vida e do jeito de ser que, ora reproduz a dominação e ora cria movimentos de resistência e de reconhecimento dessas trajetórias.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro deles apresenta o problema de pesquisa em seu contexto teórico e empírico. Nele abordo o tema pobreza e as reflexões do trabalho por mim realizado durante oito anos com a comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre. A experiência como Psicóloga Social neste local passou por momentos distintos e por encruzilhadas diversas. Um distanciamento necessário para o trabalho de investigação colaborou para compreender que os caminhos dos agentes vêm de diferentes direções e se orientam de formas diversas, mas se encontram no objetivo de combate às desigualdades sociais.

O segundo capítulo apresenta o marco teórico para a análise dos dados em torno dos conceitos de *campo* e *habitus*, bem como de autores brasileiros seguidores de Bourdieu que nos propõem conceitos como *habitus precário* e *humilhação social*. O capítulo segue com a elaboração do conceito de *ressentimento* e de *luta por reconhecimento*. Discute a dialética entre o *ressentimento* e o *reconhecimento*, base do movimento de luta.

No terceiro capítulo, apresento a metodologia utilizada e inicio a análise dos dados da pesquisa de campo. Os dados coletados no estudo de caso são analisados por temas. Apresento, a partir da análise temática de reportagens de jornais e de documentos dos catadores, o *campo de luta* no qual estão inseridos: com quem lutam, com o que lutam e porque lutam. Em outras palavras, apresento as linhas de conflito e os agentes envolvidos.

No quarto capítulo, analiso o material coletado por meio de entrevistas. Podemos então conhecer o que se identifica e se distingue nas trajetórias de vida

dos sujeitos da pesquisa. A análise é realizada por temas transversais, considerando a infância, a adolescência, a vida adulta, a relação entre pais e filhos, a vida escolar e de trabalho, bem como as distinções entre as formas de organização coletiva adotadas: a cooperativa, os catadores associados e a organização familiar.

No quinto capítulo faço uma síntese dos capítulos anteriores, respondendo à questão inicial da pesquisa. Com esse objetivo, abordo três temas: O valor do trabalho do catador para a sociedade, as condições precárias de vida, e as questões de gênero. Ao final deste capítulo, situo esta pesquisa dentro do contexto de estudos em que me incluo e faço considerações sobre as contribuições desta investigação.

Esta dissertação surge de uma paixão da pesquisadora em sua busca ávida por novos conhecimentos. Nas páginas seguintes, o leitor perceberá uma caminhada pessoal tensa, de apropriação de novos conhecimentos articulados à reflexão a partir de uma prática profissional.

Capítulo 1

A LUTA POR RECONHECIMENTO NO CONTEXTO DA POBREZA

A motivação para a escolha do assunto luta por reconhecimento em pessoas em situação de pobreza surge de observações empíricas, anteriores à realização desta investigação, com pessoas da periferia da capital do Rio Grande do Sul, através do trabalho realizado como psicóloga social na comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros, no período de 1999 a 2006. Neste contexto, percebi conflitos ocasionados por encontros e desencontros no trabalho entre as pessoas em situação de pobreza e os agentes externos que prestavam serviços nessa comunidade.

Eu fazia parte da equipe técnica que tinha como função a execução de políticas públicas nesta comunidade, como o programa do Núcleo de Apoio Sócio Familiar (NASF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Nesta função, interagi com uma diversidade de agentes políticos, pois nosso trabalho visava ao atendimento às famílias e também ao fomento da articulação dos serviços que prestavam atendimento às mesmas. No cotidiano deste trabalho, eu percebia que o objetivo dos agentes era o mesmo: a diminuição da desigualdade de oportunidades e, conseqüentemente, a desigualdade econômica. Porém, os valores que embasavam as intenções de cada agente social divergiam, já que as compreensões do que é “ser pobre” variavam.

Nesta trajetória, vivi algumas encruzilhadas que evidenciaram as diferenças de concepções dos agentes externos, o que teve como conseqüência a dificuldade do diálogo. O que me levou à primeira encruzilhada foi o início do trabalho junto à prefeitura de Porto Alegre na região das Ilhas do Guaíba. O contato com a comunidade empobrecida da Ilha Grande dos Marinheiros causou-me espanto, pois era (e ainda é) um lugar onde as pessoas vivem em situação de grande precariedade ao lado de residências de luxo, contraste que deixa visíveis as desigualdades sociais.

O objetivo inicial de nossa equipe de trabalho foi identificar as potencialidades existentes na comunidade. O trabalho nessa equipe me proporcionou - em meio a entendimentos e desentendimentos - muito crescimento e aprendizado. O desafio era iniciar uma proposta de descentralização da Política de Assistência Social junto

à prefeitura de Porto Alegre.

Já no início dos trabalhos foi percebido que a demanda desses moradores não era apenas de reflexão sobre sua existência, mas também de reconhecimento de sua cidadania e participação. Os discursos dos moradores centravam-se no sentido de terem acesso aos direitos perdidos no decorrer das diferentes histórias de vida. Por exemplo, ajuda do governo para quem está desempregado, acesso à saúde, escola, alimentação e documentação. No entendimento técnico e profissional da equipe que acompanhava estes moradores, permitir que esses pedidos se revertissem em interrogações do indivíduo sobre sua vida, era fazer com que a pessoa passasse a considerar algumas responsabilidades como suas, mesmo que as mesmas não pudessem ser resolvidas individualmente ou em seu grupo familiar.

Nos grupos de acompanhamento, estimulávamos que as queixas individuais fossem compartilhadas e, desta forma, cada pessoa percebia que sua realidade era também vivida por muitas pessoas do mesmo grupo e da comunidade. Organizávamos as questões trazidas pelo grupo de acompanhamento e estimulávamos a participação das pessoas em espaços coletivos para dialogar e para pensar coletivamente sobre formas de mudar algumas destas realidades. Esse exercício possibilitou a ocorrência de reuniões públicas que se tornaram espaços de reflexão e encaminhamentos do cotidiano da comunidade, onde acabaram sendo formadas lideranças comunitárias. As pessoas envolvidas se sentiam cidadãos em busca de participação nas conquistas de seus direitos sociais.

Destas discussões comunitárias surgiram ações governamentais, não-governamentais e dos moradores, a partir das quais se fortaleceram grupos comunitários como o clube de mães, o galpão de reciclagem e as associações de carroceiros. Houve também a construção da cooperativa de prestação de serviços local – a COOPAL – que leva a bandeira de geração de renda, educação e desenvolvimento comunitário. Os impasses deste trabalho foram aparecendo à medida que os consensos gerados no coletivo começaram a produzir uma demanda de participação e de trabalho das lideranças, o que afetou diretamente a vida privada de cada integrante do grupo. A reclamação dos participantes era de que a participação em um número grande de reuniões gerava muito cansaço pessoal, e isso acabou se tornando uma queixa coletiva.

A comunicação e o diálogo neste trabalho com a comunidade através de uma ação reflexiva, crítica e participativa, contribuíram para o consenso do grupo e para a

ampliação interpretativa das relações de dominação construídas nas interações com os serviços. Isto colaborou para o surgimento de algumas transformações na realidade local através da emancipação conquistada nos processos de diálogo dos moradores com os agentes externos.

Outra experiência vivida por mim nesse contexto foi o trabalho de educação social junto a um conjunto de organizações não governamentais (ONGs) que possuem inserção nesta mesma comunidade. Este trabalho se difere do trabalho anterior. O objetivo dessas organizações era organizar a comunidade em torno dos projetos populares propostos por elas, que eram conveniadas com instituições governamentais. Os moradores do local eram considerados pelos educadores sociais dos serviços implantados como portadores de necessidades básicas. Os dirigentes das ONGs entendiam que a partir da administração correta dos recursos investidos nestas políticas executadas em parceria com a prefeitura seria possível alcançar resultados de impacto em termos de mudança nas necessidades da comunidade. Para isso, consideravam importante o trabalho profissional de educar os moradores para as novas propostas. A participação popular, nesta lógica, consistia na assimilação das propostas das ONGs pela a comunidade. Os educadores e dirigentes das ONGs acreditavam que haveria mudanças no cotidiano dos moradores à medida que houvesse essa incorporação. Essas ações educativas objetivavam intervir nas relações interpessoais, nos hábitos de higiene, nas políticas habitacionais, de trabalho, e assim por diante. A meta principal era a mudança das necessidades e do comportamento na comunidade.

A proposta educativa das ONGS com as quais trabalhei nessa comunidade era de universalização da cultura hegemônica, consideravam que os valores e saberes das minorias existentes na comunidade deveriam ser transformados. Isto gerou conflitos nas relações entre as instituições e os moradores do local, quebrando os diálogos construídos. Como consequência desta disputa de interesses e valores, espaços e territórios começaram a ser definidos. O pensamento de um grupo poderia ser assim exemplificado: “Estamos lutando por um bem comum”. O outro grupo se questionava: “Mas bem de quem? E para quem? Querem mudar nosso jeito de ser”; “Estes parceiros que mais parecem encosto do demo!”; “Esse povo é muito brigão, é impossível conversar com eles, estão sempre pressionando”; e “Existem forças invisíveis que impedem as coisas boas de acontecer”. Havia então estas forças "invisíveis", que eram econômicas, espirituais e, ainda, emocionais.

Cada resposta necessitaria de uma intervenção diferente, pois possuía motivação variada para as ações.

O trabalho de reflexão sobre a cidadania e o cotidiano realizado pela equipe da Prefeitura de Porto Alegre não pôde ser realizado pelas organizações não-governamentais, já que, institucionalmente, as mesmas não se sentiam responsáveis por situações sérias de abandono. Queixavam-se da falta de ação do poder público, o qual depositava nestas organizações a responsabilidade pelas suas ações. O conflito entre as instituições causou desconfiança entre as elas e a comunidade, ao mesmo tempo em que os moradores foram levados a reivindicar novamente a presença mais ativa do poder público neste espaço para que as demandas comunitárias tivessem força e fossem atendidas.

Possibilitar o protagonismo de novos atores da comunidade neste contexto conflituoso foi outro impasse encontrado. A discussão sobre cidadania e participação estava prejudicada pelo conflito originado na disputa por espaços institucionais, sendo que algumas dessas instituições revelaram-se atreladas às políticas estatais, abandonando seus discursos originais.

Outro aprendizado que tive durante minha prática profissional foi a importância do pertencimento a alguma associação e a participação em reuniões e instituições comunitárias. A valorização de pessoas e instituições passava pelo critério de convivência e filiação. Nas instituições da comunidade há um forte discurso de pressão política e embate contra o poder público e, paradoxalmente, a construção de parcerias para a garantia de projetos públicos gerenciados e organizados pelas lideranças comunitárias. A pessoa era reconhecida diante da filiação e participação em instituições comunitárias, ou seja, a lógica era de pertencimento a algum grupo, como em uma família.

As lideranças filiadas a essas associações dizem que acreditam em mudança, mas querem poder dar voz a quais mudanças desejam e quais caminhos querem trilhar, ou seja, não querem ser conduzidos. Uma liderança comunitária expressou da seguinte forma sua opinião sobre as ONGs¹:

¹ Dado coletado no campo de pesquisa. Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios para garantia de sigilo da identidade dos participantes.

(...) as ONGs defendem os interesses deles, nós defendemos os nossos interesses. ONGs trabalham em cima do assistencialismo, nós trabalhamos com inclusão social. Assistencialismo para mim é um fábrica de talentos de pessoas que não querem fazer nada, de desocupados. ONGs não querem que o povo se desenvolva, querem o povo sempre miserável dependendo do trabalho deles. Nós não queremos dependência de ninguém. As ONGs querem sempre ser os primeiros, não querem nunca perder. Querem mudar a cultura do povo. Querem doutrinar o povo. Nós precisamos ter confiabilidade, espiritualidade e livre arbítrio. O povo quer tomar a decisão, não quer ser controlado, a decisão deve estar na mão do povo. Quando não tiver mais pessoas passando fome nas Ilhas, as ONGs vão embora, não precisam ser mais bonzinhos e solidários, eles precisam então que as pessoas continuem como estão. Nós sabemos o que queremos, trabalhamos pela geração de renda e inclusão social. Não são eles [governo e ONGs] que vão nos dizer o que fazer (José, morador e liderança comunitária da ilha Grande dos marinheiros, 2007).

A esse respeito, Doimo (1995) estudou os movimentos sociais provenientes das lutas por moradia, saúde, trabalho, educação e que reivindicam o reconhecimento de valores de seus integrantes, além do econômico. As pessoas que participam destes movimentos correspondem a uma diversidade de expressões, não podendo mais ser analisadas a partir de um personagem único: o proletariado. Essas manifestações fazem parte de um contexto histórico que coloca como central a temática do povo como construtor de sua história e a importância de que as suas lutas sejam entendidas a partir de sua realidade cotidiana e da necessidade de transformação das mesmas. A identidade, que tem como princípio a diversidade cultural, cria um panorama heterogêneo para os movimentos, “a partir do pressuposto das contradições fundamentais da sociedade capitalista” (DOIMO, 1995, p. 44).

A discussão dessas necessidades advém de um campo ético-político que pressupõe uma idéia de pertencimento que surge de uma sociabilidade comum, na qual são compartilhadas a linguagem e a cultura. Doimo não compreende a expressão das pessoas neste campo ético-político como propriamente identitária, já que são campos compostos de diversas identidades que disputam os recursos e articulações entre si. O campo não é homogêneo e, sim, estamos “diante de campos multifacetados, como é o caso do movimento popular” (DOIMO, 1995, p. 68). Na opinião da autora, devemos conhecer aqueles processos em que os indivíduos e grupos se mobilizam e se articulam para buscar apoio aos seus vários objetivos e influenciar as atitudes de seus integrantes. Conhecer a história dos movimentos

sociais nesses processos de articulação é compreender a interação de agentes sociais como os intelectuais e agentes de Igreja como parte deste processo; não como agentes externos ao movimento.

É possível perceber, no relato de minha experiência, que as políticas sociais são materializadas nas interações entre pessoas e instituições de setores governamentais e não-governamentais, e permeadas por hierarquias de valores diferenciados. Essa experiência vem de encontro à reflexão de Danani (2004), de que as crises do sistema capitalista geradoras das chamadas questões sociais também produzem nas pessoas que fazem parte deste processo princípios de conduta (fontes de enriquecimento) e de medo (fontes de armazenamento). Para a mesma autora, as políticas sociais são produzidas nas configurações históricas, econômicas e culturais presentes nas interações sociais das instituições e das pessoas que fazem parte destes processos. As políticas sociais são intervenções estatais que orientam as condições de vida e a reprodução da vida em distintos grupos e setores sociais.

Sendo así, en las políticas sociales se expresan y se construyen, simultáneamente, los modos de vida y las condiciones de reproducción de la vida en una sociedad - la vida social, en fin -, condiciones que en sociedades de clases son siempre diferenciales para los distintos grupos sociales (DANANI, 2004, p.12).

As políticas sociais se configuram a partir de realidades geográficas, históricas, econômicas, culturais e políticas variadas, com paradigmas diferenciados de ação. Essas configurações são produzidas nas interações das ações de seus agentes. Por este motivo, percebe-se que o espaço das políticas sociais junto à situação de pobreza é dinâmico e contraditório. As ações dos agentes são advindas de intenções que estão imbuídas de valores, tais como cidadania, educação, pertencimento e autonomia, colocados nos discursos e nas ações em uma escala hierárquica diversificada para cada agente. Isso colabora para a existência de um panorama com uma variedade de práticas e condutas produtoras de espaços conflitivos e criativos de interações e participação social.

Diante da diversidade de elementos e relações implicados nesse campo de práticas trazido para análise é essencial definir o prisma de investigação. A motivação para esta pesquisa é compreender como as pessoas pobres se reconhecem. Em minha prática profissional percebi que existe disputa dos

moradores com as instituições que prestam serviços a eles pela administração de suas vidas. Esses moradores organizados lutam por espaços com as instituições governamentais e não-governamentais – setores que, de acordo com Danani (2004), têm como objetivo produzir condutas e controles na forma de ser e viver dessas pessoas pobres, consideradas objetos das ações sociais. Essas lutas estão presentes no cotidiano e no modo de ser destas pessoas. As trajetórias dos moradores pobres da Ilha Grande dos Marinheiros são carregadas de violência e coerção transmitidas de geração em geração, como também de valores aprendidos nestas relações pessoais e institucionais que colaboram para a sua atividade produtiva e de ação social. Essas lutas evidenciam que existe uma heterogeneidade de trajetórias entre as pessoas que se encontram em situação de pobreza e que a homogeneização destas trajetórias não é possível.

1.1 O TERRITÓRIO DA ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS

A Ilha Grande dos Marinheiros pertence à cidade de Porto Alegre e é uma das 31 ilhas que compõem o Bairro Arquipélago do Delta de Jacuí (ilhas estas que formaram o Parque Ecológico Delta do Jacuí no período de 1976 até 2005). Na condição de Parque Ecológico, não poderia existir habitação no local. Na realidade, a lei que proíbe a habitação do Parque Ecológico não conseguiu ser de fato efetivada, já que estas terras estão habitadas desde muito tempo, sendo que a existência da lei não modificou esta realidade. As belas paisagens das ilhas, com o passar do tempo, refugiaram pessoas de diferentes classes sociais e cores, fazendo com que este espaço fosse constituído por uma biodiversidade não apenas na fauna e na flora, mas também na cultura.

Ao adentrarmos as terras da Ilha Grande dos Marinheiros, podemos perceber essa diversidade nas residências que compõem seu cenário. Ao lado de uma mansão existe uma casa de madeira construída de forma muito precária, com poucos cômodos e sem água encanada. Ricos e pobres, até 2005 (antes da mudança da lei), eram considerados invasores no local. Essa característica atribuída aos moradores uniu a todos no interesse de mudar a lei, transformando o lugar de Parque Ecológico para Área de Preservação Ambiental (APA). Com esta mudança, os moradores deixaram de ser considerados invasores, adquirindo legitimidade para habitar as ilhas em equilíbrio com a natureza

A união para a conquista não diminuiu as diferenças entre os habitantes e seus conflitos. Pobres e ricos disputam seus projetos de habitação para o território e, mesmo entre iguais, existem distinções de propostas de organização do espaço. Os mais ricos querem fazer do local um espaço de moradia e lazer, o que se percebe nas marinas e clubes existentes. Os mais pobres afirmam também desejar espaços de moradia, trabalho e sobrevivência coletiva, divergindo em suas atitudes e ocupações. A afirmação de grupos e territórios é também o estabelecimento de fronteiras e disputas. E “as fronteiras existem em relação a outro, implicando, necessariamente, uma relação” (SARTI, 2007, p. 113).

Dados do Observatório de Porto Alegre² indicam que a renda média dos responsáveis pelos domicílios (chefes de família) no Arquipélago é de 3,2 salários mínimos e que 7.619 pessoas habitam nas áreas do arquipélago pertencentes à cidade de Porto Alegre. A taxa de analfabetismo é de 11,5%. Conforme os dados coletados durante esta pesquisa, em entrevistas com lideranças da comunidade, 3.000 desses habitantes são moradores da Ilha Grande dos Marinheiros. Segundo uma liderança comunitária, 700 famílias vivem em situação precária de trabalho e de moradia, com uma renda per capita variando de $\frac{1}{2}$ salário mínimo a menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, encontrando-se abaixo da linha da pobreza.

Esses dados são questionados por outras lideranças, as quais dizem que a população em situação de pobreza nas ilhas tem aumentado nos últimos anos. Desde 2005, as áreas destinadas a esta população mais empobrecida das ilhas têm diminuído muito, embora a população pobre nas ilhas tenha aumentado. Além disso, a área coberta por mansões tem se expandido.

As pessoas em situação de pobreza na Ilha Grande dos Marinheiros vivem, em sua maioria, da catação e separação de lixo urbano. Algumas complementam a renda familiar com artesanato, pesca e prestação de serviços. É visível a disparidade econômica entre os habitantes do local. Mais sutis são as diferenças e distinções entre os moradores pobres. Evidentemente, estas diferenças entre os aparentemente iguais são marcas de escolhas e trajetórias coletivas e individuais de cada grupo ou integrante de um grupo, percebidas na convivência com os habitantes. Estas marcas, que identificam as trajetórias dos moradores pobres, são significativas e geradoras de conflitos e hierarquias; não negam a identificação da

² Site oficial da prefeitura de Porto Alegre onde são armazenados dados de pesquisa sobre as regiões da cidade. Dados Censo/IBGE 2000. IN: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>.

condição econômica que os unifica, mas sim, afirmam suas histórias de vida coletivas e pessoais.

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE POBREZA

O senso comum costuma definir a pobreza a partir de justificativas de fundo religioso, social, político e econômico, as quais definem ou justificam alguma falta ou escassez relacionadas ao significado dado a essa condição. As definições têm origem em comparações, a partir das quais são elencadas categorias sobre si e sobre o outro considerado diferente ou, ainda, uma justificativa e representação de si mesmo diante de dificuldades encontradas na vida.

A palavra pobre - adjetivo de uma pessoa que se encontra em estado de falta econômica, política ou social - está imbuída de representações coletivas e demonstra algo não aceitável, rejeitado, rotulado. É um assunto que provoca diversas sensações e discursos na sociedade. Este tema tem despertado o interesse de organizações estatais e não-governamentais. Estes interesses, por vezes, convergem e, em outros momentos, divergem, construindo um panorama de interações variadas que atualmente se materializam nas ações das políticas governamentais e não-governamentais, voluntárias e militantes, com o objetivo de mudança desta realidade. Os conflitos resultantes da convivência das diferenças de juízos valorativos dos agentes estão expressos em seu cotidiano.

Segundo Sônia Rocha (2006, p. 11), “a discussão sobre pobreza conforme a conhecemos hoje se iniciou nos países desenvolvidos, após a euforia de reconstrução do pós-guerra”. É a preocupação de quem está fora desta realidade, que não é vivida da mesma maneira por aqueles que se encontram nesta condição. Para a autora, a construção do conceito pobreza parte da comparação do que se considera medida média de uma determinada cultura, do ponto de vista geográfico, econômico, social e político. É “um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. (ROCHA, 2006, p. 9).

Como medir a pobreza é um ponto de discussão entre os pesquisadores. Segundo Rocha (2006), as teorias podem ser compreendidas como as que estudam a pobreza como absoluta ou como relativa. A primeira tem como critério de medida da pobreza a renda, a segunda relativiza esta medida considerando que outras

variáveis interferem para medi-la como a região, a história e a cultura da sociedade. Para a autora, tanto o critério da renda como as considerações geográficas e temporais são complementares e importantes para a análise da pobreza e das desigualdades.

No conceito de pobreza absoluta, considera-se pobre a pessoa que não tem suas necessidades vitais atendidas. No conceito de pobreza relativa, considera-se que o termo “necessidades a serem atendidas” depende da sociedade em questão. Desta forma, compreende-se que para redução da pobreza devam-se levar em consideração os meios históricos e geográficos pelos quais ocorreram as desigualdades sociais. Isso implica considerar também relativamente pobres os indivíduos que estão em sociedades onde os mínimos vitais são atingidos, dependendo da necessidade do local.

Considerando a renda como critério de pobreza, existe mais um subconjunto de medida. Pobres são aqueles incapazes de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas em uma sociedade, e indigentes são aqueles cuja renda é inferior ao mínimo necessário para atender às necessidades nutricionais. Então, o critério nutricional seria mais um critério para medida da pobreza, além da renda.

Assim, pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha da pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais (ROCHA, 2006, p.13).

Outros critérios passaram a ser incorporados, como os níveis de esperança de vida e de bem-estar, a escolaridade, as condições precárias de habitação e de saneamento, entre outros. Assim, em nosso país, a partir da Lei Orgânica de Assistência Social, art. 20 §3, concedem-se benefícios à pessoa incapaz de gerir sua vida e que vive com uma renda *per capita* familiar inferior a 1/4 salário mínimo mensal.

Segundo Rocha (2006), a conceituação de pobreza depende das condições socioeconômicas e culturais gerais dos países. A diversidade entre os países dificulta a comparação internacional entre os mesmos. Não obstante, existe uma tipologia que os distingue e tem relação com o conceito de pobreza. O primeiro grupo é formado pelos países em que a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo necessário a seus cidadãos, que possuem renda *per capita* baixa em

quaisquer moldes de distribuição de renda. A pobreza existe e não é efeito das desigualdades sociais no país, pois todos se encontram na mesma condição. O segundo grupo é composto por países desenvolvidos onde a renda *per capita* é elevada, porém a desigualdade de renda entre os cidadãos é grande. As necessidades básicas são atendidas por meio de políticas de transferência de renda. Portanto, o conceito de pobreza é relativo, já que os mínimos sociais são atendidos por políticas estatais e a pobreza é medida pelo valor da renda média. O terceiro grupo é aquele onde a renda *per capita* é alta e suficiente para nutrir todos os cidadãos, mas persiste a pobreza absoluta, decorrente da má distribuição de renda.

Para Sonia Rocha (2006, p. 31), “a incidência de pobreza absoluta no Brasil decorre da forte desigualdade na distribuição do rendimento”, portanto podemos considerar que o Brasil se encontra no terceiro grupo. Em seu argumento, usa os dados do Censo de 2000, que divulga que a renda per capita do país gira em torno de R\$ 3.500 reais, valor que está muito acima da linha da pobreza. Segundo Rocha (2006), o Brasil encontra-se no grupo de países que possuem renda *per capita* que possibilita recursos disponíveis para a garantia dos mínimos necessários à subsistência, porém continuam existindo pessoas que se encontram em situação de pobreza e abaixo da linha de pobreza.

No Brasil, os índices de desenvolvimento econômico são altos em comparação com outros países. Porém, os índices de desenvolvimento humano são baixos. Para a elaboração de políticas públicas, o governo de São Paulo sentiu a necessidade de medir a exclusão social no que se refere à saúde, escolaridade e índices de mortalidade, o que acabou originando um mapa da exclusão social. Essa medição foi feita a partir de três eixos: o índice de padrão de vida digno (com base em índices de pobreza, emprego e desigualdade de renda), conhecimento (com base em índices de escolaridade) e risco juvenil (com base na concentração de jovens em ações de violência).

Nos dados do mapa da exclusão social no Brasil (POCHMANN, 2003, p. 215), Porto Alegre se encontra entre as primeiras cidades com menor grau de exclusão (em 6º lugar). Mas mesmo com esses dados positivos, ainda existem zonas em Porto Alegre onde as pessoas vivem em situação de muita precariedade, como no caso da Ilha Grande dos Marinheiros – fato já ilustrado no curta metragem “Ilha das Flores”, do cineasta Jorge Furtado:

O tomate, plantado pelo senhor Suzuki, trocado por dinheiro no supermercado, trocado por dinheiro que D. Arlete trocou por perfumes extraídos das flores, recusado para o molho do porco, jogado no lixo e recusado pelos porcos como alimento está agora disponível para os seres humanos na Ilha das Flores. O que coloca os seres humanos depois dos porcos na prioridade de escolha dos alimentos é o fato de não terem dinheiro e nem dono. O ser humano se diferencia dos animais por ter o encéfalo altamente desenvolvido, pelo polegar opositor e por ser livre. Livre é o estado de quem tem liberdade. Liberdade é palavra que o sonho humano alimenta que não há quem explique e ninguém que não entenda (FURTADO, 1989).

Pochmann (2003) compreende a pobreza como um efeito da desigualdade social e o conceito de exclusão como importante para evidenciar um sistema político que está atrelado ao capital internacional. Esse autor denuncia que a estrutura de organização social tem como alicerce a desigualdade. Provocar o debate sobre essa desigualdade é também uma forma de afirmar a importância das lutas dos movimentos sociais pela igualdade de direitos. A igualdade e a inclusão não se resumem nas mudanças quantitativas de acesso aos direitos, mas também nas mudanças qualitativas na vida das pessoas que vivenciam a exclusão. Para esse autor, o processo de exclusão advindo de uma estrutura social ocorre simultaneamente às lutas por inclusão e igualdade social, lutas percebidas na história. Neste movimento, o desenvolvimento de um país pode gerar inclusão e exclusão.

Segundo Pochmann (2003), em países mais pobres, a exclusão social é visível, principalmente no que diz respeito à diferença de acesso à alimentação. Algumas pessoas estão famintas enquanto outras desperdiçam alimentos, gerando excedentes. Para este autor, nas últimas décadas, nos países onde se assimilam novas realidades atreladas à urbanização, surgem novas necessidades para as pessoas, como por exemplo, a de uma vida digna além da garantia de subsistência. Nesse ponto de vista, a análise quantitativa da exclusão necessita estar atrelada a outros elementos para sua medição, levando em consideração as condições materiais e também históricas das pessoas envolvidas. No que diz respeito aos pobres, existem aqueles que estiveram incluídos e atualmente se encontram em situação de desemprego ou excluídos momentaneamente, e existem aqueles que nunca estiveram incluídos no mercado de trabalho formal e vivenciam a exclusão desde a mais tenra idade.

Como contraponto, para Martins (2002) existe um abismo entre as propostas

de desenvolvimento econômico que buscam incluir os pobres e o entendimento que os pobres têm de si mesmos. Para este autor, no momento em que denominamos os pobres como “excluídos” expressamos uma visão de mundo que afirma a estrutura social em que vivemos e negamos a história de vida dos pobres na organização da sociedade.

Neste ponto de vista, o desenvolvimento é possível no momento em que se devolve a essas pessoas pobres a possibilidade de decidir, de participar na sociedade e, principalmente, no que diz respeito às intervenções em suas vidas. Nesta perspectiva, o desenvolvimento é mais do que a garantia econômica, é também a garantia da expressão política e cultural dos pobres. Através de ações que permitam a reflexão sobre suas trajetórias, é possível sair de uma lógica hegemônica para conhecer a multiplicidade de expressões e culturas que se desenvolvem em momentos de luta pela sobrevivência, bem como problematizar a posição vitimada dos pobres. Para o mesmo autor, lamentar é uma das estratégias utilizadas pelos mesmos diante da negação da sociedade frente à sua história. Essa negação é chamada por ele de *desumanização dos pobres*.

Estamos vivendo um momento social no qual vem existindo um número crescente de políticas públicas para acompanhar a realidade de pobreza com o objetivo de erradicá-la. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA (Neri, 2007), desde o ano de 2001, no Brasil, os mais pobres melhoraram sua renda enquanto os mais ricos estabilizaram. Uma das justificativas para o surgimento desta realidade é a implantação de políticas públicas voltadas para a população em situação de pobreza desde a Constituição Federal de 1988. Gaiger e Asseburg (2007), em referência à pesquisa do IPEA, argumentam que não são somente as políticas públicas que reduzem as desigualdades. Os empreendimentos de economia solidária no Brasil vêm, desde 1980, fazendo parte deste processo a partir dos princípios da cooperação.

Estes autores, ao investigarem as formas de organização solidária, verificaram que a estratégia dos pobres de se organizar em cooperativas e empreendimentos solidários estimula a participação dos mesmos nas decisões e colabora para que se sintam pertencentes a um grupo. Esses empreendimentos têm garantido aos seus membros, através do exercício de autogestão, a conquista de relações humanizadoras e a idéia de se perceberem como construtores de uma história pessoal e coletiva. Dessa forma, não estamos apenas nos referindo à

pobreza como um fenômeno que precisa ser erradicado, mas a pessoas que têm uma trajetória. Proporcionar novos sentidos às estratégias de sobrevivência e conhecer as histórias de vida das pessoas em situação de pobreza é *humanizá-las*.

1.3 A LUTA NO CONTEXTO DE POBREZA

Historicamente, a pobreza foi e ainda é sinônimo de violência, crime e sujeira. Como consequência desta realidade, houve o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a segurança, higienização e educação. Diferentemente do que se poderia pensar, os pobres não estão apáticos diante deste estereótipo. Os estudos realizados para esta pesquisa, alguns deles apresentados a seguir, mostram que as pessoas em situação de pobreza refletem sobre as discriminações e preconceitos de que são vítimas e lutam para transformar as imagens pejorativas a seu respeito (como vadios, maloqueiros, vagabundos, criminosos, desempregados, rebeldes, vândalos) em outro tipo de reconhecimento. Neste caminho de luta por reconhecimento, por vezes, os pobres se organizam coletivamente para reagir a estes estigmas. Alguns exemplos de organização coletiva são as associações de moradores, escolas de samba, cooperativas, entre outros.

Os professores Cláudio Castro e Magda Almeida (2006, p. 1), ao escrever sobre os moradores da “Rua do Buraco” no espaço urbano de Ipatinga, Estado de Minas Gerais, começam seu trabalho de uma forma ilustrativa. Usam o imaginário popular que compara os moradores de rua “a dragões ou enviados do demônio, apesar da aparência dócil, ou aos monstros antediluvianos”. Estes autores chamam a atenção para as fronteiras nas interações existentes na sociedade no que se refere aos pobres, ou seja, alguns assistem a sobrevivência de outros seres humanos que, por sua vez, reagem e criam suas histórias com as condições que possuem. Os autores ilustram e narram em seus trabalhos como vivem as pessoas que estão segregadas.

Para Lia Rocha (2006), o estigma de violência recai sobre as favelas e prejudica a vida dos seus moradores. Esse prejuízo para a vida colabora para que eles se organizem coletivamente como forma de reivindicação ao poder público e para a proteção contra a violência policial. Ao mesmo tempo, essa organização também os protege e os diferencia dos traficantes ou criminosos da vila. Estarem associados garante-lhes o espaço de segurança e lazer.

Para Dias (2006, p. 6), o protesto para mudança no cenário de segregação dos pobres em Minas Gerais foi proporcionado por um trabalho pedagógico da Pastoral de Rua da Igreja Católica, que refletiu essa condição com os catadores urbanos o que culminou em uma luta desses trabalhadores pelo direito à cidade “causando um tensionamento tanto com o poder público quanto com os moradores, que os viam como mendigos e vadios”. Esse conflito provocou negociação, diálogo e proporcionou uma mudança nessa realidade, sendo um exemplo disso o carnaval de rua dos catadores que ocorre atualmente.

Esse é um exemplo importante de organização e de luta por reconhecimento. Os trabalhadores de resíduos sólidos partem de questionamentos de estereótipos e chegam até a formação de um movimento organizado no Brasil e na América Latina. A partir do protesto pelo direito à cidade os catadores aderiram à organização em movimento social. Conforme estudo de Silva,

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, desde o ano de 2001, quando foi estruturado nacionalmente, agrega mais de 300.000 catadores, do universo de aproximadamente 600.000 catadores em todo o território nacional e não só: atualmente o intercâmbio do MNCR ultrapassa os limites territoriais geográficos brasileiros e consolida parcerias com países da América Latina como, por exemplo, a Federação Ecológica de Cartoneros e Recicladores, na Argentina (SILVA, 2006, p.12).

Segundo esta autora, o trabalho de catação iniciou-se na cidade de São Paulo na década de 50. Durante a década de 80, surgiu um grupo de educadores religiosos que organizou os moradores de rua, entre eles os catadores de alumínio, papelão e outros materiais recicláveis. Esse trabalho educativo problematizou a participação destas pessoas com a cidade como um todo. Pela defesa desses direitos, surgiu em 1985 a primeira associação de catadores de papel, papelão e materiais recicláveis em São Paulo, reivindicando o reconhecimento da profissão, direito à previdência social e segurança no trabalho.

A partir dessa reflexão, foi realizada em São Paulo a primeira marcha na cidade pelo direito à circulação de carrinhos para coletas de lixo no perímetro urbano. Silva (2006) ainda relata que a primeira cooperativa de reciclagem do Brasil nasceu em 1989, quatro anos mais tarde, em São Paulo. Sabemos, porém, a partir dos relatos de catadores de Porto Alegre, que o Galpão de Triagem da Ilha Grande dos Marinheiros surgiu em 1986, a partir do envolvimento de um grupo religioso que compõe a Romaria da Nossa Senhora Aparecida das Águas chamado Devoção a

Nossa Senhora Aparecida das Águas.

Em 1990, foi estabelecida a maior cooperativa de reciclagem do país, a ASMARE, em Belo Horizonte. Ela também foi criada a partir de um grupo religioso ligado à pastoral de rua, mas com autonomia de organização e de trabalho. Em 1999, aconteceu o primeiro encontro nacional de catadores.

Durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, realizado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais em Setembro de 1999, ONGs, Poder Público e Setor Privado criaram oficialmente o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Nesse encontro, os catadores de materiais recicláveis sugeriram para as entidades que trabalhavam com a população adulta em situação de rua e, organizaram, em parceria com elas, um encontro nacional no mês de junho de 2001 que acabou atuando como catalisador e articulador nacional dos catadores de todo o Brasil (SILVA, 2006, p. 15).

Em 2001, foi organizado o 1º Congresso de Catadores de Materiais Recicláveis em defesa da reciclagem realizada pelos catadores e o fim de intermediários. Uma das preocupações do Movimento, nesse momento, era seu distanciamento da discussão sobre a população considerada “de rua”, de onde partia a organização dos catadores, a priorização das demandas e a necessidade de organizar essa população. Em 2005, os trabalhadores da reciclagem se organizaram coletivamente no Movimento dos Catadores da América Latina, aliados aos *cartoneiros* de Buenos Aires. A reflexão sobre os estigmas permitiu a organização coletiva dos mesmos em associações, cooperativas e movimentos sociais, nos quais discutem e defendem essa realidade no Brasil e na América Latina.

Percebe-se aqui a expressão de uma contradição: o movimento dos catadores questiona esta sociedade, ao mesmo tempo em que seus integrantes lutam por fazer parte dela. Na expressão desse movimento, a luta por reconhecimento vai além da mudança da imagem, pois ela unifica esses trabalhadores em torno de uma identificação ressentida e que produz questionamentos contra as formas de organização da sociedade. Uma força de organização entre semelhantes que questiona a sociedade e que identifica os pobres para que se organizem em lutas.

Essas são algumas ilustrações que mostram que, mesmo historicamente vivendo preconceitos, os pobres resistem em aceitar os estigmas que recebem e esta resistência os coloca em luta por reconhecimento no cenário em que se inserem. Essa luta surge das parcerias que constroem e que os fortalecem neste

intuito. Percebe-se, então, que a atitude das pessoas pobres não é passiva, e sim ativa e dinâmica.

Dumont, em *Homo Hierarquicus* (1992, p.131), afirma que “assim como o manto da virgem recobre sob suas vastas dobras os pecadores de todo tipo, a hierarquia da pureza recobre, entre outras diversidades, o seu contrário”. Seguindo este raciocínio, eu gostaria de refletir sobre a luta dos pobres por reconhecimento social. Os protestos dos pobres manifestam uma insubordinação a uma ordem social vigente, bem como o seu contrário, a afirmação de fazer parte desta ordem. Assim como reproduzem a lógica dominante ao lutarem pela inclusão na sociedade, também questionam a sociedade em que se inserem.

Para concluir esta contextualização é importante citar que esta dissertação sobre a luta por reconhecimento das pessoas em situação de pobreza surge do contexto do grupo de pesquisas em economia solidária, tendo sido precedida por outros estudos. O grupo de pesquisa está vinculado ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS e a linha de pesquisa é trabalho, cooperação e solidariedade. Vale destacar o estudo de Aline Mendonça dos Santos (2004), que procurou compreender as mudanças subjetivas nas pessoas que fazem parte dos empreendimentos de economia solidária. Entre os empreendimentos estudados está a Colabore, uma usina de triagem de lixo urbano e de tratamento de resíduos orgânicos e recicláveis. A autora concluiu que as mudanças subjetivas proporcionam um novo jeito de pensar sobre o trabalho e as pessoas que nele se envolvem. Participar de um empreendimento solidário é vivenciar novos valores de convivência e fazer parte de um novo lugar social. A presença de contradições na vida cotidiana dos empreendimentos solidários resulta da luta ocasionada da incorporação de valores da economia solidária com os antigos hábitos presente nas interações entre os membros de um empreendimento solidário.

José Raimundo de Souza (2005) concluiu em seu estudo que a associação desses trabalhadores permite a formação de vínculos sócio-econômicos, políticos e sociais, além de permitir conciliar o trabalho com o cuidado com a família. Porto Alegre é destacada por este pesquisador como uma das metrópoles onde existe um número significativo de associações de catadores, surgidas a partir de 1986 com o apoio de agentes externos. A presença dos agentes externos, como a Igreja Católica, é considerada por ele como um “mal necessário”, já que estes agentes trazem conteúdos de reflexão referentes à importância desse trabalho para a

sociedade, o que vem de encontro às reivindicações desses trabalhadores. Aponta que a dimensão simbólica que se revela no apego do catador ao seu instrumento de trabalho “precisa ser pesquisada e, caso seja comprovada, deve ser aprofundada e problematizada” (SOUZA, 2005, p. 101).

Alex Pizzio da Silva (2007) estudou os catadores e a luta dos mesmos em modificar uma realidade social comum entre os membros de um empreendimento advinda de um processo decorrente de uma estrutura social que desqualifica trabalhadores. Segundo este autor, as imagens pejorativas de desqualificação social afetam a auto-estima das pessoas. Em sua pesquisa, conclui que as vivências associativas apoiadas em valores solidários levam os integrantes a reagirem construindo outra imagem de qualificação social, elevando a auto-estima dos integrantes levando os mesmos a vislumbrar um futuro melhor para si, seus pares e para o seu grupo. Nos que se organizam individualmente percebe que suas lutas são em manter o mínimo para a sobrevivência, sem sonhos de uma vida melhor.

Silva (2007) constata que estar associado coloca esses trabalhadores numa luta que vai além das condições materiais. Os trabalhadores lutam também por reconhecimento como ser humano e do seu modo de ser e viver. Nesta luta, está em jogo sua “visão de mundo e de comportamentos que emergiram baseados na solidariedade democrática e no trabalho associativo” (SILVA, 2007, p. 136). Estes trabalhos abriram caminho para que eu pudesse perguntar sobre a visão de si dos catadores e os valores que colaboram para a sua luta por reconhecimento.

1.4 O CONCEITO DE POBRE NESTE CENÁRIO DE LUTAS

Para Martins (2002), desde a ditadura no Brasil vivemos um desenvolvimento econômico que não acompanha o desenvolvimento social. Paralelo à acumulação do capital ocorre um processo de desvalorização do trabalho e desqualificação do trabalhador devido ao crescimento tecnológico e às perdas salariais. Uma consequência disso é que em vez de existir apenas um trabalhador na família, mais de uma pessoa passam a ocupar o espaço de trabalho para garantir a renda familiar e muitos em situação de desemprego aderem ao trabalho informal. A família constitui-se como referência para a garantia da sobrevivência. Martins (2002, p. 34) afirma que este contexto transformou o trabalhador em excluído ou marginalizado, “portanto, um conjunto de fatores econômicos e políticos engendrou a metamorfose

de parte da classe trabalhadora em excluídos”.

Para este autor, o pobre nessa realidade de mudanças políticas e econômicas é aquela pessoa que surge desta transformação identitária de trabalhador a excluído, e que cria, a partir disso, suas estratégias de sobrevivência. Na busca da garantia de sua história, “o pobre aderiu ao mundo que o fez pobre” (MARTINS, 2002, p.37) e descobriu que o consumo excessivo é a forma de afirmação da identidade moderna, na qual a aparência é a marca do jeito de cada um. Para Martins (2002), o estereótipo do excluído está associado a sua imagem, como a de estar mal vestido e esfarrapado, o que gera no pobre, motivos para protestos sociais, demonstrando a captura das pessoas pela estrutura social que as exclui, já que os protestos dos pobres são por inclusão (nesta forma de organização social) e não de transformação dessa realidade.

A mudança social sobrepõe o excluído ao trabalhador porque, sociologicamente, o trabalhador perde em parte sua visibilidade como tal. Os protagonistas da situação social adversa que mais golpeia a consciência das elites, e da classe média que fazem parte, não estão majoritariamente nas fábricas – estão nas ruas, nas favelas e cortiços, nas invasões, nos bairros miseráveis da urbanização patológica que o novo desenvolvimento produziu” (MARTINS, 2002, p. 34).

Como resultado dessa transformação, diversifica-se o plano de análise, colocando em primeiro plano a família, a desagregação familiar, criança e adulto em situação de rua, o morador precário, em vez de unificar todos em um personagem, que seria a classe operária.

A consciência de *produtores* e *produto* da sociedade, segundo Martins (2002), dá lugar a uma orientação conservadora. Capturadas pela lógica dominante, estas pessoas são destinadas a realizar trabalhos residuais ou secundários, e enquanto excluídos, são descartáveis para a sociedade ou “coisificados”. Os protestos populares dos pobres por mudança desta identidade têm como pano de fundo o pedido de inclusão. Em vez de ocorrerem discussões sobre contradições sociais, o que surge como bandeira são lamentações. Martins (2002, p. 37-8) considera que estes protestos revelam “uma ânsia conservadora de inclusão e não um afã de transformação social”.

Para Gonçalves Filho (1998), as pessoas pobres recebem uma herança que vem de gerações anteriores ao processo de industrialização. A escravidão de negros e índios é uma realidade histórica que ainda se faz presente na vida das pessoas

descendentes dessa geração. Percebe-se que as mensagens de coerção e violência vividas por seus antepassados durante a escravidão estão internalizadas em suas trajetórias de vida e são transmitidas aos seus descendentes. Essas mensagens são rememoradas através das sensações e percepções do mundo, sendo sua gênese esquecida e elas naturalizadas no jeito de ser das pessoas pobres.

Sarti (2007), ao conceituar o termo “pobre”, percorre as definições das Ciências Sociais e, segundo ela, essas definições se diferem da visão que os pobres têm de si. As Ciências Sociais definem o pobre como definem outrem, como em um mecanismo de projeção. As categorias “cidadãos”, “trabalhadores” ou “necessitados” correspondem à visão de mundo do pesquisador e diferem das visões do próprio pobre. A pesquisa dessa autora com famílias pobres se aproxima da presente pesquisa na medida em que ambas procuram conhecer os valores das pessoas pobres. Para Sarti, o primeiro passo na busca desse conhecimento seria quebrar as barreiras entre “nós” e “eles”, pois os pobres, como qualquer ser humano, apreendem o mundo e dão sentido às coisas da vida nas interações com o outro.

A constatação que as pessoas pobres tomam atitudes usando as mesmas categorias que a maioria das pessoas da sociedade não significa para Sarti (2007) um triunfo da lógica dominante, como entende Martins (2002). A autora entende que as abordagens teóricas que consideram temas sobre cultura autônoma, cultura integrada ou alienada sejam dualistas, o que para ela corresponde a uma análise às avessas: “A afirmação da diversidade cultural implica análise política do jogo das relações de força, porque neste jogo não se é, por definição, nem autônomo, nem dominado (ou integrado) em termos absolutos” (SARTI, 2007, p. 45).

O pobre, numa lógica dualista, pode ser visto como o “mau pobre” (perigoso) ou o “bom pobre” (consciente). Porém, as definições de bom ou mau, certo ou errado, eles ou nós, dependem de quem define. Para Sarti (2007), já que essas definições fazem parte do processo de construção das identidades sociais, não estão fechadas em conceitos absolutos, mas se constituem como um problema de pesquisa a ser analisado. As identificações e diferenciações são problemas em si, já que fazem parte de um sistema social mais amplo no qual a diversidade permeia as relações.

Para o estudo do universo moral das pessoas pobres, Sarti (2007, p. 53) parte da família como universo moral, pois entende que “a família é uma questão ontológica para os pobres”. É na família que se constroem a identidade social e a

estruturação simbólica, e é também onde se organizam as explicações de cada um sobre o mundo. É neste espaço que se define o que é ser homem, mulher, criança e qual a função de cada um destes no grupo social em que se inserem. Outra categoria usada por esta autora em sua pesquisa é o trabalho, já que para fora do cotidiano familiar, nas relações entre as famílias e em nossa sociedade, o trabalho é uma referência identitária. Ao se identificar, cada um diz um pouco do que faz.

A partir destas categorias, Sarti (2007) faz uma análise das distinções e fronteiras entre os semelhantes e as distinções entre os pobres que são melhores percebidas a partir das definições morais que surgem sobre a família e o trabalho. Os pobres devem ser analisados como qualquer outro grupo social, a partir da dimensão simbólica que forma o sentido de sua existência no mundo. São pessoas que se estruturam a partir dos laços familiares, sendo que estes laços não se restringem aos laços consangüíneos, mas também aos laços de convivência que colocam significado em si e nas coisas do mundo, e das posições que os membros da família ocupam no mundo do trabalho.

Os autores citados são importantes para que seja feita a definição de pobre. Assim como Martins (2002), entendo que a pobreza é uma condição que resulta de um processo estrutural que transforma trabalhadores em excluídos num processo de desumanização e que, a partir desse contexto, os pobres criam estratégias de sobrevivência. Como Gonçalves Filho (1998), considero que a história de segregação dos pobres é anterior à industrialização, pois os escravos viveram mensagens desumanizadoras de seus senhores e esse processo estrutural está internalizado no jeito de ser e viver das pessoas em situação de pobreza e é transmitido de geração em geração nas relações familiares e comunitárias.

Ainda, em concordância com Sarti (2007), acredito que os significados dos laços sociais entre os indivíduos pobres são estruturais para a existência e resultam dos sentidos das interações que eles estabelecem e definem. São pessoas que vivem situações precárias de trabalho e moradia, inseridos em relações fragilizadas e desumanas para as quais o alicerce de humanidade advém dos laços afetivos familiares que estabelecem.

Os protestos dos pobres pela mudança de sua imagem estereotipada ora reproduzem a lógica dominante, ora expressam os sentidos dos valores adquiridos em uma trajetória. Essa contradição é vivida como um processo de luta pelos mesmos. Em consulta bibliográfica a estudos de casos, percebe-se que é evidente

que as pessoas em situação de pobreza, quando estimuladas por educadores sociais ou por agentes de políticas públicas, refletem sobre sua condição e sobre sua imagem. Estas reflexões têm gerado protestos e movimentos sociais que reivindicam uma mudança identitária e transformações na sociedade. Buscam mudar o resultado desta imagem, que são os ressentimentos, a falta de acesso à cidadania e o reconhecimento pelo trabalho realizado.

1.5 OS MORADORES DA ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS

A partir das considerações anteriores, é importante apontar os motivos da escolha da Ilha Grande dos Marinheiros para a realização de um estudo de caso com catadores e separadores de lixo urbano. O tempo em que estive como psicóloga social na ilha foi de experiências ricas e questionamentos, registrados com o interesse de compreender melhor a dinâmica dos moradores e de usá-los em uma futura investigação. Estes questionamentos me acompanharam durante a elaboração do objeto de pesquisa.

A distância posterior dos conflitos cotidianos da comunidade me possibilitou percebê-los sob outro ângulo. O que parecia ser próprio daquela comunidade específica começou a ser por mim compreendido como parte de um contexto social que poderia ser percebido em outras localidades deste país. A partir das leituras que realizava, eu compreendia que assim como na comunidade em que trabalhei, na qual as pessoas lutavam contra estigmas, outros pesquisadores chegavam a conclusões parecidas em seus estudos de caso, o que me direcionava para minha questão de pesquisa: compreender a dinâmica desta luta das pessoas em situação de pobreza e o que a motiva.

A investigação, tendo em vista o objeto teórico poderia ser realizada em muitos lugares do país. A escolha do local para esta investigação levou em consideração esses antecedentes, que me possibilitaram montar um histórico da comunidade, ao lado das condições materiais que possuo. Considerei também a idéia de que na Ilha Grande dos Marinheiros eu teria facilidade de acesso às lideranças comunitárias, bem como a confiança dos moradores, para que se sentissem motivados a externar sua subjetividade nas entrevistas.

A história dos moradores das ilhas é uma história de lutas contra preconceitos, em nome daquilo que consideram justo. Desde a década de setenta,

existem organizações coletivas da comunidade empobrecida deste lugar, apesar das condições precárias em que vivem. A criação destas organizações foi fomentada por agentes externos à comunidade. Atualmente, o maior embate desta comunidade no município de Porto Alegre é pela garantia do trabalho dos condutores de carroça que recolhem o lixo na cidade e o levam para suas casas, para triagem e venda do lixo seco. Para explicá-lo, é importante que se faça um relato da história local, construído a partir de dados coletados anteriormente à pesquisa.

Os moradores da ilha, trabalhadores da catação e separação de lixo urbano, estão desde o ano de 2002 organizados em associação, vivenciando conflitos com as organizações locais e com o poder público. O objetivo de suas lutas é manter-se nas ruas de Porto Alegre como condutores de carroça. Este conflito teve um de seus desfechos em junho de 2008, com a aprovação do projeto de lei que propõe o fim da circulação de carroças no prazo de oito anos na capital.

Existem na Ilha Grande dos Marinheiros habitantes em situação de pobreza, mas constata-se em suas histórias a participação coletiva em diversas lutas para mudança de sua realidade social. Especificamente nesta comunidade, o trabalho com o lixo representa parte da vida e das lutas coletivas de muitos moradores. Para ressaltar a importância desta escolha, relatarei alguns momentos históricos considerados significativos pelas lideranças locais. Os dados dessa história foram coletados durante o trabalho como psicóloga social que desenvolvi nesta comunidade no período de 1999 a 2006³.

Um marco importante na constituição desta comunidade foi a construção da ponte do Guaíba, no ano de 1958. A novidade desta construção estava no fato de que a ponte é móvel, o que não prejudicaria o trânsito dos navios petroleiros. A ponte facilitou o acesso de moradores da Capital à moradia nas terras do arquipélago.

Em 1973, a prefeitura de Porto Alegre usava a Ilha do Pavão como depósito de lixo, atraindo moradores empobrecidos que viam no lixo uma forma de geração de renda. Nesse ano, já começaram a vir para esta comunidade pessoas sensibilizadas com a situação de pobreza do local, as quais fomentariam a organização dos moradores em cooperativas e associações.

Em 1976, foi implantada a lei que transformava este espaço em Parque

³ Os nomes dos sujeitos de pesquisa são fictícios, com o objetivo de preservar sua identidade.

Ambiental, não podendo existir moradores no mesmo. Segundo lideranças locais, foi um momento de muitos conflitos e que consolidou a existência da associação de moradores, passando esta a ser um lugar de encontro e reivindicação da comunidade, naquela época. Como relata uma antiga liderança comunitária da Ilha Grande dos Marinheiros:

Vou contar uma história que não está escrita em livro nenhum, é a vida real, a minha luta vem desde 1976, uma luta pelos moradores. Na ilha não tinha nada, era tudo mato, nós estávamos em 350 moradores. Juntos, fizemos a primeira vitória, fizemos o centro de saúde, os banheiros da escola, conseguimos uma escola nova, na luta da associação dos moradores Amigos da Ilha Grande dos Marinheiros. Nós tínhamos uma comissão para dar melhorias para a população. Já conseguimos bastante coisa em nossa luta e nossa caminhada. Hoje nós temos 3.000 moradores na ilha (Iara, 2003).

Esta ilha compõe o Arquipélago do Guaíba junto com outras 31 ilhas que se situam em seis municípios: Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo, Eldorado do Sul e Charqueadas (BIAZUS, 2004). O Arquipélago compõe um parque ecológico: Parque do Delta do Jacuí, um espaço público de preservação onde não poderiam existir habitações. Desde 18 de outubro de 2005, este território dividiu-se em Parque Ambiental e Área de Preservação Ambiental, passando a ser permitido por lei que haja habitações em harmonia com a natureza, regularizando as moradias do local. Este processo foi resultante da organização e do diálogo desta comunidade (moradores, sociedade civil organizada e poder público local), conforme relata o líder comunitário Tiago,

Eu tenho um sonho para a Ilha Grande: ela ser emancipada ou ela ter o processo de reordenamento do Parque Delta do Jacuí concluído e o povo ser mais reconhecido através da comunidade e de toda a cidade. Trazer mais trabalho para a comunidade e mostrar que eles também podem fazer alguma coisa, não ser inutilizado, mostrar que também tem gente na Ilha, que não é só bicho que vive na Ilha. A gente sabe conviver com a natureza, tanto que nós moramos nela. Nós queremos ter a capacidade de nós conviver com a natureza e preservar o que a gente tem que é a ilha que nós moramos (Tiago, 2003).

Com a formação da associação, os moradores lutam por escola, creche, constituem cooperativas de artesãos e de reciclagem (primeiro galpão de reciclagem de Porto Alegre), além de conquistarem um posto de saúde. O Clube de Mães Unidos da Ilha, criado em 1982, passa a ser uma organização de referência local,

dentro e fora da comunidade⁴.

Em 1983, os moradores da vila Teodora, próxima ao Arquipélago, foram transportados para a Restinga, outro bairro de Porto Alegre onde a maioria dos moradores era catador de papel. A distância do centro, a falta de transporte e de trabalho fez com que muitas famílias buscassem refúgio nas ilhas do Guaíba. São também moradores das ilhas donos de mansões e clubes que encontram neste lugar belas paisagens e espaço para esportes aquáticos e lazer.

Em 1998, foi implantado o Módulo de Assistência Social da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), na época chamada de Fundação de Educação Social e Cidadania (FESC). Neste período, começam a ser implantados diversos programas de políticas públicas nesta comunidade, tendo como efeito a retomada da organização comunitária e o surgimento de outras organizações como a Rede de Atendimento e Proteção à Criança e ao Adolescente⁵.

Um dos espaços que temos aqui na Ilha Grande dos Marinheiros é a nossa reunião de rede que a gente trata de diversos assuntos, trazem as secretarias da cidade e se debate melhorias para a ilha como projetos de frente de trabalho e outros. No geral diz respeito à comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros, então eu coloco a importância da reunião de rede porque nela nós temos condições de chamar as secretarias e os órgãos públicos responsáveis pela administração e nós expomos os nossos problemas que acontecem dentro da ilha. Porque a gente vive no Parque Delta do Jacuí e a gente é privado de muitas coisa aqui. Então a Reunião de Rede tem uma intensa preocupação de organizar a comunidade, de debater, de dar sugestões, chamar os órgãos públicos aqui para dentro. Então a reunião de rede é uma das entidades, é um espaço público comunitário onde a gente chama as entidades para debater os nossos assuntos (João, 2003).

Em 2000, iniciou na Ilha Grande dos Marinheiros o Programa Coletivo de Trabalho, a partir de uma ação do Ministério Público. Este previa uma intervenção junto aos criadores de porcos e carroceiros, visando alternativas de trabalho aos moradores. Esse programa atingiu um número expressivo de moradores e provocou reflexões sobre seu local de moradia e suas realidades de trabalho.

⁴ O filme Ilha das Flores de Jorge Furtado é outro acontecimento muito citado pelos moradores, pois se sentiram comparados com os porcos e sua imagem prejudicada diante da sociedade em geral. Em 1995, é realizada denúncia ao Ministério Público da criação de porcos na Ilha Grande dos Marinheiros.

⁵ Uma reunião quinzenal da qual participam os atores sociais presentes no trabalho com a comunidade: poder público, ONGs, lideranças comunitárias, organizações comunitárias, e moradores. Esta reunião passou a ser espaço de formulação das questões trazidas pelos moradores da comunidade.

O que eu gostaria de falar para vocês? Como um sonho pode ser realizado. Nós muitas vezes tentamos formar uma associação, formar um clube de mães e cooperativas. Há cinco anos atrás, vínhamos nos articulando, tentando, lutando e sendo desacreditados e chamados de loucos. Através do coletivos de trabalho, do curso de auto gestão e cidadania que teve no projeto coletivo, as pessoas parecem que abriram os olhos, começaram a enxergar que havia direitos que a gente podia buscar e começaram a acreditar naqueles sonhadores que fazia dois ou três anos que vinham buscando trazer alguma coisa. Então eu acredito que o curso de auto-gestão e cidadania deve ser sempre usado não só pelo programa coletivos de trabalho mas em qualquer outras situações, qualquer outros cursos, pois foi a mola que impulsionou as pessoas a solidificarem-se e organizarem-se para muitos trabalhos...Todas as pessoas começaram a ver a luz neste curso de cidadania, começaram a acreditar mais em si, começaram a levantar a auto estima. Isto para mim foi a mola impulsionadora não só da realização da cooperativa, mas para a realização de muitos projetos que têm na ilha e também, a organização das pessoas no orçamento participativo (Joana, 2003).

Com o programa, nasceu o desejo de formação da Cooperativa do Arquipélago de Prestação de Serviços (COOPAL), instituída em 2001. Sem a fonte de renda da criação de porcos, a comunidade, além de formar a COOPAL, se organizou para garantir outra forma de subsistência: a catação e separação de lixo urbano. Esse material era trazido pelos carroceiros do centro de Porto Alegre para as ilhas. Em 2002, a partir da organização comunitária, a associação dos carroceiros foi reativada.

A história da COOPAL começou no fim de 2000, quando soube por um amigo de um projeto na ilha que pegaria pessoal para um serviço de limpeza urbana. Daí fui e participei da reunião, na qual não acreditava muito. Mas, pra minha surpresa, estavam lá o pessoal do DMLU, da Fundação Solidariedade e da Secretaria do Trabalho, entrei e participei da reunião, e estavam gestores públicos e comunidade traçando projetos. Foi constituído um coletivo de trabalho, com pessoas desempregadas, carroceiros, e outros, que começaram a trabalhar para eliminar os porcos. Era fonte de renda do povo em geral da ilha. Trabalhando com carroça e criando porcos. Eu trabalhava com construção civil, mergulho, em Cachoeira do Sul e Lajeado, mas nasci e me criei na ilha. O poder público organizou turmas em salas de aula dando cursos de cidadania e a expectativa era tirar do curso um grupo motivado para retirar dejetos e lixos. E ganhava um salário e cesta básica, trabalhando sete meses com isso. Foi dessa experiência que nasceu a cooperativa (José, 2006).

O Clube de Mães Unidos da Ilha, a COOPAL, a Associação dos Carroceiros e o Galpão de Reciclagem passaram a ser espaços importantes de encontro e discussão sobre as problemáticas das ilhas. O Clube de Mães constituiu-se parceiro do governo, conveniando programas assistenciais. A COOPAL, além de ser prestadora de serviço público, passou também a colaborar na discussão sobre o

parque em relação à lei de criação de uma Área de Preservação Ambiental - APA (local onde pode haver habitação em convívio com a natureza). Os carroceiros fizeram um debate paralelo, de confronto. Organizados, começaram a se dar conta de sua situação e construíram resistência ao poder público, procurando garantir o trabalho da carroça com o lixo urbano. O Galpão de Reciclagem era ligado à ONG religiosa Devoção a Nossa Senhora Aparecida das Águas, que tem como objetivo organizar os moradores em torno da Romaria das Águas e na defesa do meio ambiente⁶.

Houve debates entre os condutores de carroça e a prefeitura local, Estado, Poder Legislativo, Ministério Público e mídia, sendo que os mesmos conseguiram algumas conquistas importantes. Esse debate os manteve nas estradas da capital, garantindo a renda com lixo urbano. As alianças construídas por esses trabalhadores trouxeram vínculos entre os próprios moradores e com jovens de filosofia anarquista da capital que os filiaram ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

O objetivo destes coletores do lixo urbano é garantir a geração de renda de muitas famílias que sobrevivem do trabalho com a carroça. Não é apenas o carroceiro que depende desta renda, mas o ferreiro que constrói os arreios para segurança do animal, aqueles que vendem o alimento para o cavalo e aqueles que catam o lixo trazido da cidade. Esta atividade proporciona geração de renda para muitas famílias e, nas últimas décadas, passou a ensejar uma cultura local de resistência na garantia do direito ao trabalho e moradia.

A dificuldade de diálogo da associação dos carroceiros devido ao constante confronto com o governo e organizações da comunidade culminou em um conflito interno que ocasionou uma dissidência na associação em 2006, conduzindo à formação de uma nova associação com a legitimidade da comunidade. A proposta da nova associação era de fortalecer as lideranças comunitárias do arquipélago e sensibilizar os parceiros para a realidade dos mesmos. A nova proposta de organização queria garantir que o ofício de condutor de carroça fosse visto como uma profissão, melhorando a qualidade de trabalho e de vida.

Para esta nova associação, os parceiros e o poder público deveriam estar a favor das necessidades dos moradores. A associação propôs a resistência e

⁶ A Romaria das Águas é um evento anual que ocorre no dia 12 de outubro.

também um trabalho social e educativo com as crianças e famílias dos carroceiros que, segundo propostas, precisavam de acompanhamento e orientação. Foi proposto também a aliança e o diálogo entre os moradores e as lideranças em torno da problemática, pois entendiam que os diversos conflitos nas ilhas afastaram os moradores dos carroceiros e dividiram a comunidade em função dos diferentes interesses de grupos e instituições.

A população empobrecida da Ilha Grande dos Marinheiros encontra no trabalho com o lixo uma maneira de gerir a renda de muitas famílias. A luta por garantir este trabalho e o respeito da sociedade pela profissão movimenta boa parte dos moradores desta comunidade para: a promoção de diálogos entre si sobre suas necessidades; alianças com parceiros que acolham suas propostas; bem como embates e negociações com agentes externos para lutar pela superação dessas necessidades. Por estarem, mesmo em situação de pobreza, engajados nessa luta pela garantia de renda e contra os preconceitos aliados ao seu trabalho, justifico os catadores e separadores de lixo urbano moradores da Ilha grande dos Marinheiros como o público a ser investigado neste estudo de caso.

1.6 O PROBLEMA DE PESQUISA

O estudo realizado até aqui me permitiu constatar que existe um dinamismo nas pessoas em situação de pobreza que é despertado nelas e que possibilita reações ao estigma recebido. Essas reações impulsionam a luta por mudanças nessa imagem negativa para uma imagem mais digna e humanizada a seu respeito. Compreender o que desperta essa potencialidade e como as pessoas pobres se reconhecem, identificando as expectativas, os sonhos e os valores que as movimentam em lutas por reconhecimento, é o que busca essa investigação.

Como já dito, os investigados são os catadores e separadores de lixo, moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, na cidade de Porto Alegre. No histórico dos moradores percebo que as ações públicas levadas aos trabalhadores de catação e separação de lixo urbano neste local não tiveram eficácia em alcançar o objetivo de retirá-los da paisagem da cidade. Eles continuam vivendo a cada dia o medo e a ansiedade de perderem seu instrumento e seu espaço de trabalho, lutando pelo reconhecimento da profissão de catador. Será que esta ansiedade os movimenta a resistirem contra os diversos projetos sociais? O que representa a

associação dos carroceiros para esses trabalhadores? O que representa o trabalho com o lixo para estes moradores? E como querem ser definidos? Que expectativas, sonhos e valores têm estes trabalhadores para persistirem na defesa do seu espaço de trabalho?

Considerando o objeto proposto e as condições empíricas da pesquisa, o objetivo deste estudo de caso pode ser assim anunciado: identificar e compreender as configurações sociais, objetivas e subjetivas, explicativas da conduta e da visão de si dos trabalhadores que vivem da coleta, triagem e venda do lixo urbano, bem como as expectativas e os valores que os fortalecem em sua luta pelo reconhecimento e pela garantia de sua profissão. Para alcançar este objetivo, as teorias utilizadas consideram as condições objetivas e subjetivas dos nossos investigados.

Capítulo 2

REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE A LUTA POR RECONHECIMENTO

Este capítulo consiste na elaboração do marco teórico para análise do problema de pesquisa proposto. Para compreender o dinamismo das pessoas pobres na luta por mudanças de estigmas, é necessário considerar as diversidades de expressões subjetivas dos agentes envolvidos sem perder de vista as condições de classe nas quais essas pessoas vivem. Pobre, conforme visto anteriormente, é muito mais do que um adjetivo, o pobre é uma pessoa construtora de história, inserida em uma cultura social e familiar. Deste ponto de vista, devemos compreender melhor o que os identifica em sua luta contra os estigmas e considerar a diversidade que faz parte do seu contexto de vida. O conceito de pobre nos remete a uma heterogeneidade de personagens.

Conforme a reflexão realizada no capítulo anterior, percebemos que as ações dos agentes externos para enfrentamento da realidade da pobreza tiveram como um de seus resultados a reflexão sobre os estigmas que os pobres receberam que produziram conflitos entre eles e lutas por reconhecimento de outras imagens consideradas dignas na sociedade, como por exemplo, de cidadãos e trabalhadores. Essa luta evidencia uma contradição: mostra os pobres integrados à lógica de uma sociedade de consumo centrada na imagem, mas mostra também que eles procuram espaços de expressão das diversidades culturais e políticas pelas quais são constituídos.

O desafio da construção deste marco teórico é articular as condições materiais objetivas com as quais estão identificados e as diversidades de expressões de suas trajetórias produzidas nas suas interações com seus semelhantes. Essa articulação nos possibilitará uma melhor compreensão da dinâmica que está presente na vida das pessoas pobres que se desenvolve a partir da estrutura social. Segundo Goffman (2008), é a partir da interação que o indivíduo toma atitudes e também percebe a pressão dos outros sobre sua ação. As identificações e confrontos de suas histórias de vida são as matrizes para as definições das situações em que vivem e motores de suas lutas.

Este capítulo tem por objetivo conceituar o campo de disputas e situar o pobre na história social de nosso país para uma melhor compreensão das identificações e

diversidades de suas trajetórias. Para alcançar este objetivo, começarei pela teoria de Bourdieu, seguido por autores brasileiros que desenvolvem suas teorias sobre o jeito de ser do pobre no Brasil.

A partir desses autores, perceberemos que as lutas evidenciam a presença de um jogo social no qual *campos de disputa* constituem-se a partir das interações dos participantes. As pessoas que fazem parte de um *campo de disputa* se distinguem pelo seu jeito de ser que não são naturais, mas são resultantes das condições em que se desenvolvem e crescem, condições essas caracterizadas pela desigualdade de oportunidades. As ações dos agentes do campo são diversas e a formação desta diversidade remete à história de cada um e de seus antepassados.

O passado está presente nas atitudes dos integrantes de um *campo* através da rememoração de sensações e percepções que são algumas das matérias primas para as ações das pessoas pobres. A participação em ambientes coletivos produz questionamentos sobre suas interações, que são motores de protestos que tem como pano de fundo lutas por reconhecimento de sua humanidade, apesar da condição de pobreza.

2.1 DISTINÇÕES DE CLASSE E LUTA POR RECONHECIMENTO

Segundo Saleci (2005), vivemos na atualidade em meio a um mundo globalizado, alimentado por lutas históricas dos anos 60 e 70 por reconhecimento da autonomia e da liberdade de expressão. Para essa autora, os sonhos e as lutas da juventude dos anos 60 e 70 foram assimilados pelo mercado. O motor de movimento do capital passou a ser o investimento no sonho de felicidade e o desejo de marcar a diferença. Ser diferente tornou-se um sonho massificado e global. Para este objetivo ser atingido, usou-se como tática a flexibilização das fronteiras das relações de mercado onde a referência territorial se transforma em global. Isso significou mudanças nas inter-relações entre diversas culturas que passaram a ser mediadas pelo mercado. Fenômeno esse, aliado à revolução tecnológica. A imagem é o que faz a diferença.

Segundo esta mesma autora, o sonho de um futuro de liberdade dos jovens dos anos 60 e 70 é revivido a cada invenção do mercado que ocupa o lugar das raízes históricas e culturais. As pessoas se aproximam e se afastam pelos sonhos compartilhados em detrimento das raízes históricas a que pertencem. No processo

de globalização, o individualismo é uma característica produzida pelo mercado. Nessa referência do sonho alimentado pelo consumo, as pessoas próximas são estranhas e as pessoas distantes são semelhantes.

Em contrapartida, esse processo de globalização deixou muitas pessoas fora deste mercado e do consumo, gerando um aumento de trabalho precarizado e do desemprego. Para Boaventura de Sousa Santos (1999), as grandes promessas da modernidade não foram cumpridas para a maioria da população do planeta. Segundo este autor, a industrialização não foi o “motor do progresso e a parteira do desenvolvimento” (SANTOS, 1999, p. 203). Apesar de avanços científicos e tecnológicos, nossa organização social faz com que a maioria da população do planeta esteja fora deste desenvolvimento global.

(...) para dois terços da humanidade a industrialização não trouxe desenvolvimento. Se por desenvolvimento se entende o crescimento do PIB e da riqueza dos países menos desenvolvidos para que se aproximem dos países desenvolvidos é fácil mostrar que tal objetivo é uma miragem dado que a desigualdade entre os países ricos e países pobres não cessa de aumentar (SANTOS, 1999, p. 203).

Segundo Veronese (2005), como alternativa à crise produzida pela globalização, nos últimos quinze anos no Brasil vêm surgindo organizações de trabalho mais solidárias na produção e distribuição de bens, materiais e imateriais, chamadas de economia solidária. Estando na contramão do processo hegemônico, essas iniciativas se constroem na própria vida cotidiana. O desenvolvimento dos grupos se movimenta de suas contradições, ou de suas tentativas compostas de erros e acertos, o que enriquece ainda mais essas experiências. Para a autora, os valores centrais da economia solidária são o trabalho, o saber e a criatividade (VERONESE, 2005, p. 60). A história de cada pessoa em sua relação com os outros, com a comunidade e a sociedade na qual está inserida, é a principal referência destes empreendimentos, sendo que a noção de eficiência passa por esta focalização no ser humano e não apenas no lucro.

Para uma análise das iniciativas coletivas locais que estão na contramão da proposta hegemônica de circulação do capital, procuro na teoria de Bourdieu (2007a) a crítica a uma visão homogeneizadora da sociedade, limitada a apenas um recorte, seja econômico, cultural ou social, das ações dos agentes sociais. Para esse autor, essa leitura unilateral da realidade demonstra, no real, uma inscrição do pesquisador em uma escola, ou seja, constitui uma história acadêmica corporificada,

identificada com determinada linha de pensamento. Estas construções teóricas definem a posição, o modo de ser do pesquisador e a sua relação com o jogo do poder. Bourdieu (2007b) questiona estes reducionismos e, metodologicamente, entende que compreender essas formas dos agentes sociais de existir e de se posicionar é refletir uma história que se torna corpo e é vivida nas relações interpessoais. Estas relações são moldadas por posições e escolhas dentro de um *campo* que é atravessado pelo econômico, social e cultural, e estas escolhas resultam de relações de poder.

Este mesmo autor (2007a) contribui com sua reflexão sobre a história de cada agente social, não apenas como um produto individual, mas como uma vida que se entrelaça com uma rede social, cultural e econômica e que, coletivamente, se encontra em luta nesta hierarquia, reproduzindo e alimentando desigualdades sociais. Para direcionar o olhar para fora deste reducionismo estrutural, ou economicista, importa compreender como essas relações se reproduzem e se legitimam nas suas diversas formas.

Bourdieu me permitiu compreender como variam as relações, seja entre os que dominam ou entre os que são dominados. A teoria de Bourdieu permite conhecer a trajetória dessas vidas, remontando sua gênese e percebendo que, desde o nascimento, estão inseridas numa rede de representações de classe, as quais surgem das condições não apenas materiais, mas também culturais e sociais nas quais as pessoas estão inseridas.

Segundo ele, uma análise das estruturas a partir da redução do *campo* ao capital econômico é reduzir e perder de vista as variedades de relações que se configuram e se estabelecem. Porém Bourdieu (2007b) também crítica as posições de análise interacionistas que reduzem a realidade ao recorte da comunicação. Ele considera que comunicação “são sempre relações de poder que dependem da forma e do conteúdo do poder material ou simbólico acumulado” (BOURDIEU, 2002b, p. 11) pelas pessoas ou instituições envolvidas nessas relações e que podem permitir a acumulação destes bens simbólicos. O autor procura, através da análise da variedade de interações que se estabelecem, conhecer como naturalizamos e reproduzimos no dia a dia hierarquias e desigualdades, alimentando a dominação através de lutas por acumulação de capital, produzidas a partir desses viveres e poderes legitimados socialmente.

Desta forma, a análise proposta permite que possamos conhecer como se

reproduzem e se alimentam as dominações numa mesma classe social. Numa análise criteriosa, percebemos que nas posições de cada agente e nos gostos distintos ocorrem disputas por legitimação de posturas e de apropriação de capital não apenas material, mas também cultural, na sociedade. O poder é percebido nas relações que são diferentes e estão situadas em um *campo de disputa* de interesses onde se estabelece este emaranhado de cruzamento de comunicações.

O conceito de *campo* de Bourdieu “constituía num ponto de vista do qual se poderiam captar posições produtoras de visões, obras e tomadas de posição, a que correspondiam classes de agentes de propriedades distintivas e portadores de um *habitus* também socialmente construído” (MICELI, 2003, p. 65). Este processo de análise compreende três eixos: o primeiro diz respeito à relação dos artistas e intelectuais com as classes dirigentes, o segundo corresponde à concorrência interna entre a variedade de categorias e grupos em torno da legitimidade cultural e o terceiro corresponde à construção do *habitus*. A relação estabelecida do *campo* se relaciona com a estrutura social dominante legitimando suas regras ou na luta por reconhecimento pelos montantes de capitais materiais, culturais e sociais dos agentes em jogo.

Um *campo* então é um espaço social estruturado e estruturante de posições e interações de grupos ou instituições que se identificam e se distinguem entre si e que coexistem numa relação de forças hierarquizadas. Neste dinamismo, um *campo* cria seu objeto seja de ensino, artístico ou político. Constitui-se em um espaço de produção material e também de produção intersubjetiva, onde ocorrem disputas e lutas pela apropriação de bens econômicos, culturais e sociais. Conhecer a disputa por apropriação desses bens simbólicos em um determinado espaço é circundar as relações de poder e conhecer como elas se produzem, naturalizando hierarquias e costumes, legitimando a acumulação do capital cultural, social ou econômico.

Em sua obra “A Distinção” (2007a), Bourdieu analisa diferentes modos de vida para compreender a dinâmica que existe no espaço social relacionada ao gosto e às distinções. Nessa obra, ele mostra que dentro de um *campo* se percebe o enlace de interações econômicas, culturais e sociais. As interações econômicas estão relacionadas à produção de bens, ou seja, ao capital econômico. As relações familiares e de ensino são herdadas pela pessoa desde seu nascimento e são consideradas como sendo o capital cultural. O capital social, para ele, é gerado pela trajetória de uma pessoa e pelas relações estabelecidas durante sua existência. O

poder simbólico, para Bourdieu (2007a), se constitui de uma articulação entre o capital econômico e o capital cultural e o social, e está invisível nas relações. É o que garante que um determinado agente defina, ofereça sentidos e nomes no campo social onde se insere, ao mesmo tempo em que outros agentes assimilam essa informação como algo que os define. A garantia deste poder de nomeação se relaciona com a estrutura dominante da sociedade que está legitimada pelo poder simbólico presente nas interações entre os agentes.

A dinâmica do *campo social* não é fixa e sim flexível em um tempo e espaço. É estruturante por se tratar de relações constituídas através da comunicação. É estruturada por estar inserida em relações sociais e escolares que pré-existem às pessoas que se inserem no *campo*. Constitui-se em relações de poder através das distinções originadas nas divisões sociais do trabalho e dos valores incorporados nas trajetórias de vidas inseridas no *campo social*. As condições materiais, culturais e sociais que configuram estas trajetórias se distinguem. Estas distinções são classificadas e hierarquizadas através poder simbólico construído pelos grupos no *campo*. Essa multiplicidade de posições no *campo* está em constante movimento de luta de reprodução e disputa pelo poder simbólico. O conceito de *campo* também comporta as regras que fazem parte deste jogo de relações, que se diferenciam entre as que fazem parte do senso comum, a *doxa*, que é o senso de classificação do que é demandando ou aceito, e o *nomus*, as leis gerais que regem o *campo*.

Desta forma, sua teoria supera uma visão economicista das classes sociais, pois na disputa pelo poder simbólico está em jogo a apropriação de bens materiais, culturais e sociais, o que é percebido na multiplicidade de distinções de gostos e estilos que surgem desta luta no *campo*. Jogo que distingue frações de classes dominadoras, que se encontram em disputa, como também de classes dominadas que lutam por reconhecimento no *campo*. Com essa proposta de análise, Bourdieu salienta que, mesmo em interesses individuais, uma proposta coletiva condiciona as práticas elaboradas no jogo posto no *campo*.

A luta por reconhecimento não é necessariamente uma disposição de transformação na forma das relações sociais e sim uma mudança de posição no jogo colocado. Essa luta não pressupõe um conhecimento das regras postas, mas uma busca por legitimação de valores dentro do *campo*. As frações das classes e os ressentimentos produzidos desta luta mantêm hierarquias e desigualdade no *campo*. As disputas acontecem pela posição que se deseja ocupar nessa hierarquia e na

assimilação ou busca de inclusão dos valores postos pela classe dominante. De acordo com Miceli (2003), o *campo* é uma “forma de via”, um espaço social composto por um sistema simbólico que busca superar a idéia de uma saída que opta pelo sujeito idealizado, ampliando a visão para um espaço que considera a ação e interação dos agentes e as condições sociais destes para elaboração de seu objeto. É um olhar para as conquistas e fracassos do agente e para as práticas de objetivação.

A tomada de consciência política é, quase sempre, solidária com relação a um verdadeiro empreendimento de reabilitação e restauração da auto-estima que, passando por uma reafirmação vivenciada como libertadora (o que ela é também, sempre) da dignidade cultural, implica, uma forma de submissão aos valores dominantes e a alguns princípios que a classe dominante baseia sua dominação, por exemplo, o reconhecimento de hierarquias associadas às diplomas escolares ou as capacidades que supostamente, são garantidas pela escola (BOURDIEU, 2007a, p. 369).

Conhecendo a dinâmica de um *campo* e como se entrelaçam práticas de agentes em uma luta por legitimação, Bourdieu (2007b) pretende superar reducionismos individualistas ou coletivistas. Segundo o autor, não podemos simplesmente reduzir a luta dos agentes a um processo de vitimização de sujeitos idealizados ou de cumplicidade ao sistema a que estão submetidos. A teoria do *habitus* de Bourdieu (2007b, p. 77) supera a oposição destas formulações e permite “fazer a leitura de discursos encarados como matrizes reais de práticas”.

Dirigir o seu olhar para as práticas e hábitos dos agentes faz este autor perceber que estas variedades de configurações agrupam pessoas que têm uma identidade comum e os distinguem de diferentes grupos e pessoas dependendo da posição que ocupam. Esse olhar coloca em questão o que até então era visto como natural ou como um talento de cada indivíduo dentro de um grupo social.

Bourdieu (2007a) mostra o que não está visível num gosto requintado ou vulgar, artístico, intelectual, etc., que são os dispositivos que estão predispostos a essas práticas vistas como naturais de cada pessoa ou grupo. Mostra que as condições em que nascem e crescem tais indivíduos colaboram para esta aparente naturalidade. Superar o senso comum dessas representações sociais dualistas e segmentadas necessitava colocar em questão, ou seja, refletir sobre os processos inconscientes que estão objetivados na prática desses agentes. O *habitus* seria então a objetivação inconsciente ou consciente que toma corpo nos agentes das

condições em que esteve e está inserido. Segundo Miceli (2003), a construção do *habitus* é entendida como um sistema de disposições socialmente construídas, predispostas a operar como princípios de geração de práticas dos agentes em *campo*.

De acordo com Bourdieu (2007b), o modo de perceber, sentir e agir de um agente que é singular de cada um, conforme as condições dadas em que se encontra, expressa uma história internalizada de práticas de relações em um *campo* social. Os conceitos de *habitus* e de *campo* estão inter-relacionados. O *campo* produz o *habitus* e é produzido pelos *habitus* que o constitui, esses jeitos de viver e ser são conhecimentos adquiridos que estão em relação com o capital econômico, cultural ou social. Indicam a disposição corporal, quase postural de um agente em ação. O autor afirma que sua intenção ao elaborar esse conceito era sair de uma filosofia da consciência sem anular o agente na sua condição prática na construção de um objeto, "a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado" (BOURDIEU, 2007b, p. 62).

Esse sistema de predisposições pode ser herdado ou adquirido. A cultura dos modelos familiares na qual o indivíduo se insere quando nasce é um predisposto herdado que irá contribuir para a formação do seu modo de ser. O destino de uma criança tem em seus antecedentes uma história familiar que se constitui em forças objetivas nas práticas de ensino desta criança, que pode ser identificada com as condições materiais a que se dispõe este processo educativo. O indivíduo já nasce em um contexto marcado por um *campo* dinâmico e aprende por identificação e interações com o agir neste mundo incorporando os valores apreendidos. As primeiras noções para construção de seu *habitus* são adquiridas nas interações familiares e na história familiar no seu estado incorporado (que se tornou *habitus*) que são herdados, adquiridos e ensinados nas interações familiares.

A escola também faz parte deste espaço social construtor de *habitus*. O sistema escolar do qual um agente faz parte é o mecanismo que insere as pessoas no mundo da escrita e da história da sociedade. O sistema escolar também é composto de pré-dispositivos estruturados e estruturantes nas formas e estilos de ensino aprendizagem. Segundo Cláudio e Maria Nogueira (2002), o capital cultural herdado pela família favorece o aprendizado de crianças oriundas de famílias com condições mais favorecidas. Para estas crianças, a escola é uma continuidade da educação familiar. Para as crianças oriundas de famílias com condições mais

desfavorecidas, essa experiência de inserção é considerada algo estranho, distante ou ameaçador. A posse do capital cultural interfere então no desempenho e na história de cada agente neste ambiente. O aprendizado neste *campo escolar* vai além da transmissão de conteúdo, fazendo parte também na transmissão aos alunos de estilos e gostos para se comportar, escrever, pensar.

Os estilos de vida são *habitus* naturalizados e socialmente construídos. Sua gênese está corporificada na história de vida de cada agente que está inserido em determinado *campo*. Configuram-se mediante as condições de classe, o que significa o montante de posse de capital econômico, social e cultural que possibilita o movimento de um agente dentro de um *campo*. A construção da gênese de uma história pessoal permite observar as forças e as condições sociais nas quais esta história toma corpo. Para Bourdieu,

A história “sujeito” descobre-se ela mesma na história “objeto”; ela reconhece-se nas “sínteses passivas” “ante predicativas”, estruturas estruturadas antes de qualquer operação estruturante ou de qualquer expressão lingüística. A relação dóxica com o mundo natal, essa espécie de empenhamento ontológico que o senso prático instaura, é uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história (BOURDIEU, 2007b, p. 83).

Na história de vida de cada pessoa, estas lutas do *campo* são internalizadas e os valores recebidos desde seu nascimento são incorporados constituindo um *habitus* familiar herdado. As identificações de grupos que se assemelham em suas trajetórias de conquistas e fracassos e suas posições diante destes pré-dispositivos, herdados ou adquiridos na luta por legitimidade de seus valores e pela posse de capitais, dependem das condições sociais em que vivem e definem as classes sociais.

Essas condições de vida são medidas pelo volume de capital cultural social e econômico no qual esta história de vida está inserida. As classes, para Bourdieu (2007a), são mais do que opressores ou oprimidos, pois as configurações de ações dos agentes em um determinado *campo social* variam, e as distinções entre as pessoas os *habitus* compartilhados são os *habitus* de classe, pois associam “objetivamente para além de qualquer acordo consciente, pessoas numa mesma situação de classe” (SOUZA, 2007a, p. 70).

A forma assumida, neste campo, pelo capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*) que define propriamente falando a classe social e constitui o princípio de produção de práticas distintivas, ou seja, classificadas e classificantes; ele representa o estado do sistema das propriedades que transformam a classe em princípio de explicação e de classificação universal, definindo a posição ocupada em todos os campos possíveis (BOURDIEU, 2007a, p. 107).

Habitus é a história que se torna corpo, o passado tornado presente, naturalizado e esquecido de sua gênese. Segundo Souza (2007, p. 59), “é este mecanismo que produz a mágica que explica a reprodução social cotidiana e faz com que as pessoas se tornem instituições feitas de carne”. Para este autor, o grande mérito da teoria de Bourdieu foi desmascarar com rigor metodológico a ilusão de que todos têm igualdades de oportunidades. A naturalização de desigualdades e a variedade de distinções que classificam grupos são legitimações de uma dominação simbólica típica das sociedades ocidentais avançadas. Direcionar o seu olhar de análise para as forças invisíveis de lutas no *campo de classes* e frações de classes possibilitou conhecer esse sistema dispositivo de naturalização que distingue e classifica pessoas e grupos. O *habitus* produz o gosto e o julgamento estético.

Souza (2003a) percebeu na obra de Bourdieu uma possibilidade para elaborar uma teoria que pudesse refletir sobre o surgimento da modernidade em países periféricos como o Brasil: uma teoria que considere os processos de dominação sem fugir das características apontadas pelos teóricos brasileiros, com certa sensibilidade e originalidade brasileira. O objetivo de Souza (2003a) é superar leituras que homogeneizam o tipo social do brasileiro possuidor de certa cordialidade. Leituras que estão associadas à emoção, ao paternalismo, ao jeitinho brasileiro independentemente de classe ou pertencimento social. Ele questiona a crença em um progresso econômico que trará como resultado a solução de problemas como a desigualdade, a marginalidade e a subcidadania. Entende que deveria haver uma adequada problematização dos aspectos de aprendizado coletivos morais e políticos envolvidos na questão da desigualdade e sua naturalização.

Souza (2003a) vê na obra do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes um caminho para justificar sua proposta. Florestan Fernandes (apud Souza, 2003a, p.

59) refere-se à vida precária que os negros no Brasil tiveram depois da libertação da escravidão. Essas famílias viveram situações de muita vulnerabilidade e conflitos. A satisfação de estarem livres trazia consigo uma impessoalidade que conduzia a dificuldades nos relacionamentos familiares. O sentimento de liberdade fazia com que ficassem satisfeitos até mesmo com trabalhos com situação de precariedade e abandono. Esta nova realidade do negro, articulada aos valores pré-modernos construídos no período de escravidão, configura situações familiares de conflitos e de vínculos fragilizados.

Souza (2003a) explica que a obra de Florestan Fernandes oferece pistas de como se constituiu a reprodução de um *habitus* específico na apropriação de esquemas cognitivos e adaptativos transmitidos e incorporados no ambiente familiar desde o nascimento, permitindo constituições de redes sociais também pré-reflexivas e automáticas que promovem solidariedade e identificações, antipatias e preconceitos. Entende que a modernidade em países periféricos não foi conquistada num processo de lutas como na Europa, mas sim implantada de forma verticalizada e hierarquizada. Esse processo foi vivido de diferentes maneiras em nossa sociedade, fazendo surgir uma variedade de configurações sociais. Existiram aqueles que tinham a ilusão de que esse processo possibilitaria o crescimento de seu capital e aqueles que, apesar de suas diferenças valorativas, precisaram se adaptar à nova realidade e, às vezes, através de força e violência.

Souza (2007) afirma que a teoria de Bourdieu desvela a máscara ilusória de que, apesar das diferenças, todos têm os mesmos direitos e oportunidades, mostrando como se naturalizam as desigualdades sociais nas relações, não somente através da posse econômica, mas da posse econômica associada a outras posses, como a posse cultural e as experiências de relações sociais. Uma dominação invisível que toma corpo na trajetória de vida das pessoas, chamada de poder simbólico. Este mesmo autor justifica Bourdieu em sua construção teórica, pelo fato de possibilitar dirigir o olhar às diferentes configurações de relações que se tornam histórias nas trajetórias de vida dos brasileiros, desmascarando relações de desigualdade e conhecendo como se reproduzem e se legitimam relações de poder na vida cotidiana. Charles Taylor (apud SOUZA, 2003a, p. 53) também contribuirá para essa construção teórica, pois sua obra questiona o naturalismo e a idéia de *pureza da alma* disseminada nas relações sociais, produto de configurações reflexivas históricas sobre a vida.

Por isso, Souza (2003a) entende que o conceito de *habitus* de Bourdieu deve ser ampliado e propõe esse conceito elaborado por Bourdieu como sendo o *habitus primário*, produto de relações européias e que para Souza foi imposto aos países colonizados ou periféricos. Sendo que o conceito de *habitus* surge das lutas históricas dos europeus e é imposto nos países periféricos, para Souza (2003a) este conceito ainda se desdobra em duas tipologias, o *habitus secundário* se refere às pessoas que aceitaram em assimilar estes novos costumes de bom grado. O *habitus precário* tem relação histórica com aquelas pessoas que foram obrigadas a incorporar os novos valores vindos da Europa através de coerção e violência, como os índios e negros que viveram a escravidão. A modernidade foi assimilada de maneira desigual, bem como o acesso a oportunidade de direitos é diferenciada para os agentes envolvidos. Souza (2003a) entende que Bourdieu e Taylor possibilitam elaborar um referencial teórico que considera a diversidade do modo de viver das pessoas a partir de suas trajetórias, desmascarando os processos de dominações simbólicas que se tornaram corpo em suas vidas, bem como perceber, através da variedade destas configurações valorativas, como internalizam e legitimam o poder simbólico.

Através das trajetórias de vida e dos processos de luta por reconhecimento, Souza (2003a) pretende conhecer como se configuram estes valores nas pessoas que viveram experiências de abandono e se encontram em situação de vida precária. O autor quer perceber como essa luta legitima a precariedade de condições através da busca de incorporação de valores impostos pela elite dominante expressos no sonho de uma vida melhor e, a partir desta análise, desmascarar os processos de naturalização das diferenças que legitimam desigualdades sociais. Para ele, a luta por reconhecimento tem conceitos diferenciados de dignidade e cidadania sobre os quais é necessário que haja uma reflexão.

Gonçalves Filho (1998) sustenta que as mensagens de violência que os escravos receberam de seus senhores fazem parte hoje do modo de viver das pessoas pobres. Essas pessoas rememoram em sua história mensagens coercitivas e de violência que lhes impediram o acesso a espaços de decisão, participação e cidadania. Essas mensagens foram recebidas de seus antepassados e transmitidas de geração em geração na educação familiar e comunitária. Esse processo provocou a naturalização dessas mensagens e o esquecimento da sua gênese,

passando a fazer parte de todos os sentidos e percepções das pessoas pobres, como a fala, a memória, a escuta, a conduta, as sensações e os gostos. Esse processo, chamado de *humilhação social*, colocou uma classe inteira fora dos espaços decisórios e de participação.

A *humilhação social* é um processo vivido de maneira traumática. Quando rememorado de forma consciente ou inconsciente, dispara um sentimento de angústia. Esse sentimento é revivido em situações de participação e cidadania, quando os principiantes deste mecanismo se deparam com as mensagens internalizadas de impedimento deste exercício, externadas em frases como “eu não sei falar, não vou conseguir, tenho vergonha, isso não é para mim”. Esses sentimentos são compartilhados na família e nos espaços comunitários, fazendo parte do cotidiano das pessoas em situação de pobreza. A tomada de consciência desse processo pode ou não promover movimentos reivindicatórios. Para conhecer melhor esta dinâmica do passado, rememorado no presente através das interações, é preciso conceituar ressentimento.

2.2 MEMÓRIA COLETIVA E LEMBRANÇAS PESSOAIS

Diante de uma situação de conflito, Maria perde o controle e reage com fúria contra um representante do governo local. Com o ocorrido, sente um mal estar que a leva a retirar-se para fora e fumar um cigarro. Explica, fora da reunião:

Quando alguém usa de palavras autoritárias comigo, eu me lembro do meu ex-marido, das vezes em que me dava choque ou que eu apanhava e sinto muita raiva... Não consigo controlar. Parece que revivo novamente o que aconteceu comigo. Vejo o rosto dele nas pessoas e sinto muita raiva. O que me faz trabalhar na comunidade é perceber que posso ajudar outras pessoas que passam pelo que eu passei. Parece que sei o que elas estão sentindo a vergonha o medo e insegurança que essa situação traz (Maria, 2006)⁷.

A luta por reconhecimento de um grupo tem como um dos seus objetivos o desejo de mudar a imagem diante dos rótulos em troca de uma imagem positiva, de pessoa organizada e participativa. Para chegar a tal objetivo, em algumas trajetórias de comunidades empobrecidas percebe-se a importância de parceiros como o

⁷ Dados coletados no campo de pesquisa. Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios para garantia de sigilo da identidade dos informantes.

governo e outras instituições que demonstram em suas ações a vontade de estabelecer vínculos que possibilitem o diálogo sobre essas mudanças.

Na história da Ilha Grande dos Marinheiros, percebemos que a partir da organização comunitária surgiram diferentes instituições formadas pelos próprios moradores. O convívio com os agentes provocou o desenvolvimento de novos conflitos entre os parceiros atuantes naquelas circunstâncias. Embora neste contexto de história da ilha a idéia de diálogo e parceria fosse de interesse dos agentes envolvidos, aconteciam conflitos nos encontros comunitários e as tensões eram focalizadas em algumas pessoas, em vez de serem entendidas como do grupo. Esses confrontos de entendimento repetiam-se muitas vezes, gerando a idéia de que surgiam de problemas pessoais de determinados integrantes. A partir destes conflitos, os moradores das ilhas perceberam que o interesse no crescimento da comunidade não era o único interesse dos agentes envolvidos, mas que estavam em jogo outros interesses, e eles não conseguiam identificar algo em comum a todos os atores.

A pessoa que carrega em sua história um problema construído no movimento social, leva consigo sentimentos de desconforto e raivas que geram maus tratos a si e às pessoas que rodeiam seu cotidiano mais íntimo: a família, os amigos, o trabalho. Esse desconforto faz com que, muitas vezes, essa pessoa tenha vontade de desistir de seu processo de participação, levando consigo desesperança e ressentimentos. Em outras vezes, esse desconforto tem levado a comunidade a se dividir em grupos de diferentes interesses, definindo novos territórios na comunidade.

Em uma entrevista com um líder de movimentos culturais, durante meu trabalho de psicóloga social nesta comunidade, ele me dizia que:

Construir um guerreiro que luta pelos interesses da comunidade, não é algo fácil. Mas deixar um guerreiro sozinho, permitindo que ele se debata com diferentes interesses, faz com que esse guerreiro tenha o desejo de deixar de pensar no coletivo, levando-o a cuidar de própria vida. Esse processo de solidão causa muitas destruições na vida pessoal (João, 2006).

Para essa liderança, devemos cuidar de nossos guerreiros, pois esses são alvos de muito ódio, raiva e inveja, ressentimentos com os quais têm dificuldade de lidar sozinhos, pois geralmente desconhecem o autor de tais invectivas.

Adentrar os temas da memória e do ressentimento permite conhecer a

dinâmica de como os agentes sociais aproveitam as lembranças das experiências passadas para tomar posições diante do grupo. A cena descrita no início desta sessão é uma situação muito comum em reuniões comunitárias, onde algum fato desperta lembranças que fazem perder o controle das atitudes em público. A evocação verbal dos motivos dessa rememoração levou os integrantes do grupo a entenderem-na como um problema individual da pessoa. Essa compreensão do grupo permite indicar uma intervenção terapêutica, para que a pessoa seja acompanhada individualmente com o objetivo de modificar suas atitudes em público. Porém na compreensão que trago aqui, essas lembranças certamente partem do indivíduo, mas o que desencadeia essa memória são as reuniões em espaços coletivos que resultam das interações de seus integrantes.

Segundo Maurice Halbwachs (2004), possuímos dois tipos de memória: a individual e a coletiva. As lembranças evocadas são pessoais e podem ser remetidas às personalidades da pessoa que evoca a lembrança. Mas há de se considerar que os acontecimentos externos contribuem para que as lembranças emirjam. Para este autor, a memória individual tem como ponto de referência algo externo a si, que faz relação com a pessoa. Este externo surge de histórias internalizadas de outras pessoas, passando a fazer parte da memória individual. Por conseguinte, a memória individual se apóia na memória coletiva.

Apesar de estar apoiada na memória coletiva, nossa memória é pessoal e não se confunde com a dos outros; está em relação com a memória das pessoas com as quais estamos em interação. Estas lembranças também estão definidas no tempo e no espaço. Mesmo remetendo ao passado, é o momento presente que faz com que a memória surja. Desta forma, para o autor, a lembrança tem a função de modificar o momento presente. Quando as lembranças falham é a narrativa do outro, ou alguma imagem fora do indivíduo, sensações como: cheiro, toques, barulhos que fazem com que relembre sua própria história⁸.

Para Halbwachs (2004), a história de nossa vida faz parte de uma história geral, porém não está amparada na história apreendida e, sim, na história vivida. Então, não é apenas um passado, mas o que ainda vive da memória coletiva que

⁸ Para Fonseca, (1995, p. 116) “a corporalidade das informações se manifesta de diversas maneiras. Entre as lembranças de pessoas, lugares, figuram referências constantes a comidas, barulhos, doença e dores”.

ressurge nas lembranças individuais. A história escrita ou falada serve para preencher as brechas ou falhas na memória que o indivíduo tem dificuldade de trazer à tona para compreensão de uma sensação. A história do outro ou a história geral servem como um elo que, ao tornar-se referência, contribui para a construção da própria história do indivíduo. Então a lembrança individual é a presença do outro, do coletivo vivo nas relações e nos faz pensar como reconhecer esse outro no processo de convivência. Para Halbwachs (2004), a história escrita é estanque, define as situações de forma a parecerem distantes, sem referência. Já a memória é dinâmica e somente posso evocá-la se me sinto um personagem em referência a pessoas ou grupos.

A partir dessas considerações teóricas, pode-se avaliar que a falta de controle da liderança comunitária que a fez evocar lembranças de violência de sua vida pessoal não diz respeito somente a ela própria, mas ao coletivo em que estava amparada. A interação com os agentes possibilitou a emergência dessa lembrança de maus tratos, já que a postura autoritária do representante do poder público fez com que se recordasse de um acontecimento pessoal. Essa forma de considerar tal episódio leva em conta a comunicação que existe entre os agentes do grupo, os quais podem ter ou não a escolha de refletir e oferecer outro sentido ao momento presente. Mas como dar outro reconhecimento ao que vem imbuído de ressentimentos?

Compreendendo que a evocação da memória individual surge em relação à memória coletiva fazendo ressurgir lembranças de maus tratos para a liderança mencionada, assim como para tantas outras pessoas nesta comunidade, não podemos deixar de considerar que os maus tratos fazem parte da memória coletiva. Conhecer os sujeitos da comunidade a partir de suas lembranças é conhecer também a história viva que insiste em se transformar em presente através de comportamentos ressentidos.

Para conhecer melhor a memória coletiva dessas pessoas, estes ressentimentos precisam ser compreendidos dentro do espaço coletivo no qual estão inseridos. Se a memória coletiva é um amparo para as lembranças individuais, então a expressão ressentida de uma pessoa pressupõe um vínculo de confiança neste coletivo no instante em que ela acredita que ao rememorar a angústia no tempo presente terá sustentação do grupo para dar outro significado a tal lembrança. Em outras palavras, a liderança que se revolta diante de uma situação

de autoritarismo mostra, em sua atitude, o desejo de que o representante governamental possa comunicar-se de forma a não causar a lembrança de seus ressentimentos. A falta de amparo do grupo diante desta atitude nos lembra a história contada por outra liderança, do *guerreiro* sofrido em sua solidão que entende resolver a própria vida em outros espaços e grupos sem lutar para que o grupo reflita sobre este questionamento.

2.3 CONCEITUANDO RESSENTIMENTO

Lembrar e sentir novamente alguma sensação desagradável é, muitas vezes, um ato involuntário. Vimos anteriormente que as sensações corporais fazem ressurgir lembranças involuntariamente. O ressentimento é um tanto fugidio e intangível, por ser um sentimento que buscamos espontaneamente recalcar e esquecer. Faz parte das relações cotidianas, mas dificilmente organizamos seu registro. Zawadzki (2004, p. 372), ao descrever o homem ressentido, refere-se a ele como reativo, alguém que “rumina sua dor, sem re-agir” e pergunta: quem, nessas condições, gostaria de se reconhecer no retrato psicológico infeliz do homem do ressentimento?

Lembrar é algo importante. Segundo Tiburi (2007), na mitologia grega a memória era uma deusa e era invocada por meio de músicas e dança. Foi mãe de nove musas, deusas das artes. Os gregos, através da memória, conservavam sua cultura, primeiro de forma oral, falada ou cantada, depois através da arte. A memória estava relacionada à criatividade, ao registro da existência e da cultura. Como a memória também tem sua forma involuntária, por vezes essas lembranças não são agradáveis. Então registram a existência e também reconhecem um lugar de rejeição ou exclusão, lembranças ressentidas que para Haroche (2004) foram descritas como *Mal Estar* em Freud e como *sentimento negativo* em Gauchet.

Fazendo referência à dificuldade do tema, Ansart (2004, p. 29) indica ser este um objeto de estudo que “esquiva-se”, um conceito para o qual se precisa em primeiro lugar “formular a hipótese de sua importância e reconstruir o invisível para depois construir a hipótese de seu papel inconsciente na política”. Em sua busca de definição do ressentimento, Konstan (2004, p. 59) começa afirmando que a experiência emocional não é apenas pessoal. As emoções e significados atribuídos à pessoa são conquistas sociais. Ele busca esse conceito dentro da cultura grega e

da inglesa. Na cultura grega, ressentimento é conceituado como “a dor por alguém possuir o que também possuo”, ou seja, o sentimento de inveja, que leva a uma mágoa (idem, p. 61).

Para Konstan (2004), entre os teóricos ingleses existe mais de uma forma de conceituar ressentimento. O sentido psicológico está relacionado à raiva. O sentido social é o que diz respeito à posição que o sujeito ocupa em uma hierarquia social ou à emoção que surge quando existe a percepção de injustiça ou subordinação a um status. Este sentimento social refere-se a alguma forma de pertencimento a um grupo, a exemplo das situações de discriminação ou preconceito. Um terceiro sentido é o sentido existencial abordado por Nietzsche e o quarto sentido é abordado por Scheler, que define o ressentimento como uma atitude mental duradoura, causada pela repressão das emoções e afetos, comportamentos normais da natureza humana.

Ressentimento é produto de uma relação. Podemos falar de ressentimento referindo-nos a uma representação do outro em relação a mim, ou de mim em relação ao outro. Zawadzki (2004, p. 381), ao citar Scheler, afirma que “vemos o ressentimento nascer da disposição a comparar com outrem, no plano do valor”. Se o ressentimento está relacionado com a comparação, certamente é uma comparação ao que faz diferença em relação a seu semelhante. E a recusa da escuta do ressentido é também uma comparação julgada desagradável, humilhante.

O ressentimento é abordado por Nietzsche (2007) na obra “Além do bem e do mal”. No início de seu trabalho, o autor faz um convite à psicologia para poder fazer uma análise mais ousada da realidade e se inserir nas profundezas das potências dos preconceitos morais. Sugere que tal atitude significa navegar em linha reta acima da moral. Devemos admitir que as paixões como ódio, inveja, cobiça e espírito de dominação são fundamentais à vida. Mas também adverte que essa imersão é um aprofundamento estonteante, estranho, inexplorado. Elabora a ideia de que esses sentimentos fazem parte da existência humana e estão internalizados em nosso comportamento. O ponto central é que o ódio interiorizado e recalcado transforma-se em humildade resignada, em amor à justiça e em ódio a si mesmo. Esta interiorização manifesta-se na sociedade através da representação do bem e do mal, do certo e do errado, moral construída historicamente pelas relações hierárquicas e políticas. Esse ressentimento é percebido social e politicamente de diversas maneiras: no ódio dos dominados e no ódio recalcado dos dominantes;

expresso no desejo de vingança a alguma humilhação experimentada referente a uma autoridade perdida; manifesta-se nas formas de os dominantes conterem o ódio dos dominados e nas atitudes vingativas, fazendo garantir a autoridade.

Para Nietzsche (2007), os sentimentos de ódio compartilhado criam cumplicidade e solidariedade, formando identificações de grupo. Ansart (2004) menciona que Marx já compreendia que a forma de união dos proletários advinha da identificação do ódio dos mesmos a um inimigo comum. Como contraposta a esta genealogia de Nietzsche, Ansart (2004) refere-se à teoria Freudiana que não busca conhecer a origem do ressentimento, na medida em que compreende o ódio como parte da estrutura de formação de um laço social.

Com a contribuição da psicanálise, o ódio passa a ser entendido como parte da constituição do ser humano. Segundo Ansart, (2004), esse entendimento nos faz perder a ilusão de construir uma política sem ressentimentos, colocando a questão: a democracia real é favorável ou não ao desenvolvimento dos ressentimentos?

Diante desses argumentos, é importante questionar a representação imaginária de negatividade da pessoa ressentida. A partir desta reflexão percebemos que o homem ou mulher com ressentimentos questiona a imagem de pessoa desagradável ou humilhante e encontra um ser que reivindica outro lugar de reconhecimento. O ressentimento não diz respeito à pessoa em si, mas à relação que se estabelece, pois a mesma está relembrando no presente algo de uma relação passada que causou mágoa. Se nosso olhar se direcionar para as relações, estaremos considerando que existem diversas manifestações e formas deste sentimento, pois as pessoas constroem diferentes histórias e comunicações.

Segundo Ansart (2004), os ressentimentos são definidos também conforme sua intensidade. Ele cita novamente Freud, que classifica a intensidade do ressentimento em três níveis: o ressentimento comum que todos sentimos, o sentimento de ciúme, ligado a uma situação de rivalidade, e o ciúme delirante, que está num nível de maior patologia, podendo levar ao suicídio.

Em vista da diversidade das expressões ressentidas, os métodos para abordar esse sentimento também são distintos em diferentes contextos políticos. Para Ansart (2004), o ressentimento tem uma função na forma de gestão pública. A relação estabelecida entre os gestores públicos com as diferenças de opiniões e expressões das pessoas de um determinado contexto constituem o sistema político. Para este autor, “uma gestão democrática dos ressentimentos é, portanto, menos

simples do que pensam os ideólogos da democracia” (ANSART, 2004, p. 27).

Os estudos culturais mostram que o sistema de castas na Índia tendia a inibir rancores, ou seja, as pessoas expressavam menos ressentimento frente a seus superiores que em sistemas democráticos, onde há mais manifestações de ressentimentos. Nos regimes totalitários, é feito o uso político de um ódio coletivo, exclusivo, que unifica um determinado grupo em torno de um mesmo objetivo. Essa união é promovida pela identificação do ódio por uma ideologia dominante, ocultando sentimentos de ódios internos às suas próprias propostas de sistemas de governos. Um sistema liberal procura administrar, através da democracia, os ressentimentos com o objetivo de manter o sistema de organização social. A democracia liberal procura ter como função a moderação de tais sentimentos, através da legalidade. Portanto, a democracia tornou possível a expressão destes ressentimentos.

Para Ansart (2004), o ressentimento tem um papel no desenvolvimento político de um grupo e de uma sociedade. O autor exemplifica citando que um protesto coletivo diante da indiferença dos governantes tem como um de seus motores o ressentimento.

Bauman (2001, p. 8) cria uma metáfora para analisar as relações na modernidade. Para ele, vivemos uma modernidade “líquida”. A metáfora reflete nossas relações atuais, que são transitórias, não se fixam. Nossa dificuldade não é a falta de possibilidade, mas o excesso de escolhas, o que gera insegurança e ansiedade. Nossas relações passaram a ser transitórias e descartáveis. Colocamos para fora o que momentaneamente não escolhemos. Tiburi (2007), no artigo *Lembrar é essencial*, menciona que, se vivemos numa sociedade descartável na qual até as pessoas passam a ser descartáveis, trabalhar com o lixo é também trabalhar com esta memória social, porque possibilita trazer de volta o passado sem valor dentro desta sociedade do consumo. Ressentir-se, neste contexto, para esta autora, é reclamar a valorização desta existência. Representa o desejo e a incapacidade de deixar de lado este passado, colocado no “lixo” do abandono e da indiferença. Ressentir-se é trazer ao momento presente um sentimento desagradável e criar possibilidades de transformar um estigma em um processo de luta por reconhecimento.

2.4 A LUTA POR RECONHECIMENTO

Quando fui escolhido pelo grupo líder de turma no programa do Estado “coletivos de trabalho”, eu entendi que nasci com uma estrela de trabalhar pelo desenvolvimento da comunidade, com motivação e trabalhando a autoestima dos moradores da ilha. Nós precisamos de motivação para reconhecer nosso valor e lutar com autonomia pela inclusão social. Estávamos excluídos do convívio social, hoje estamos incluídos lutando pelo desenvolvimento social e econômico da comunidade (José, líder comunitário, 2001).

Em minha trajetória, ouvi histórias de vida repletas de ressentimentos, como já relatado no capítulo anterior, e de esperanças e sonhos que movimentaram ações e o surgimento de instituições na comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros. Nesta escuta, percebi que, ao contar suas trajetórias, as pessoas vivem novamente os acontecimentos, procurando dar um novo sentido às histórias no olhar do outro que as escuta. É nesta interação que acontece o reconhecimento. Segundo Paul Ricoeur (2006), o prefixo *re* indica a possibilidade de conhecer novamente em relação a si próprio e com o seu semelhante ou para dar sentido a algo novo tendo referência em algo já conhecido. Reconhecer é dar outro sentido a algo já conhecido, em uma hierarquia de prestígio e valor. Este processo acontece somente na interação com outro semelhante.

De acordo com Hegel (1992, p. 37), “o bem-conhecido em geral, justamente por ser *bem-conhecido*, não é *reconhecido*. E o modo mais habitual de enganar-se e de enganar os outros: pressupor no conhecimento algo como já conhecido e deixá-lo tal como está”. Para o autor, o saber está na busca de consciência de si e para si que ocorre no processo de movimento em direção ao outro, é um processo contraditório e vivido através de lutas por reconhecimento, que é o movimento da vida. O fim seria o dogma, ou seja, o conceito fechado em si que seria a expressão da morte. Hegel é o autor que inicia a conceituação da luta por reconhecimento e no seu entendimento, a procura do saber é também uma busca por conceituações. As noções de certo e errado, bem ou mal, são uma compreensão universal de uma realidade, ou universo de um ser, que não apreende a totalidade, ou seja, é parcial. Em Hegel estas contradições são conceitos que fazem parte de uma mesma totalidade.

O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários. E essa igual necessidade que constitui unicamente a vida do todo. Mas a contradição de um sistema filosófico não costuma conceber-se desse modo; além disso, a consciência que apreende essa contradição não sabe geralmente libertá-la - ou mantê-la livre - de sua unilateralidade; nem sabe reconhecer no que aparece sob a forma de luta e contradição contra si mesmo, momentos mutuamente necessários (HEGEL, 1992, p. 22).

A consciência dessa totalidade ocorre em um processo de encontro e de lutas entre diferentes e passa por três momentos: o primeiro, quando tomo consciência da existência do outro, que não sou eu. Esta constatação é experimentada através da sensação e da percepção de angústia diante da contradição do conceito da realidade percebido até então como universal, sendo a existência do outro sentida como contraditória a nossa representação primeira do universal. Essa contradição resulta em um processo de negação do conceito de existência do outro e afirmação do eu, e da constatação da desigualdade entre eu e o outro. É neste momento que surge o desejo de movimento em relação ao outro. O segundo momento é quando afirmo e tomo consciência do outro como diferente de mim; sendo que o conceito de "mim" é também uma internalização do outro que, em um primeiro momento, é negado. Neste segundo momento de internalização do outro em mim busca-se negar a desigualdade e há uma procura pela igualdade. O terceiro momento é quando me percebo uno, singular, diante da totalidade e reconheço a mim e ao outro como parte desta totalidade.

Na sua leitura sobre Hegel, Mattos (2006) compreende que o reconhecimento é base de todos os conflitos sociais e são lutas que se relacionam ao contrato social. Afirma que o primeiro momento do reconhecimento é aquele quando desenvolvo minha autoconfiança e o sentimento de amor; o segundo momento é quando adquiro a noção de auto-respeito e o direito; e o terceiro momento quando me reconheço enquanto importante para a sociedade onde desenvolvo a noção de solidariedade e a auto-estima.

No relato do líder comunitário supramencionado percebe-se que, na interação com seus colegas, ele toma consciência de si dentro de um processo de diferença

entre o que entendia de si próprio e da compreensão que o outro tem dele mesmo. O pedido de seus colegas fez com que ele se sentisse útil no espaço onde mora, uma pessoa de valor dentro da totalidade que conhece. Sente como missão desenvolver essa motivação em seus semelhantes, os quais identificam em seu jeito de ser uma esperança de luta por mudança ou, em outras palavras, uma liderança que vive em sua vida uma mudança de sentido no lugar social que ocupa. É possível observar na expressão dessa liderança que ele traz presente uma luta onde o que importa é a motivação, a auto-estima, a valorização do outro e o desenvolvimento econômico. Mas como compreender a presença desta luta em meio a um cotidiano de injustiça social?

O indivíduo, cuja substância é o espírito situado no mais alto, percorre esse passado da mesma maneira como quem se apresta a adquirir uma ciência superior, percorre os conhecimentos-preparatórios que há muito tem dentro de si, para fazer seu conteúdo presente; evoca de novo sua lembrança, sem no entanto ter ali seu interesse ou demorar-se neles. O singular deve também percorrer os degraus-de-formação-cultural do espírito universal, conforme seu conteúdo; porém, como figuras já depositadas pelo espírito, como plataformas de um caminho já preparado e aplainado. Desse modo, vemos conhecimentos, que em antigas épocas ocupavam o espírito maduro dos homens, serem rebaixados a exercícios – ou mesmo a jogos de meninos; assim pode reconhecer-se no progresso pedagógico, copiada como em silhuetas, a história do espírito do mundo. Esse ser-ai passado é propriedade já adquirida do espírito universal e, aparecendo-lhe assim exteriormente, constitui sua natureza inorgânica. Conforme esse ponto de vista, a formação cultural considerada a partir do indivíduo consiste em adquirir o que lhe é apresentado, consumindo em si mesmo sua natureza inorgânica e apropriando-se dela. Vista porém do ângulo do espírito universal, enquanto é a substância, a formação cultural consiste apenas em que essa substância se dá a sua consciência-de-si, e em si produz seu vir-a-ser e sua reflexão (HEGEL, 1992, p. 36).

Honneth (2007) parte da concepção de Hegel para formular a sua teoria do reconhecimento. Ele quer compreender a teoria de Hegel investigando os movimentos sociais, que para ele são expressões de luta por reconhecimento. Como Hegel, Honneth (2007) compreende que o berço do desenvolvimento da consciência é formado pelas condições nas quais ela desenvolve a sensibilidade e percepção da totalidade. Honneth parte da idéia de que o reconhecimento acontece nesta relação com o outro e em respostas positivas às expectativas geradas nestas relações. Compreende esse movimento como constituição de uma ética das relações. Mesmo em seu contrário, nas experiências negativas de não reconhecimento, a força destes princípios éticos e morais internalizados está presente, pois temos capacidade de reconhecer a injustiça.

Para Honneth (2007), a primeira etapa de reconhecimento afetivo de humanidade em uma pessoa acontece nas relações primárias do ser em seu ambiente familiar, no qual a criança recebe amor e proteção, e desenvolve a autoconfiança. O seu contrário seria a relação de maus tratos que desenvolve uma relação de desconfiança. Na segunda etapa, a atitude positiva consistiria em tomar posição para si próprio, estabelecendo diferenças a partir de um reconhecimento legítimo. Quando este reconhecimento é violado, nega-se ao sujeito o direito à cidadania. Na terceira fase, a atitude positiva é a de auto-realização. Quando esta é depreciada, o indivíduo é atingido em sua auto-estima. Reconhecer essas injustiças é ter referência moral da positividade destes processos, o que motiva a luta por este reconhecimento.

Fraser (2007) contesta a idéia de que a luta dos movimentos sociais por reconhecimento é apenas uma questão de ética. Entende que é também uma luta por justiça social. Colocar este processo como uma questão de justiça social é sair de uma condição individual para uma questão coletiva. A autora parte do exemplo dos movimentos relacionados à questão de raça e gênero, nos quais as reivindicações vão além da redistribuição econômica ou da identidade. Ela entende que a luta dos movimentos sociais por justiça tem como pano de fundo a busca por reconhecimento e redistribuição.

Identificar o reconhecimento como sendo o único motor nesta luta dos movimentos é considerar apenas o status social em que as pessoas se encontram. Da mesma forma, ao compreendermos a luta dos movimentos apenas como redistribuição, esbarramos na questão do status e do poder. A forma de garantir estes dois motores na luta por reconhecimento é a participação. Segundo Fraser (2007), o acesso à participação na vida coletiva e nos espaços de decisão contemplaria este conceito para uma análise dos movimentos sociais, pois é através da participação que a singularidade encontra expressão, assim como se redistribuem os lugares sociais. É a partir da participação que surge e se desenvolve o reconhecimento pessoal e coletivo.

Para Taylor (2000), esta luta por reconhecimento é algo que surge na modernidade com a universalização dos direitos e do conceito de dignidade que ocorre como alternativa à definição de honra das sociedades pré-modernas, portanto é resultado de um processo situado no tempo e espaço. A crítica dos movimentos que lutam por reconhecimento recai sobre a homogeneização dos valores

ocidentais, que não reconhece com autenticidade a identidade pessoal de cada um, criando reconhecimentos pejorativos ou errôneos que interferem na auto-estima, moldando alguém a se tornar algo o que não é. Para este autor, a identidade é uma busca pela autenticidade e uma percepção de uma voz interior presente no indivíduo moderno que tem como pano de fundo os valores morais construídos historicamente.

Taylor (1994) entende que essa diferença reivindicada é construída nas interações sociais que se configuram conforme as respostas que damos às perguntas “quem somos?” e “o que preciso para ser feliz?”. Essas são as escolhas advindas do que ele define como avaliações fortes: correspondem as nossas posições que consideramos nossas responsabilidades, ou nosso entendimento por dignidade. Essa capacidade de fazer escolhas a partir de nossas avaliações fortes provém da capacidade reflexiva do ser humano que permite comparar e avaliar os desejos de primeira e de segunda ordem. Essa categorização de valor está amparada na busca pela qualidade e dignidade de nossas ações e no momento histórico em que se vive.

A luta por reconhecimento e a noção de dignidade surgem com a modernidade. Taylor (1994) faz a crítica ao naturalismo e à idéia de que existe uma essência interior pura no ser humano. A noção de interioridade é resultante das configurações produzidas por escolhas realizadas pelas avaliações fortes que orientam nossas posições no mundo. O pano de fundo para estas escolhas são as configurações da diversidade de respostas das pessoas de uma determinada época orientadas pelos valores morais que são constituídos historicamente nas interações.

Entendemos que a luta dos movimentos sociais por reconhecimento parte de princípios éticos adquiridos desde a mais tenra idade nas interações com os semelhantes e se constitui na disputa por expressão desses valores e por redistribuição dos capitais simbólicos. O pano de fundo dessas lutas são as condições materiais e históricas em que as pessoas vivem, que surgem das condições de classe em que estão inseridas. Essas condições dependem dos montantes de capitais materiais, sociais e culturais herdados e adquiridos de uma pessoa, em um primeiro momento, e no ambiente familiar e escolar. De acordo com Bourdieu (2007a), estes capitais estão internalizados e manifestam-se na maneira de cada pessoa se expressar e agir. O poder simbólico está em legitimar os valores

dominantes na sociedade, definindo-os ou reivindicando o seu reconhecimento. Essas disputas por legitimidades destes valores formam um *campo social* e são mediadas por um poder simbólico, invisível às interações sociais, mas percebidos nos julgamentos de valor e na classificação de distinções e gostos.

Capítulo 3

METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE INICIAL

Para a realização da pesquisa, foi usada a metodologia de estudo de caso, levando em consideração a subjetividade dos agentes envolvidos além das condições objetivas em que se encontram. Busquei compreender o dinamismo das pessoas em situação de pobreza, do qual surgem reações contra o estigma que recebem da sociedade, levando-as a lutar por uma imagem mais digna e humanizada a seu respeito. Procurei também descobrir o que desperta essa potencialidade e como as pessoas pobres se reconhecem, identificando suas expectativas, seus sonhos e os valores que as mobilizam.

O espaço geográfico escolhido para a investigação foi a Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre, devido ao fato de neste lugar existir um histórico de confrontos dos moradores com o poder público, para garantia de direitos à moradia, saúde, educação e, atualmente, de luta pela garantia do principal instrumento de trabalho: a carroça. Durante os anos em que trabalhei nesta comunidade, o lugar era descrito pelos órgãos públicos e pelas organizações não-governamentais como singular, devido a repetidos confrontos com a população, somados à grande precariedade das condições econômicas, sociais e culturais do local.

Os catadores e separadores de lixo foram escolhidos dentro desse universo de moradores da Ilha porque as ações públicas levadas a eles não foram eficazes em tirá-los das ruas e avenidas da cidade. Durante o período de investigação, esse foi o motivo de grande confronto na câmara de vereadores, com a votação que propunha a retirada das carroças das ruas da capital nos próximos oito anos. Os trabalhadores continuam vivendo a cada dia o medo e a ansiedade de perderem seu instrumento e seu espaço de trabalho, lutando pelo reconhecimento da profissão de catador.

As observações durante o trabalho realizado por mim nessa comunidade, antes da realização da pesquisa, também colaboraram para que esse fosse o local escolhido para a coleta dos dados. Interessei-me por buscar dados subjetivos para a compreensão do dinamismo de luta desses trabalhadores, visto que havia acompanhado de perto suas lutas e para isso era importante haver uma relação de confiança entre pesquisador e entrevistado. Segundo Yin (2004), um estudo de caso difere de uma pesquisa qualitativa ou de um estudo etnográfico, no qual o

pesquisador faz observações detalhadas sem comprometimento com métodos anteriores, ou modelo teórico. O estudo de caso pode fazer uso de métodos quantitativos e qualitativos não somente com base nas evidências, mas com base em teorias para construção do argumento. Tem também como objetivo explicar vínculos causais. E segundo Bruyne *et al.*,

O estudo de caso reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vistas a aprender a totalidade de uma situação. Por isso, recorre a técnicas de coleta das informações igualmente variadas (observações entrevistas, documentos) e, aliás, freqüentemente refinadas: observação participante, sociometria aplicada à organização, pesquisa do tipo etnográfico (1991, p. 225).

Foram coletados dados a partir da convivência cotidiana com estes trabalhadores, anotados no diário de campo, bem como a partir de documentos da Associação dos carroceiros ASCARPOA, do Projeto Lei da Câmara de Vereadores, de panfletos do Movimento Nacional de Catadores e Recicladores e de reportagens dos jornais Zero Hora, Diário Gaúcho, Correio do Povo e O Sul. Para a coleta de dados, Yin (2004) entende ser importante a utilização de várias fontes de evidências, a criação de um banco de dados e a manutenção de um encadeamento de evidências. Cita seis fontes de evidência: documentos, registro em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

O autor entende que documentos são as fontes escritas do caso a ser estudado, como por exemplo cartas, documentação administrativa, atas de reuniões e projeto desenvolvidos. É preciso que seja destinado tempo suficiente para o desenvolvimento preciso do trabalho. Yin (2004) considera importante a verificação destas evidências e de várias outras para a compreensão do caso. Os registros de arquivos são anotações de serviços organizacionais, de mapas e gráficos, listas de nomes, dados oriundos de levantamentos e registros pessoais. Portanto, todos os documentos escritos aos quais tive acesso durante a pesquisa de campo foram usados para a realização deste estudo, além das descrições do cotidiano com os catadores em diário de campo.

Yin (2004) divide as entrevistas em três tipos. Em primeiro lugar, as entrevistas que tendem a parecer conversas guiadas, em vez de investigações estruturadas; é comum que estas sejam conduzidas de forma espontânea. Outro tipo de entrevista é a chamada entrevista focada, em que os respondentes são entrevistados por um período curto e determinado. Essas entrevistas também são

espontâneas, mas assumem um caráter formal. O terceiro tipo de entrevista é a de questões mais estruturadas sob forma de um levantamento formal, podendo produzir dados quantitativos, como dados qualitativos do estudo de caso. Em todos os casos, o pesquisador precisa ter claras as questões que visa investigar junto aos respondentes. O uso do gravador é factível quando autorizado pelo entrevistado e quando o pesquisador tiver a possibilidade de transcrever a entrevista, bem como habilidade com o instrumento.

Nesta pesquisa, foi usada a metodologia de entrevistas semi-abertas ou conversas guiadas, onde a minha inserção anterior à pesquisa no local de coleta de dados favoreceu para que os entrevistados falassem de sua própria vida sem tantos constrangimentos. Estas são, portanto, entrevistas qualitativas conduzidas pelo pesquisador que trazem também dados quantitativos ou quantificáveis, como idade, renda, naturalidade, número de filhos e escolaridade. A entrevista era realizada durante uma visita a casa ou ao local de trabalho; depois de uma aproximação inicial, pedia-se ao entrevistado que falasse de sua vida. Foram realizadas quinze entrevistas, em algumas delas foi usado o gravador, em outras não. Ferrand (1999) chamou este método de entrevista “cega”, pois começa com uma pergunta ampla ao entrevistado. Nas entrevistas, usei como questão inicial desencadeadora a seguinte formulação: “Conte-me um pouco sobre sua vida”.

A observação de comportamentos ou condições ambientais é chamada por Yin (2004) de observação direta. Pode ser formal e informal, registrando e avaliando a incidência de certos comportamentos. A observação participante ocorre quando o pesquisador exerce alguma função junto ao estudo de caso. O investigador não é apenas passivo, pode participar dos eventos que estão sendo estudados. Um estudo de caso, então, é um processo que se inicia desde a elaboração da pergunta até a coleta e análise dos dados. Pode ser realizado com mais de uma evidência ou fonte, seja escrita, oral ou visual.

A pesquisa de campo se realizou durante o período de abril a setembro de 2008, com trabalhadores de lixo sólido na Ilha Grande dos Marinheiros em suas três formas de organização: na cooperativa de triagem de lixo, carroceiros associados na associação local e coletores e catadores que buscam e fazem a triagem do lixo em rede familiar. O objetivo, de identificar e compreender as configurações sociais explicativas da conduta e da visão de si dos trabalhadores que vivem da coleta, triagem e venda do lixo urbano, bem como as expectativas e os valores que os

fortalecem em sua luta pelo reconhecimento de sua profissão, desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) Conhecer o campo de disputas da catação e separação de lixo e os agentes que o integram.
- b) Compreender, nas identificações e distinções entre as trajetórias dos catadores e separadores de lixo urbano, os valores que colaboram para a sua mobilização social.
- c) Identificar a dinâmica da luta por reconhecimento dos catadores e separadores de lixo urbano.
- d) Compartilhar os resultados finais da pesquisa em reunião com os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros.

Os dados examinados provêm igualmente de uma observação direta anterior à pesquisa, como já mencionado, e do contato com o cotidiano desses trabalhadores em seu ambiente de trabalho, registrados em diário de campo. A partir da convivência e da observação, é possível a análise das memórias e ressentimentos presentes nas relações que surgem de forma involuntária. O objetivo de estar dentro do ambiente de trabalho foi adquirir uma confiança para a investigação.

Durante meu trabalho de coleta de dados para a pesquisa, sentia no próprio corpo as emoções e forças que se atravessavam neste contexto. Lembrei-me que estas forças apareciam nos discursos das pessoas da comunidade como forças invisíveis. Que forças invisíveis são essas que trancam o trabalho, o crescimento e o desenvolvimento de uma determinada comunidade? Essa pergunta fazia parte dos relatos dos moradores e servidores da comunidade. Havia diversas hipóteses explicativas que pareciam contraditórias. Alguns entendiam existir uma força espiritual que permeavam as relações e que as pessoas estavam neste território para pagamento de dívidas de vidas passadas e para viverem processos de evolução. Outros entendiam que era o poder econômico, ou seja, dos donos das mansões que tinham outras propostas de desenvolvimento para o local e estavam invisíveis no cotidiano comunitário. Outros ainda entendiam que era falta de vontade e de interesse político de fazer as coisas acontecerem nas ilhas e, para movimentar essa força política, era necessário haver pressões, tensões e competência administrativa.

O início do trabalho de campo foi um processo de lutas internas no qual eu colocava em questionamento minha própria trajetória pessoal, profissional de trabalho e de investimento neste espaço. Foi uma trajetória que tinha como referência o protagonismo das pessoas em situação de pobreza e a criação de espaços de participação e reflexão sobre seu cotidiano. Foi um trabalho de intervenção na realidade que encontrou seu limite de ação. Era preciso agora conhecer esta realidade de outra forma, com outra posição de observação. Esse aprendizado fez-me refletir sobre o que compunha, teoricamente, minha própria trajetória pessoal nesta realidade. Escrever sobre o assunto ajudou a reconstruir este olhar.

Durante a coleta de dados, em vez de procurar uma aproximação da comunidade estudada, minha nova inserção se direcionou para modificar a imagem que os moradores tinham da minha pessoa e do meu trabalho. O primeiro momento da coleta de dados foi minha aproximação ao trabalho de separação de lixo. Durante dez dias estive no período de um turno colaborando na separação de lixo na cooperativa de triagem de lixo da Ilha Grande dos Marinheiros e na casa de catadores carroceiros associados, colaborando em seu cotidiano.

Pode-se afirmar que essa aproximação foi como um rito de passagem, de uma profissional técnica, psicóloga social, a pesquisadora da realidade. Era necessário ouvir sem pensar em processos de intervenção e sim de reflexão sobre aquele cotidiano. Nesse movimento eu estranhei a mim mesma e era necessário me distanciar para escrever sobre essa diferença em meu diário de campo. Nessas idas e vindas, os moradores compreenderam o motivo de eu estar ali e começaram questionar se eu estava mudando de profissão e se iria estar na mesma situação de outras pessoas, que vinham pesquisar e desapareciam depois ou transmitiam para a sociedade uma imagem diferente da real. A minha trajetória com eles possibilitou a confiança em meu novo trabalho, apesar do estranhamento. Por esse motivo, com algumas entrevistas, não foi usado o gravador e também não utilizei muitas fotos para me diferenciar dos outros profissionais citados por eles.

O segundo momento foi a minha participação em um debate na câmara de vereadores, no momento da votação de um projeto que retiraria as carroças de circulação da capital em oito anos, e pretendia organizar os catadores na separação de lixo em forma cooperativada e privatizar a coleta de lixo da cidade. Neste processo, tive participação em reuniões, na sessão de votação na câmara e também

a análise de quatro jornais: Zero Hora, Diário Gaúcho, Correio do Povo e O Sul, no período de 13 de maio até 1º de julho de 2008, como também de documentos da câmara e jornais da associação dos carroceiros e do Movimento Nacional dos Catadores e Recicladores.

O terceiro momento da coleta de dados foi a realização de entrevistas. Foram realizadas 15 entrevistas com catadores e separadores de lixo associados, cooperativados e individuais, de acordo com a disponibilidade dos moradores. Foram entrevistas guiadas ou semi-abertas. A maioria das entrevistas foi realizada com mulheres, pois faz parte da organização dos próprios catadores que os homens saem para buscar o lixo enquanto as mulheres colaboram na separação do lixo em suas casas. Ambos realizam as duas tarefas, mas predomina a participação dos homens na coleta e das mulheres na separação de lixo. Nas entrevistas eu pedia para que o entrevistado falasse de sua vida e deixava livre por onde gostariam de começar a falar, geralmente começando pelo seu trabalho, seguido por relatos da infância, escola, colaboradores e amigos na vida. Depois eram realizadas três perguntas: o que é pobreza, ser pobre e situação de pobreza.

O período que engloba a pesquisa compreende uma história que inicia em 2000 e segue até setembro de 2008. Durante o ano de 2008, o conflito dos catadores se tornou parte da agenda da mídia, o que, de certa forma, enriquece a análise. A proposta era conhecer como as pessoas se reconhecem e sua luta por reconhecimento, mas luta contra quem? E se reconhecer onde? Para análise, era preciso construir o campo onde este catador estava inserido. O conflito sobre a aprovação de um projeto lei (em junho de 2008) que tem como objetivo acabar em oito anos com a circulação de carroças na cidade de Porto Alegre contribui para compreender, do ponto de vistas das interações sociais, as relações de poder postas na linguagem dos participantes do conflito e a construção do objeto no *campo* que se constitui num *campo de lutas*.

O lixo é um rejeito, algo que não se quer mais e que se coloca fora. O trabalho de coleta do lixo tem uma função na sociedade. É preciso organizar este rejeito de forma que a vida siga em sua normalidade, para isso é importante haver aquelas pessoas que têm a função de coletá-lo. Nesta visão, os catadores prestam um serviço à comunidade por terem no lixo o seu ofício. Como se constrói a trajetória de uma pessoa e o sentimento despertado pela realização desse ofício foi a preocupação inicial deste estudo.

No contato com os trabalhadores, eu percebia que existia a compreensão de que para realizar este trabalho eles precisavam de muita força de vontade e que tinham dignidade e cuidado com a vida para garantir seu sustento. Nos relatos, havia histórias de perdas e fracassos pessoais que o trabalho com o lixo conseguiu superar. Uma catadora relatou que contava o tempo em que estava na cooperativa de triagem de lixo pela quantidade de natais em que pode oferecer uma boa celebração para os filhos. “Faz três Natais que estou aqui”. Entender o Natal como uma referência importante na vida desta pessoa pode ser analisado como a influência de um poder simbólico colocado na sociedade.

Existe a concepção de que todo o ser humano precisa viver uma boa festa de Natal e ser lembrado pela figura do Papai Noel para se sentir integrado socialmente. Uma força invisível do mercado tomou corpo na vida das pessoas e fez com que elas lutassem pela posse do que não têm acesso, nem que seja catando lixo. Essa força invisível, então, não está fora da pessoa, num espaço transcendente, econômico ou político, mas perpassa por dentro de suas relações e constrói seus sonhos e os valores pelos quais luta em sua vida. Molda também as diversas relações de trabalho em volta deste ofício. Cooperativas, galpões particulares com patrões e empregados, organizações familiares associadas e não associadas.

Além dos valores que envolvem esse trabalho, para o ofício da catação e separação de lixo é necessária uma tecnologia própria que esses trabalhadores possuem, são os conhecimentos adquiridos em seu cotidiano. Enquanto eu separava o lixo, ouvia dos catadores que “se tu fosses sobreviver disso morreria de fome”. Na separação precisam ter um saber ou estar perto de quem conhece os nomes de cada material, para que servem e para quem vender. O ambiente de trabalho em casa ou em um galpão é organizado de acordo com esse saber para o melhor aproveitamento do material. E em algumas casas, o ambiente de trabalho se confunde com o ambiente doméstico, dada a importância deste ofício para a organização familiar.

Após debate com pesquisadores de uma rede de estudos que se constituiu a partir de um intercâmbio entre universidades, passamos a usar os termos catadores e separadores de lixo urbano e não de materiais recicláveis. Para o lixo se tornar reciclável é necessário que o catador realize um trabalho de luta contra preconceitos individuais e sociais, uma re-significação do conceito de humanidade e de relação com o meio ambiente e uma ação que possui uma tecnologia que transforma o lixo

urbano em material reciclável. Portanto, um trabalho que parte das condições materiais desses agentes e que se constitui de um *campo de disputas* que está envolto em um poder simbólico de reprodução e resistência à lógica dominante.

Em contrapartida, os representantes de uma organização não-governamental de proteção aos animais afirmam que os catadores não devem ser considerados cidadãos já que não realizam um trabalho digno de um ser humano e não pagam seus impostos. Além disso, a precariedade de condições em que vivem leva os mesmos a terem condutas agressivas, não apenas consigo mesmo e com seus pares, mas também com os animais que têm um trabalho exaustivo e recebem maus tratos e sofrem violência pela falta de cuidado, agressões e por circularem em um trânsito com uma poluição sonora muito alta para o animal.

Nestes dois entendimentos, a noção de dignidade, cuidado, cidadania e humanidade estão em disputa num determinado espaço social. Para uns, trabalhar com o lixo é algo digno, enquanto para outros não é. Para um grupo, trabalhar com o lixo é também um cuidado com a vida, para outros, é uma falta de cuidado com eles mesmos e com os que os rodeiam, como os animais. Para um grupo, são cidadãos e merecem igualdade de oportunidades, para outros não são cidadãos por não cumprirem com responsabilidades sociais, como o pagamento de impostos.

Nesse conflito, que faz parte de tantos outros que envolvem esse *campo* da catação e separação de lixo, percebe-se que as lutas perpassam poderes econômicos, culturais e sociais internalizados nas vidas das pessoas, configurando valores que se encontram em disputa na sociedade. Valores que reproduzem e mantêm o poder da classe dominante. Estamos diante de um poder simbólico que naturaliza as desigualdades sociais e de lutas que legitimam esta hierarquia de organização social.

Cronograma de realização da pesquisa:

	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev a Jul
Aproximação e coleta de dados no galpão de reciclagem (cooperativa)	X	X									
Aproximação e coleta de dados dos associados	X	X	X	X							
Coleta e análise dos Jornais e documentos sobre a votação sobre o fim da circulação de carroças na capital			X	X							
Entrevistas com cooperativados					X	X					
Entrevistas com associados			X		X	X					
Entrevistas com famílias não associadas e não cooperativadas					X	X					
Análise dos dados							X	X			
Produção do texto									X	X	X

3.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE DO CAMPO DE DISPUTAS

Ilustrarei meu interesse de análise do *campo de disputas* dos catadores a partir de temas coletados de fontes secundárias como jornais e outros documentos, e a partir de dados coletados de fontes primárias da observação direta no *campo*. Uma liderança comunitária expressou o que motivou seu trabalho na comunidade: “Quando percebi meu valor, que eu sou importante para as pessoas de minha comunidade, eu resolvi lutar”.⁹ A compreensão deste valor único para dentro de um

⁹ Os relatos são de participantes da pesquisa de campo, sendo que não serão usados os nomes para preservar as identidades, assim como os nomes advindos dos dados secundários como de jornais serão preservados.

coletivo que tem a possibilidade de nomear sensações de insegurança, medos, abandonos permitiu com que estas pessoas dissessem que estavam saindo de um isolamento, passando a fazer parte de um convívio social. O entrave aconteceu em estar no convívio social. Não era um convívio acolhedor e sim um *campo de disputas*, onde “o problema não é o dinheiro, são outros atravessamentos, hoje invisíveis aos nossos olhos”, dizia um representante de uma ONG. O convívio social era uma arena onde a vivência destas lutas era mais intensa que os resultados encontrados. O que estava em discussão eram os valores construídos de cada grupo que tinham relações e que interferiam nos espaços de decisórios.

A primeira luta era para serem reconhecidos como “gente”. Em uma reunião comunitária, uma moradora dizia “nós queremos ser reconhecidos como gente, não somos bichos, mas parece que os bichos são mais importantes que nós”. A partir desta afirmação, percebemos que na trajetória de construção da imagem de si próprios havia uma posição de subalternidade ou uma legitimidade de um poder que lhes concebia um lugar inferior aos bichos no mundo, bem como certa insubordinação a este poder. A participação em espaços coletivos possibilitou a organização das pessoas que se identificavam para que criassem pessoas jurídicas às quais poderiam se filiar e inserir-se neste contexto social de outra forma.

Ao encontrar espaços de reconhecimento na construção de associações ou cooperativas ocorreram outras problematizações deste convívio: O que é ser gente? Como se organizar para ser gente? E como ser gente em outros espaços? As multiplicidades de respostas a estas perguntas colocavam diferentes interesses em disputas por valores que fizeram e fazem parte destas distintas respostas dos grupos a essas questões.

Para compreender este *campo de disputas* que colabora para uma luta por reconhecimento, é importante conhecer com quem os catadores e separadores de lixo urbano lutam e por que querem ser legitimados. As leituras das reportagens de jornais colaboraram para conhecer os discursos de vários grupos que debatem esse assunto. Estar próxima ao público dos catadores possibilitou conhecer a lógica que faz parte de seu cotidiano, mas faltava conhecer os atores que faziam parte deste debate. Para este olhar, foi utilizado o conceito de *campo* de Bourdieu (2007a), que considera este como um espaço dinâmico estruturante por ações de seus agentes, e estruturado porque pré-existe aos seus próprios integrantes.

As teorias dos autores Pierre Bourdieu e Jessé Souza possibilitaram a análise

inicial desta pesquisa, no momento em que havia a percepção no campo de pesquisa de que na construção da identidade de uma pessoa perpassavam correlações de forças e relações de poder. Dizer a uma pessoa quem ela é, o que é melhor para sua vida é também transmitir a ela códigos que não dizem respeito a sua realidade e trajetória de vida. A desigualdade faz parte dessas categorizações como também de nossa definição sobre humanidade. Para compreender como os catadores e separadores de lixo urbano se reconhecem, a teoria de que se naturalizam essas desigualdades nas trajetórias de vida das pessoas e que essas se tornam corpo no seu jeito de ser contribuiu para não se perder uma leitura de classe sobre essas desigualdades.

Bourdieu (2007a) refere um poder simbólico invisível que faz parte do modo de cada um se expressar e de fazer julgamentos que é constituído conforme as condições em que cada agente está inserido. Este poder simbólico é medido pelo montante de capitais culturais, sociais e econômicos existente em cada agente e vai indicar a posição de cada um dentro do jogo. A distinção dos grupos, que ocorre através de julgamentos morais, legitima este poder simbólico dominante. A concepção de certo, errado, justo, injusto, não é algo homogêneo em nossa sociedade, sendo que estes conceitos se distinguem conforme a condição de classe em que as pessoas se encontram e estão em disputa pela legitimidade de valores morais.

Esta primeira análise deste estudo de caso tem o objetivo de conhecer o *campo de disputas* da catação de lixo e retira evidências das observações em campo (no período de maio até julho de 2008); de entrevistas com catadores e separadores de lixo; de reportagens de Zero Hora, Diário Gaúcho, Correio do Povo e O Sul; de reuniões e da observação da votação em plenária do projeto lei do vereador Sebastião Mello, no período de 13 de maio até 1º de julho.

A metodologia de análise dos dados é a análise temática. Nesta são identificados os agentes envolvidos e os temas que foram abordados por eles de forma distinta. Os agentes citados nos documentos primários e secundários foram os catadores e separadores de lixo, ligados ou não ao movimento nacional dos catadores, além de motoristas em geral, repórteres, câmara de vereadores, ambientalistas, empresários, setores da prefeitura de Porto Alegre como Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), gabinete do prefeito e bancos financiadores de

desenvolvimento econômico e social. O assunto em uma primeira análise dos dados tem relação com os temas: trânsito, trabalho, desenvolvimento, ecologia, violência, segurança; e valores como: cidadania, dignidade, liberdade e o reconhecimento. Esses assuntos analisados nos conteúdos dos discursos têm sentidos diferentes para cada agente que propõe esses temas, o que origina uma disputa no espaço descrita pela mídia como tumulto, confusão, conturbação, e aparentemente polarizando estes interesses em dois grupos, os ambientalistas e os carroceiros.

Após a coleta dos dados, os mesmos foram revisados e separados por temas dispostos na tabela abaixo:

Agentes envolvidos \ Temas citados	Carroceiros	Ambientalistas	Câmara de vereadores	Mídia	Empresários	Prefeitura	Motoristas	BNDES
Trânsito	X	X	X	X		X	X	
Trabalho	X	X				X		
Desenvolvimento	X					X		X
Ecologia	X	X	X	X	X	X	X	
Violência	X	X	X				X	
Segurança	X	X	X					
Cidadania	X	X					X	
Dignidade	X	X	X	X				
Liberdade		X						
Reconhecimento	X	X	X	X		X	X	
Agentes Envolvidos \ Temas citados	Carroceiros	Ambientalistas	Câmara de vereadores	Mídia	Empresários	Prefeitura	Motoristas	BNDES

3.2 CATADORES ANTES DA VOTAÇÃO DO PROJETO: CONTEXTUALIZAÇÃO

Os catadores que há anos trabalham recolhendo o lixo da cidade, sendo que alguns já compõem a segunda geração de catadores de suas famílias, relataram que vêm sendo tratados como um problema para a cidade desde 2002. Antes disto, realizavam seu ofício com mais tranquilidade e eram atendidos apenas por representantes de ONGs assistenciais, que tinham como objetivo mudar o modo de ser dos catadores e se construir enquanto instituição nos espaços de periferia. Nos

demais assuntos, durante décadas os catadores foram esquecidos pelas políticas públicas. O lixo jogado fora não era uma preocupação social, como passou a ser a partir de 2002. Desde essa época, os catadores começaram a se organizar devido às muitas advertências que estavam recebendo por causa dos maus-tratos aos animais, descuido com as crianças e acusações de roubo de lixo de propriedade da prefeitura.

Para o representante da Associação dos Carroceiros, foi este o momento em que se descobriu o potencial financeiro que existia na coleta do lixo, surgindo assim, a necessidade de se dar importância ao que, até então, era simplesmente um rejeito. Para ele, a pobreza sempre foi e continua sendo um garimpo de dinheiro, onde as pessoas pobres são utilizadas para tal fim. No momento, ele pensa que os catadores estão sendo visto como mão de obra barata para a separação do lixo, enquanto o material é comercializado por outros. Pessoas da comunidade estão vendendo o que tem para comprar caminhões ou kombis para recolher o lixo, mas segundo o presidente da associação, esta forma também não vai proliferar porque o interesse é ter controle do lixo todo, e não simplesmente acabar com a carroça.

O debate deixou alguns moradores da comunidade preocupados, outros incrédulos de que não aconteceria a aprovação da extinção da circulação das carroças. Na compreensão da maioria na comunidade, não havia sentido acabar com uma forma digna de trabalho, correndo o risco de aumentarem os problemas sociais. Muitas famílias, para garantir seu sustento, sem essa alternativa poderiam acabar realizando outro tipo de comércio na vila, como o tráfico de drogas, a prostituição ou até mesmo o crime. Para os moradores, o assunto fazia parte de uma polêmica eleitoral que não levaria a nada. Com este espírito, entraram e conheceram o debate.

Os catadores encontraram uma câmara de vereadores toda equipada com seguranças e uma plenária dividida entre ambientalistas e carroceiros, e a maioria não entendia porque a fúria de muitos em relação a eles, mas os ânimos começaram a se acirrar com o confronto. Representantes do Movimento dos Catadores organizados gritavam “máfia do lixo”. Por outro lado, entre os ambientalistas, havia representantes que estavam na defesa dos animais e que não se consideravam contra os carroceiros ou catadores, nem mesmo “máfia do lixo”. A confusão estava colocada, percebemos que esta polarização mascarava outros interesses que os catadores não compreendiam. No calor das emoções, cada um defendia seu

interesse, gerando até mesmo brigas corporais durante a votação do projeto.

3.3 VOTAÇÃO DO PROJETO: TEMAS EM DISPUTA NO CAMPO DOS CATADORES

Nos jornais, a polêmica começou com o assunto **trânsito** e este tema envolveu os carroceiros, repórteres, motoristas, ambientalistas, câmara de vereadores e prefeitura. O interesse principal foi a negociação dos carroceiros para reverter a imagem que os outros agentes tinham desta categoria de trabalhadores e, quem sabe, mudar a intenção de acabar com a circulação das carroças nas ruas. A negociação aconteceu com o convite aos repórteres de participarem de um dia de trabalho como carroceiros. Desse fato resultou uma reportagem que mexeu com a opinião pública, gerando muita polêmica.

O assunto da polêmica era o Projeto de Lei do Vereador Sebastião Melo, que propunha a retirada gradativa dos veículos de tração animal da capital. O político argumentou que, em pleno Século XXI, vivemos costumes da Idade Média devido aos maus tratos sofridos pelos animais e a falta de condições mínimas a que estão submetidos: longa jornada de trabalho, poluição sonora, excesso de peso, má alimentação e violência física. A condução das carroças sendo realizada por crianças na faixa dos dez a doze anos também motivou o projeto, pois isso se torna um risco para elas, para o animal, e para o trânsito em geral. Os ambientalistas denunciam que as maiores vítimas dos acidentes envolvendo carroças são os cavalos, reforçando a idéia de que os mesmos estejam sendo submetidos à poluição sonora e ao excesso de trabalho.

Segundo Sant'ana (2008b), as preocupações do repórter, ao andar na carroça, eram várias. A carroça não tinha espelho retrovisor e era frágil diante as manobras violentas de veículos conduzidos por motoristas impacientes que se incomodavam com a morosidade da mesma. Por outro lado, o cavalo era amável e dócil e conhecia os códigos recebidos para orientação de direção. A preocupação do repórter era com o fluxo e a violência cotidiana do trânsito e em razão disso foram realizadas outras reportagens chamando atenção para o colapso do trânsito devido à quantidade exagerada de carros existente.

O assunto foi abordado pela mídia como um duelo entre carros e carroças, a carroça prejudicando a circulação dos carros e os carros deixando o trânsito em

colapso devido à quantidade de veículos em circulação. O carro é o sonho de aquisição de todo cidadão enquanto a carroça é vista como sendo um veículo em extinção. Mas na opinião do presidente da associação de catadores, a carroça é a vida da comunidade.

Segundo a EPTC, a frota de veículos de tração animal na cidade de Porto Alegre é composta por 4.340 veículos. Entre eles existem 3.708 carroças cadastradas, 628 charretes e 4 carretas. Além desses dados oficiais, existe a estimativa de acordo com Gonzatto (2008b, p.29) de que existam circulando pela capital em torno de 4.000 carroças sem cadastramento. De acordo com dados do Movimento Nacional dos Catadores e Recicladores (MNCR, 2008, p.2), circulam no trânsito da capital em torno de 8.000 carroças. Outra reportagem relata que no Distrito Federal o veículo carroça está sendo substituído por um carrinho motorizado. Para utilização desse carrinho, os catadores estão sendo organizados em cooperativas de coletores e tirando habilitação para dirigir o mesmo para o recolhimento do lixo. Para o presidente da associação dos catadores, essa não é uma boa alternativa porque muitos catadores não têm nem o ensino fundamental, não tendo condições mínimas de tirar carteira de habilitação. Segundo o Gonzatto (2008a, p. 32), o DMLU não considera esta proposta viável, visto que não teriam a garantia de que o lixo seria recolhido em dia de chuva, por exemplo, e nos horários corretos como hoje é feito. Representantes do DMLU também argumentam que os resíduos ficariam nas casas dos catadores o que ocasionaria outros problemas.

Outro recorte interessante para a análise das reportagens foi a temática **trabalho**. Neste tema, estão envolvidos ambientalistas, carroceiros, vereadores, prefeitura e a mídia. Denuncia-se que os carroceiros têm uma vida sacrificada e conseguem, com muito custo, catar grande quantidade de lixo todos os dias para ganhar 600 a 700 reais por mês e alimentar seu filhos e o cavalo. Este trabalho, nas palavras dos carroceiros, é seu sustento e cuidado com a vida. Eles não têm direitos trabalhistas como férias, fundo de garantia, seguro saúde. Na reportagem de Sant'ana (2008b), a sua vida é comparada a dos animais, saindo para catar de dia e voltando para trazer comida ao ninho à noite. O trabalho humano é comparado ao dos animais. Na opinião dos ambientalistas, alguns carroceiros saem para trabalhar de dia e outros à noite, mas o cavalo é o mesmo, o que prejudica a saúde do animal que fica exposto ao excesso de trabalho, à poluição sonora e aos maus tratos.

De acordo com o Jornal Zero Hora (2008a), as mulheres catadoras

questionam as madames que estão reclamando do seu trabalho e ganha pão e perguntam por que não cuidam de seus cachorros. Já em outra reportagem, (Zero Hora, 2008e, p. 46), um vereador da cidade pergunta: Quem vai dar emprego aos carroceiros? De acordo com a reportagem de Zero Hora (2008e, p. 46), a proposta é política pública para os carroceiros sendo que há uma estimativa de que existam 30.000 pessoas na capital que dependem da coleta de lixo. Por outro lado, ambientalistas dizem que querem inclusão social sem sofrimento aos animais. Sebastião Melo (Zero Hora, 2008c, p. 40) propõe uma política pública de qualificação profissional para os jovens e a criação de uma central de reciclagem bem estruturada ou a colocação dos carroceiros nos galpões existentes.

A prefeitura se pronuncia na mídia afirmando que teria uma alternativa de **desenvolvimento** para os carroceiros, que seria a construção de um galpão de reciclagem, projeto já em discussão com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES. Os agentes que se envolvem neste assunto são a prefeitura, o BNDES e os catadores. A proposta é organizar a coleta realizada pela prefeitura de forma a aumentar a renda dos galpões e não prejudicar o sustento dos catadores. Segundo reportagem em Zero Hora (2008d, p. 44), a “intenção é gerar um volume de material grande o suficiente para manter o mesmo rendimento que eles têm hoje”. O presidente da associação dos catadores entrevistado durante a pesquisa de campo se diz contrário à alternativa de cooperativas, argumentando que existem pesquisas que demonstram que, apesar de haver um número expressivo de cooperativas em Porto Alegre, apenas quatro são modelo. Catadores entrevistados dizem que não querem cooperativas porque sempre tem os donos e o trabalho fica prejudicado. O presidente da associação afirmou que os donos das cooperativas são os representantes da prefeitura que teriam todo o controle do lixo coletado e os catadores como mão de obra barata para o “garimpo de dinheiro”. Em sua opinião, a descoberta de que lixo também é dinheiro mobilizou todo este processo.

O que acirra esta discussão é a temática **ecologia**, pois este assunto envolve grande parte dos agentes que fazem parte deste *campo*, que são os carroceiros, ambientalistas, empresas, câmara de vereadores e a prefeitura. O carroceiro se envolve neste assunto com a catação e separação onde consegue manter o seu sustento e também na reciclagem de óleo de cozinha que pode se transformar em sabão, farinha para alimento do cavalo e material para as empresas. Segundo Schuch, (2008c, p. 20), o DMLU é responsável por um projeto de recolhimento de

óleo de cozinha visto que “nas empresas o óleo tem três destinos: parte é usado como combustível de caldeiras, serve como matéria prima para ração animal é também usado na geração de biocombustível”.

Segundo Leite (2008, p. 24), existe também um contrato de uma empresa gaúcha com o Japão de venda do gás metano produzido dos resíduos de lixo, pois a partir desta matéria prima é possível gerar energia reduzindo o dióxido de carbono na atmosfera. Para a realização deste contrato, se utilizará o lixo de 140 municípios gaúchos. A empresa “pretende captar 100% dos recursos investidos por meio de contratos com seus clientes, formados por prefeituras e empresas coletoras de lixo”. De acordo com reportagem do Jornal O Sul (2008, p. 8), a polícia civil entregou à justiça um inquérito sobre irregularidades na licitação da escolha de empresas coletoras de lixo na capital, denunciadas desde 2006.

Preocupados com sua situação, os carroceiros, em parceria com a UNESCO, fizeram um projeto para o plantio de mudas nativas e comércio das mesmas para o exterior. O presidente da associação dos carroceiros relatou que o projeto não foi aceito pela prefeitura de Porto Alegre. Em sua opinião, essa atitude reforça a idéia de que o interesse é fazer do catador, que não tem muita instrução, mão de obra barata para o garimpo do lixo. Ele pretende mostrar o projeto para outros parceiros que queiram abraçar a proposta, mas tem receio de como irão ficar os catadores sem possibilidade de trabalho com o lixo. De acordo com Sant’ana (2008a, p. 63), no Brasil, ambientalistas discutem os maus tratos aos animais que justificariam o fim deste tipo de meio de transporte, enquanto isso, na França, como alternativa para a preservação do meio ambiente, as prefeituras estão substituindo veículos motorizados por carroças conduzidas por cavalos para coleta de lixo, transporte de pessoas e manutenção de jardins.

A temática da **violência** também faz parte desse debate. Os maus tratos aos animais denunciados pelos ambientalistas e a violência do trânsito são assuntos que geraram confronto e polêmica entre ambientalistas e carroceiros. O Jornal Zero Hora (2008b, p. 34) relata que após a votação do projeto de eliminação gradativa das carroças das ruas da cidade ocorreu confusão e briga entre uma ambientalista e uma condutora de carroça. Como consequência, a temática da **segurança** também veio à tona, envolvendo catadores, ambientalistas e a câmara de vereadores. A segurança da câmara de vereadores durante a votação foi reforçada com 38 seguranças, mais guardas municipais e policiais militares para conterem os tumultos

e as acusações.

O presidente da associação dos carroceiros declarou que os catadores estão preocupados com o futuro, pois com a aprovação do projeto aumentará o desemprego e o número de moradores de rua. Ele sugere que em vez de eliminar as carroças, as mesmas sejam padronizadas. Conforme o relato em Zero Hora (2008a, p. 54), exaltados por temer perder seu ganha-pão, os donos de carroça abafavam os discursos dos vereadores favoráveis ao projeto com gritos “máfia do lixo”. Ao final da votação, mulheres e crianças protestavam e choravam por perderem seu sustento. Ambientalistas precisaram sair escoltadas por seguranças após a sessão. De acordo com Schuch (2008b, p. 7), o representante do Movimento Nacional dos Catadores relatou que “alguns colegas terão que largar a atividade, pois não conseguirão sustentar suas famílias”.

Como é possível perceber, interesses sociais, culturais e econômicos nos grupos se cruzam e se opõe. Este espaço de discussão está composto por lutas por trabalho e geração de renda, disputado por empresários e catadores, por trajetórias de vida diferentes negociando espaços de expressão. Um exemplo disso é a reportagem mencionada acima que mostrou a humanidade de um catador e os valores culturais e morais envolvidos na discussão dos temas trazidos. O assunto que permeou toda a discussão foi maus tratos e violência, seja aos animais, aos carroceiros ou no trânsito. Esse tema precisa ser abordado com outros recortes para que se possa compreender a luta por reconhecimento neste *campo político de disputas*. Estes atravessamentos dizem respeito aos valores como cidadania, dignidade, liberdade e preconceitos de classe que movimentam estas interações entre os agentes citados neste trabalho e legitimam relações de poder e dominação.

A palavra **humilhação** e **vergonha** aparecem em dois momentos nas reportagens nos jornais. Quando o repórter (SANT’ANA, 2008a, p. 63), diante da angústia de ter vivido a realidade de ser catador e de constatar que esta realidade está além do objeto que atrapalha o trânsito, mas faz parte da construção de histórias de vida, se sente “na obrigação moral e profissional de defender os que estão na iminência de serem destroçados”. Sente-se humilhado diante da crítica de que em nenhum lugar do mundo há carroças puxadas por cavalos para recolher o lixo. A questão é: de qual mundo estão falando? A sensação de **humilhação** vem de sua opinião não se reconhecer em valores, trazidos para países periféricos, de modernidade, como de progresso, desenvolvimento, tecnologia e que foram

internalizados como fazendo parte de nossa construção identitária. O sentimento de humilhação vem como que um poder de ajuste a estes valores. Mas o repórter consegue reverter a provocação, mostrando que na França está se utilizando esta proposta de carroças puxadas por cavalos para recolhimento do lixo, transporte de pessoas e manutenção de jardins. Portanto, o repórter reconhecia a Europa como mundo e considerava-se fazendo parte dele. Nem ele, nem os carroceiros estão fora do mundo. Estão desatualizados aqueles que não estão ainda preocupados com o meio ambiente, interessados somente em manter sua própria história de vida e interesses.

O momento em que aparece a palavra **vergonha** é no depoimento do presidente da associação no jornal Zero Hora (2008b, p. 34), afirmando diante da perplexidade do resultado da votação na câmara: “Isso é uma vergonha. Estão alimentando a máfia do lixo contra a classe pobre. Vamos continuar nas ruas e nos organizar ainda mais”. A palavra **alimento** é, de fato, bem colocada, porque em nenhum momento apareceu o interesse econômico que estava envolvido a não ser na manifestação dos carroceiros quando gritavam: máfia do lixo! O que estava aparecendo na disputa eram valores morais que legitimam este fluxo que criou impedimentos à classe mais empobrecida. Era o que estava alimentando e justificando tal resultado. E este alimento vem de todos os agentes envolvidos, inclusive dos carroceiros. Nas palavras do presidente da associação dos catadores, em reunião com o Vereador Sebastião Melo, os carroceiros não são apenas vítimas. O representante dos carroceiros tem consciência de que precisam de políticas públicas adequadas para melhorarem suas relações familiares, com o trabalho e o meio ambiente. Para ele, estas atitudes são resultados de muitos anos de abandono e falta de preocupação pública com a realidade de desemprego, miséria e descaso. Essas condições históricas fizeram com que o catador adquirisse hábitos que o prejudica. Tirar a alternativa de renda que encontraram não é a única proposta possível. É necessário que existam projetos educativos e assistenciais de acompanhamento à categoria.

E que alimento é esse que envergonha nosso carroceiro e legitima os poderes dominantes? Um conceito de valor em disputa que trazemos para esta análise é o de **cidadania**. Neste confronto de idéias, fazem parte repórteres, catadores e ambientalistas. Nas entrevistas com carroceiros, é possível perceber que eles se consideram cidadãos e estão buscando os direitos que lhes estão sendo

tomados. Segundo Gonzatto (2008b, p. 29), os ambientalistas consideram que “os carroceiros não podem ser chamados de cidadãos porque não tem obrigações, não precisam respeitar leis e não têm direitos”. Em outra reportagem de Sant’ana (2008a, p. 55), é criticada a imagem que a sociedade tem dos carroceiros, que são vistos como diferentes das pessoas comuns porque são de uma pobreza primitiva sem salvação. A universalidade de direitos está sendo colocada em questão aqui. No cotidiano, as desigualdades de valores mostram as diferenças de oportunidades entre as pessoas e as interações pessoais possíveis, dependendo das condições nas quais se encontram.

Outro conceito que surge com essa questão é o de **dignidade**, temática sobre a qual a câmara de vereadores, os catadores, ambientalistas e repórteres realizam o debate. Na pesquisa de campo, verificou-se que a escolha de trabalho com o lixo é uma escolha por dignidade e depende de muita força de vontade. A pergunta do porque de estarem impedidos de viver uma vida melhor e mais digna advinda do trabalho com o lixo está presente nos relatos da comunidade. Conforme reportagem de Zero Hora (2008a, p. 54), para os ambientalistas, o projeto aprovado na câmara é amplo e beneficia a todos, inclusive aos carroceiros, que não podem continuar sendo carroceiros por gerações. Segundo o jornal Correio do Povo (SCHUCH, 2008b, p. 21), eles querem inclusão dos carroceiros, mas sem o sofrimento dos animais. O Diário Gaúcho (2008a, p. 3), por sua vez, relata que os vereadores aprovaram o projeto “para oferecer uma profissão mais digna aos carroceiros, para não atrapalharem o trânsito e para evitar maus tratos aos cavalos”. Segundo Sant’ana (2008a, p. 63), a dignidade do repórter está em proteger aqueles que estão na iminência de serem destroçados sem entrar numa polêmica de antagonismos políticos, e o jornal Correio do Povo (2008, capa) refere que Sebastião Melo, autor do projeto, afirma que “aqueles que votaram a favor do projeto não estão contra os pobres, mas a favor de uma cidade mais digna, humana e justa”.

Já a temática **liberdade** também esteve presente no debate em relação aos maus tratos aos animais. De acordo com o Diário Gaúcho (2008a, p. 3), os ambientalistas expõem uma faixa sobre maus tratos aos cavalos que expressa bem este *campo de luta* por valores: “Liberdade: apenas nos grandes pampas dos céus, por aqui o inferno”.

3.4 UMA LUTA POR PARTICIPAÇÃO

A condição de pobreza colabora para a construção histórica da imagem dos catadores. No jornal Zero Hora, Sant'ana (2008b, p. 55) imagina que os carroceiros se concentram nas ilhas porque se estivessem na cidade já teriam sido enxotados por ser uma categoria profissional antipática que as pessoas comuns não suportam. São diferentes das pessoas comuns por serem de uma pobreza primitiva, sem salvação, onde cometem atos violentos e se submetem aos vícios. Nas ilhas, escondem suas deformidades pessoais e suas misérias, de lá saem para recolher o lixo, material que se associa a seu aspecto miserável e repelente. Essa imagem é construída a partir de uma história que justificaria porque o carroceiro é odiado pelas pessoas comuns.

Do ponto de vista dos catadores, essa imagem distorcida de ódio é recebida com um sentimento de humilhação. Durante a votação do projeto de lei, uma catadora expressava seu sentimento de indignação diante do que estava acontecendo, afirmando que “eles não entendem que a vida do outro lado é diferente”. Perguntei a ela quem eram eles, ao que me respondeu: “essa classe média que nos trata com muito desprezo”. Relatou que certa vez estava recolhendo lixo na frente de um prédio e o guarda saiu correndo atrás dela chamando-a de criminosa. Ela contou que se sentiu muito humilhada e se lembra até hoje do que aconteceu porque não se entende como uma criminosa, mas uma cidadã igual ao vigilante. Segundo ela, “a diferença é que não tenho carteira assinada, nós dois somos trabalhadores, mas ele me achava diferente e melhor que eu, por isso que eu digo que a vida do outro lado é diferente”.

Os catadores têm uma imagem de si mesmos de cidadania, dignidade e força de vontade construída a partir de suas histórias de vida, das posições e escolhas que tomaram diante das dificuldades encontradas e das relações que estabelecem na família, na escola e nos serviços que os acompanham. Percebem que, apesar de terem a aparência igual a de todo ser humano, eles são tratados de forma diferente, devido à condição de pobreza em que se encontram. O ressentimento surge devido ao reconhecimento do outro que é diferente da imagem que eles têm de si próprios. A questão está não apenas nas percepções das diferenças, mas na atitude do outro diante da diferença.

Os sentimentos de ódio, humilhação, ressentimento e indignação

apresentados dizem respeito à possibilidade de ação que cada agente tem, que depende de sua condição de classe. Mesmo com condições de viver escolhas e de tomar posições e assumir responsabilidades diante da vida, a pessoa em situação de pobreza encontra inúmeras situações de impedimento de viver suas escolhas. Essas situações fazem parte da trajetória de vida das pessoas que se identificam e se organizam para garantir espaços e “melhorias” de vida. A luta é por negociação desta condição identitária para que através do diálogo possam sensibilizar os limites que afastam um grupo de outro. Em um debate sobre o projeto de lei em questão, o presidente da associação afirmou: “Isso aqui está parecendo uma arena. A gente tem que sentar e discutir. Não adianta estar vaiando ou aplaudindo. Não adianta ficar de um lado ou de outro” (ASCARPOA, 2006b, p. 2).

Os catadores já se reconhecem como trabalhadores, a luta empenhada é por negociação com outros setores da sociedade desta imagem que eles têm de si, e como consequência, ampliar as possibilidades de relações e de condições para a existência. De acordo com um panfleto do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR, 2007, p. 2), “queremos ser reconhecidos pelo trabalho que realizamos nesta cidade, subsídios para fazermos nosso trabalho, só que mais organizados e com menos sofrimento para nós e nossas famílias”. A luta dos catadores é uma negociação de participação na sociedade por reconhecimento e redistribuição de renda.

Capítulo 4

ENTRE RESENTIMENTOS E LUTA POR RECONHECIMENTO

Na construção do *campo de disputas* do catador e separador de lixo urbano, compreendi que esses trabalhadores estão em luta por reconhecimento e redistribuição do capital e que esta disputa é movimentada por valores que distinguem os interesses dos agentes no *campo*. Essas distinções surgem a partir das condições de classe. No marco teórico, compreendo que os valores morais preexistem às pessoas e são adquiridos em suas trajetórias de acordo com as condições materiais nas quais estão inseridas. Com o objetivo de conhecer esses valores “naturalizados” no jeito de ser das pessoas em situação de pobreza, realizei entrevistas com os catadores e separadores de lixo da Ilha Grande dos Marinheiros. A análise das entrevistas será realizada em cinco partes. No primeiro momento, compus o perfil socioeconômico dos entrevistados; no segundo momento realizei uma análise das lembranças das histórias de vida relatadas; no terceiro momento analisei as lembranças relacionadas à educação e ao trabalho; no quarto momento foram analisadas as respostas às perguntas “o que é pobreza”, “ser pobre” e “o que é situação de pobreza” e, por fim, realizei a análise das distinções existentes entre os entrevistados cooperativados e associados.

As entrevistas fizeram parte de um contexto de campo no qual os entrevistados foram escolhidos de acordo com a convivência no trabalho de campo e pelos grupos de interesse da pesquisa, ou seja, pessoas cooperativadas, associadas e organizadas em grupos familiares. Os dados advêm de quinze entrevistas. Uma delas foi realizada no dia da votação na câmara de vereadores do projeto de lei que dispunha sobre o fim da circulação de carroças na cidade de Porto Alegre. As outras quatorze entrevistas foram realizadas com um roteiro diferenciado da primeira, pois não tiveram as influências causadas pela disputa ocorrida na câmara de vereadores.

No roteiro das entrevistas, eu deixava a pessoa livre para falar de sua vida. Usei a metodologia de entrevista semi-aberta. Durante uma visita ao espaço de trabalho ou à residência, marcada previamente, as entrevistas começavam com a frase “conte-me sobre sua vida”. Durante o relato do entrevistado, fiz perguntas sobre a idade, a renda, o número de filhos, escolaridade e a forma de organização

para o trabalho. Outros dados para análise foram coletados do diário de campo. No decorrer das entrevistas, eu dirigia o assunto com perguntas que necessitariam de conceitos elaborados pelos entrevistados sobre “o que é pobreza”, “ser pobre” e “situação de pobreza”. A duração das entrevistas variava, em média levavam uma hora. Com este roteiro, foi possível elaborar o perfil dos catadores e separadores de lixo entrevistados que contribuirá para a nossa análise.

Em um segundo momento, as entrevistas foram transcritas. Em seguida, analisei as entrevistas uma a uma e no quarto momento, realizei a análise temática que apresento abaixo, na qual foram comparadas as histórias, buscando as semelhanças, as identificações das trajetórias e as diferenças, a partir de temas sobre a infância, adolescência, vida adulta e a relação com a família, trabalho e escola. Com esses dados analisados, é possível identificar elementos do *habitus* dos catadores, o qual advém de uma assimilação subjetiva das condições objetivas do coletivo em se inserem os indivíduos em tela.

O encontro com os entrevistados aconteceu a partir do contato com uma liderança comunitária que esteve presente em todo o processo de pesquisa de campo. Essa liderança é conselheira do orçamento participativo da região e, devido a sua atividade, tem contato com um grande número de moradores. Ela possui, em sua trajetória de liderança, suas identificações com alguns moradores e conflitos com outros. A lógica de classificação desta liderança esteve presente nas escolhas dos entrevistados. Essa situação foi percebida após a coleta, na análise, e a preocupação inicial transformou-se em dados que foram problematizados para o andamento da pesquisa. Como a indicação para as entrevistas era realizada pelos próprios entrevistados, percebi que uma das classificações deles foi o parentesco, pois a atividade de catação e separação de lixo é realizada com a ajuda do grupo familiar. Outro dado importante na análise das entrevistas é o gênero dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas durante o dia e, em sua maioria, os homens se encontravam nas ruas buscando o lixo e as mulheres em casa, separando o lixo trazido. As entrevistas foram realizadas nos domicílios ou na cooperativa, conseqüentemente, a maioria das entrevistas foi feita com mulheres.

4.1 PERFIL SOCIO-ECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS

É importante retomar os passos para a análise das entrevistas. Na primeira etapa, dediquei-me a conhecer as histórias uma por uma, o que gerou a tabela do perfil sócio-econômico dos entrevistados, na qual os mesmos são referidos por números, sem identificação pessoal.

A análise que segue a esta tabela foi realizada por temas transversais às entrevistas e as citações, da mesma forma que na tabela, não identificam os respondentes, preservando a identidade dos mesmos, já que os dados se referem às suas histórias de vida. A escolha dos temas pelas semelhanças das trajetórias permite que possamos conhecer seu *habitus*. Como os catadores se organizam de forma coletiva distinta, recordo ainda que decidi entrevistar pessoas de formas de organização diferentes para o trabalho com o lixo: os cooperativados, os associados e os que se organizam em grupo familiar. a tabela a seguir mostra os dados do perfil sócio-econômico dos entrevistados.

Nr.	Idade	Sexo	Escolaridade	Religião	Renda Semanal (em Reais) e dependentes da renda	Organização coletiva	Renda per capita mensal ¹⁰	Nº de Filhos	Naturalidade
01	42	F	Ens fund incompleto	Católica	200,00 – 9 dep.	Associada	88,00 *	8 e 1 neto	Canoas
02	24	M	6 série fundamental	Católico e umbandista	200,00 a 250,00 – 5 dep.	Associado	160,00 a 200,00	3	Porto Alegre – Ilhéu
03	34	F	5 série fundamental	Católica e umbandista	200,00 a 250,00 -7 dep.	Associada	114,30 a 143,90	6- 5 vivos e 1 morto	São Jerônimo
04	28	F	6 série fundamental incompleto	Espírita	200,00 – 6 dep.	Associada	133,40	4 filhos	Guaíba
05	39	M	Ensino Fundamental incompleto	Espírita	200,00 – 6 dep.	Presidente da Associação	114,30	5 filhos	Guaíba
06	40	F	Ensino Fundamental incompleto	Umbandista	100,00 – 7 dep.	Não está associada nem cooperativada	57,15*	6 filhos	São Jerônimo
07	45	F	Analfabeta	Evangélica	80,00 – 2 dep.	Não está associada nem cooperativada	190,00	3 filhos, 1 morto,	Curitiba
08	16	F	5 série	Católica	100,00 á 120,00 – 3 dep.	Não está associada nem cooperativada	133,40 a 160,00	1 filho	Porto Alegre – Ilhéu
09	51	F	5 série	Católica e umbandista	60,00 a 75,00 – 7 dep.	Cooperativada	34,30 a 42,90*	6 filhos, citou na entrevista 2 com problemas e 1 morto	
10	47	F	Não estudou	Católica	60,00	Cooperativada	60,00*		
11	22	F	Ensino Fundamental incompleto	Católica e umbandista	150,00 a 200,00 – 4 dep.	Está associada	150,00 a 200,00	2 filhos	Porto Alegre – Ilhéu
12	34	F	5 série	Católica	110,00 – 4 dep.	Cooperativada	88,00 *	4 filhos 1 neto	
13	43	F	3 serie	Umbandista	50,00 mais pensão – 4 dep.	Não está associada nem cooperativada	165,00	2 filhos e 2 netos	São Jerônimo
14	22	F	1º ano do Ensino Médio	Católica	300,00- 5 dep.	Não está associada	240,00 + **	3 filhos	Porto Alegre – Ilhéu
15	27	F	6 série fund	Evangélica	350,00 a 700,00- 5 dep.	Não está associada nem cooperativada	280,00 a 560,00 +**	3 filhos	Canoas

Tabela nº2: Perfil Sócio-Econômico

¹⁰ O salário mínimo nacional está em R\$ 415,00; ¼ de salário mínimo equivale à R\$ 103,75; ½ salário mínimo equivale a R\$ 207,50. LEI Nº 11.709, DE 19 DE JUNHO DE 2008. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/salariominimo_2008.htm. Acessado em 31 Jul 2009.

Ao iniciar a análise dos dados das entrevistas, é importante mencionar que existe uma divisão sexual do trabalho com o lixo na comunidade. Na maioria das vezes, os homens buscam o lixo de carroça, Kombi ou caminhão, enquanto as mulheres separam o lixo em suas casas. As crianças ajudam na organização familiar também de acordo com o sexo: os meninos saem com seus pais para buscar o material para a reciclagem e aprendem a conduzir uma carroça, enquanto as meninas ajudam a família no cuidado com a casa, na alimentação e, quando mais velhas, no cuidado com os irmãos menores.

Existe um saber próprio para a busca de lixo urbano e para a separação do lixo. O gênero está presente na construção desse saber, o que colabora na constituição de outro tipo de relação de poder, a de patrão e empregado. Algumas mulheres são contratadas para separar o lixo em casas de família, assim como homens são contratados para buscar o lixo quando uma família adquire mais de uma condução para este trabalho ou na falta de alguém que conduza a carroça. Na adolescência, os meninos são contratados por famílias chefiadas por mulheres para conduzirem as carroças, enquanto as meninas colaboram na separação do lixo em casa.

Durante toda a pesquisa de campo obtive mais facilidade para conversar com os homens sobre o contexto político em que se encontravam do que para conversar sobre suas vidas. Devido a esta característica, foram realizadas duas entrevistas com homens carroceiros. Uma foi com o presidente da associação dos carroceiros e a outra com um membro da associação dos carroceiros, marido de uma das entrevistadas. As outras treze entrevistas foram realizadas com mulheres.

Foi feito um total de quinze entrevistas, sendo que as mesmas podem ser divididas da seguinte forma: seis entrevistas realizadas com pessoas associadas na associação dos carroceiros e catadores de lixo - ASCARPOA, seis entrevistas com pessoas que se organizam apenas no grupo familiar e três entrevistas realizadas com mulheres cooperativadas. Existe um número aproximado de 150 a 200 pessoas associadas à ASCARPOA e 15 pessoas cooperativadas no galpão de reciclagem da Ilha Grande dos Marinheiros.

As entrevistas foram realizadas de duas maneiras: oito foram gravadas e o restante não. Foi observado que as gravações causavam constrangimentos, em cada entrevista era preciso explicar que as gravações não seriam utilizadas para alguma reportagem, mas sim para estudar as condições de vida dos catadores. As

outras sete entrevistas foram escritas em vez de gravadas e eram lidas em voz alta depois de concluídas para garantia de que a escrita realizada correspondesse ao que foi dito. Era possível perceber que, quando as entrevistas eram lidas, existia um olhar de satisfação nas pessoas entrevistadas e expressões como: “Até que minha estória de vida é bonita”, “Ufa, desabafei”. Na análise que segue, os entrevistados terão seus nomes preservados.

Entre as cooperativadas, foi entrevistada a sócia fundadora, uma associada que faz parte da cooperativa há dois anos e outra pertencente à diretoria da cooperativa. Os homens não quiseram ser entrevistados usando o argumento de que as mulheres gostam de falar mais. Os sócios fundadores apreciam seu pertencimento à cooperativa e a construção desta proposta para a comunidade. Em contrapartida, alguns vêem neste espaço uma alternativa de trabalho devido à falta de condições de buscar o lixo, por ter vivido processo de separação conjugal, ou por ter perdido outro trabalho.

Aparece nas entrevistas que o ideal dos trabalhadores com lixo urbano é de adquirir condições para buscar o lixo e separá-lo com a organização familiar em vez de estarem na cooperativa. Isso pode ser exemplificado nas seguintes afirmações: “Se eu tivesse condições não estaria aqui”, “Eu estou aqui desde que me separei porque não tenho condições de buscar o lixo e trabalhar sozinha”, “Eu sou sócia fundadora aqui, e gosto daqui”, “Aqui é melhor que empresa porque as pessoas entendem quando tu fica doente ou precisa cuidar de um filho”.

Em relação à idade das pessoas entrevistadas, uma é adolescente de 16 anos, cinco pessoas estão na faixa de 20 a 29 anos, três pessoas na faixa de 30 a 39 anos, cinco pessoas na faixa de 40 a 49 anos e uma com 51 anos de idade. O trabalho com o lixo abrange variadas faixas etárias envolvendo diferentes gerações. Das pessoas entrevistadas, onze são oriundas de municípios do interior do estado e quatro, as mais novas, da própria ilha. O número de filhos também varia de acordo com a faixa etária ou orientação sexual. As religiões dos entrevistados são: cinco pessoas católicas, quatro católicas umbandistas, duas umbandistas, duas espíritas e duas evangélicas.

Como a catação e separação de lixo são feitas por mais de uma pessoa, a renda é dividida entre os demais membros da família que dependem do trabalho. Cinco famílias informaram que a renda *per capita* é menor que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. As pessoas que estão associadas e as que trabalham de forma individual

informaram que ganham o dobro ou mais que as pessoas sócio-cooperativadas. Apenas duas pessoas informaram renda superior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. Oito pessoas informaram renda superior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. Três das entrevistadas citaram a morte de seus filhos ainda crianças ou adolescentes, as causas foram saúde, trabalho infantil e violência urbana. O trabalho com o lixo tem elevado a renda dos catadores o que não interfere em seu *habitus*, pois a catação de lixo é uma estratégia de sobrevivência encontrada diante da situação de desemprego e de precariedade vivida em suas trajetórias.

Com relação ao grau de escolaridade, apenas uma terminou o primeiro grau e iniciou o 1º ano do ensino médio. Duas entrevistadas não frequentaram a escola. Quatro pessoas informaram que não terminaram o ensino fundamental, quatro dizem que foram até a 5ª série, três cursaram até a 6ª série, e uma informou que estudou até a 3ª série do ensino fundamental. Foi possível observar que as pessoas entrevistadas citaram a escola como algo distante da sua realidade ou como uma alternativa adversa à sua vida cotidiana. Elas relataram que tiveram que fazer a escolha entre a família e seu sustento, e a escola. Conforme demonstram as seguintes frases: “Ir na escola para quê? para ouvir os professores dizer que vou catar lixo mesmo!”; “Na escola era muito bom, mas eu tive que escolher entre meu filho e a escola”; “Eu saí da escola porque a professora disse que seria um mau exemplo para os pequenos, eu estando grávida”; “Os professores eram muito legais, mas fui expulsa da escola pelas colegas e eu precisava ajudar a mãe em casa”.

4.2 LEMBRANÇAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA

As lembranças das histórias relatadas nas entrevistas são narrações de vidas sofridas e que se identificam entre as mesmas nos detalhes. Elas trazem temas da infância, da concepção de gênero, de trabalho, de intimidade com o lixo, do relacionamento na escola, de violência doméstica e do trabalho infantil, vividos e repetidos nas trajetórias de seus filhos. Essas lembranças expressam, por vezes, desejos de libertação e atitudes de submissão à realidade vivida. Existem expressões de raiva, inveja, ciúme, amor para com o companheiro, filhos, amigos, vizinhos, pela própria vida e conceitos sobre liberdade e felicidade. Pode ser percebido nas suas histórias que a presença dessas sensações desagradáveis movimentou os entrevistados para uma mudança de posição diante do sofrimento

vivido. Que essas atitudes despertaram atos criativos dentro das condições que possuem, permitindo a eles a percepção de estar mudando e de estar em movimento. “Antes eu sofria mais, agora tenho uma vida mais ou menos”, “Só é pobre quem tem mais interesse do que pode ter, eu vivo bem com o que tenho”.

Essa atitude, conformista por um lado e motivadora de ação por outro, orienta decisões para mudança de situações na vida, como pode ser verificado nas afirmações: “Quando vi meu filho, decidi parar de usar drogas”, “Quando eu decidi que queria ser feliz e mudar, meu companheiro mudou, acho que foi por amor a mim”. As marcas desta atitude fazem parte do corpo destes trabalhadores, como ilustra a pergunta de uma catadora entrevistada: “Mudamos, temos agora uma vida mais ou menos, mas para onde vai todo esse sofrimento vivido?”. A mesma pessoa que pergunta, elabora sua resposta: para o corpo, as mudanças são percebidas muito mais na convivência que na imagem que carrega consigo as marcas do sofrimento vivenciado. Existe, entretanto, uma preocupação com o que é transmitido aos filhos, ou seja, como eu educo os filhos, a intimidade com eles, e o que espero deles. Isso evidencia o aprendizado com esta mudança ou reproduz as mensagens destas marcas de sofrimento? Essas perguntas estão presentes nos relatos das entrevistas e, segundo esta catadora entrevistada, as crianças são naturalmente criadas para viver a história de seus pais e é desses sentimentos internalizados no corpo que se alimenta a pobreza.

O sofrimento que passa a fazer parte do corpo em um determinado momento é entendido como diversão em outros momentos. Os entrevistados contam que se divertem com sua situação, brincam e sentem prazer com as brincadeiras que fazem, com as amizades que cultivam, brincam com seus afazeres e com própria história. “Carroceiro gosta de arriação, tá sempre brincando”, “As pessoas falam que gostam de mim porque eu sou comunicativa e estou sempre brincando, não acho dificuldade em nada, sempre encontro alguma coisa pra fazer com a situação”. Existem movimentos de reflexão, transformação e criação a partir de suas condições materiais e de classe.

Muraro (1967) conceitua “pessoa” como uma produção criativa de um movimento de interiorização e reflexão que resulta numa ação exterior. Entende que a pessoa vive o produto de uma luta entre condições externas e reflexões internas. Sua noção de pessoa leva em conta a comunicação, a interioridade, o afrontamento (que para ela é a afirmação, a liberdade e a ação). Esse conceito pressupõe uma

abertura ao outro, uma posição e uma ação criativa, enquanto o indivíduo pressupõe um fechamento em si mesmo ou ancorado no coletivo. As condições materiais de pobreza são motivos de reflexão para as pessoas inseridas neste contexto, reflexões essas que se amparam nas condições culturais e sociais do coletivo em que se encontram.

Existem pontos em comum nas histórias relatadas que possibilitam criar o perfil dos catadores entrevistados, bem como conhecer distinções entre os mesmos, como as hierarquias e as relações de poder estabelecidas. Para criar este perfil, parti das lembranças das relações familiares dos entrevistados, tendo como referência as diferentes fases do desenvolvimento humano, infância, adolescência e maturidade. Depois foram abordadas as suas alternativas de trabalho, o significado do seu trabalho com o lixo e a sua relação com a escola e com o aprendizado.

A maioria dos entrevistados lembra que sua infância "foi ruim" ou "não foi muito boa". Os relatos são de histórias de trabalho infantil e de violência doméstica, e a partir destas lembranças busquei compreender como eles definem sensações diante de situações de violência e os limites da vida, como doenças e morte.

4.2.1 As relações familiares

Para começar essa análise das relações familiares considero importante classificar esses relatos pelo sexo dos entrevistados, pois percebi nas histórias que homens e mulheres são educados de forma diferente. Os homens lembram que sentiam prazer em trabalhar com o pai na lavoura, no interior e no trabalho com a carroça, e os pais foram lembrados como liderança na família e no local de moradia. As lembranças trazidas da infância eram de contato com a rua e com o público. A frase mais usada por eles foi "Trabalho para *buscar* o sustento para a família". Essa frase tem relação com o lugar social masculino, tanto nas lembranças das mulheres quanto nas dos homens.

Em um dos relatos, um carroceiro lembra que saiu de casa por querer a liberdade, e entendia que não vivia bem em seu ambiente familiar. Esteve em situação de rua e hoje compreende que os pais queriam o melhor para ele. A sua lembrança marcante da infância foi a visão do lobisomem que afirma existir na ilha, um ser metade homem, metade animal. Outro entrevistado lembra que se sente cansado por estar em contato com as pessoas que já morreram. As brincadeiras

com o próprio sofrimento fazem parte deste cotidiano, que transita entre o real e o imaginário. A cultura construída deste masculino está entre o considerado civilizado e a natureza, entre o natural e o transcendente. Diante deste sofrimento e da percepção da existência dos limites da vida, essas pessoas tomaram atitudes como a de começar o trabalho de recolhimento do lixo, no qual viram uma possibilidade de renda.

As mulheres relatam suas histórias de forma diferente. As suas palavras trazem consigo as dores e o sofrimento de viver. Nas lembranças da infância elas rememoram a participação de personagens como os pais, que geralmente marcam suas vidas evocando lembranças sofridas. O pai, na maioria das entrevistas, usa substâncias alcoólicas e é descrito como agressivo. A mãe, preocupada com os afazeres domésticos ou com sua sexualidade, não interfere na relação dos pais com os filhos. As mães também são alvo de agressões de seus companheiros ou ficam ocupadas com os afazeres da casa. As filhas mais velhas ajudam na organização familiar e trabalham como ajudantes de família desde crianças. Duas entrevistadas relatam uma infância feliz junto da avó até engravidarem, tendo o primeiro filho aos dezessete anos de idade, a seguir vivendo uma vida conjugal considerada boa.

Um número expressivo das entrevistadas, doze delas, lembra humilhações vividas com os pais e patrões durante a infância, como demonstram as afirmativas que seguem: “Minha mãe adotiva era muito má para mim, me deixava acorrentada na mesa e batia em mim com fio”; “Eu apanhava muito de minha patroa, até não agüentar tanta humilhação”; “A gente sofria muito com os patrões da gente porque os filhos delas faziam fofocas e a gente apanhava muito por causa deles”; “Meu pai e minha mãe me tratavam muito mal eram uns carrasco, eu vivia na casa de um e de outro trabalhando nunca tive estudo, só me ralava”; “O jeito que ela tratava a gente, o que era aquilo, não era amor!”. Muitas vezes, os pais e patrões eram lembrados da mesma maneira, como opressores. O motivo relatado para sair de casa e dessa condição era a busca por libertação: “Eu queria me libertar do pai e da mãe”; “Eu saí de casa para me livrar”. Para isso alguns habitavam as ruas, outros encontravam um companheiro ou saíam para trabalhar em uma cidade distante dos pais. Esse desejo de libertação expresso nas palavras dos entrevistados manifesta uma posição ativa de ação para sair de uma condição de opressão, muito mais do que para viver sua diferença e autonomia.

O ambiente doméstico era vivido com presença de violência e trabalho

infantil, e o sonho alimentado de libertação dessa opressão não foi concretizado na continuidade de suas histórias. Com a saída de casa, em alguns casos, essas pessoas se lembram de terem vivenciado tanto a situação de rua quanto agressões e humilhações nos novos ambientes domésticos e nos espaços de trabalho encontrados: “Eu saí de casa para me libertar e passei muito trabalho na rua, comia até comida do lixo”; “Eu saí de casa para ter uma vida melhor e foi pior ainda, apanhei muito”, “A gente quer se libertar, quer se divertir, o pai e a mãe não deixam aí acha que vai arrumar um homem e vai”.

As histórias de vida fora da casa dos pais são variadas, quatro das entrevistadas contam que se dão bem com seus companheiros e se mostram muito amorosas e tranqüilas com seus filhos, porém relatam problemas de convivência com os serviços de apoio como creche, projetos de acompanhamento a crianças e adolescentes. Duas dizem que se consideram pessoas agressivas, não batem nos filhos porque têm medo de machucá-los devido ao sentimento de raiva que possuem. Uma delas lembra que agredia seu companheiro para conseguir se separar quando ele se mostrava “ruim e agressivo”. Cinco entrevistadas contam histórias de agressões de seus companheiros para com elas, dando continuidade a uma vida de violência doméstica. Uma das entrevistadas mencionou a dificuldade que tem de comunicação na família de origem devido à pobreza em que viveu, o alcoolismo dos pais, que traz lembranças difíceis, bem como provocou a necessidade de trabalhar desde criança. O mesmo aconteceu em seu casamento, no qual os momentos de trabalho eram maiores do que os de convivência familiar.

O cuidado com a casa e com os filhos está sob a responsabilidade das mulheres e das filhas mulheres. Na adolescência, as mulheres estão se preparando para cuidar da própria casa e já se sentem prontas para serem mães. Do mesmo modo, os meninos na adolescência estão se preparando para buscar o seu sustento e formar sua família. Dentro deste contexto, os entrevistados se tornaram pais e mães durante a adolescência, com a exceção de uma entrevistada que casou com quinze anos e ficou grávida aos 24 anos. Existem casos de relatos de agressões conjugais que culminaram em separações. Algumas mulheres contam que foram agredidas, outras dizem que agrediram seus companheiros e não sabem lidar com a raiva. O uso de drogas também é lembrado como um motivo de separação conjugal ou como um problema com os filhos.

O amor não correspondido da forma esperada é lembrado pelas mulheres

como causa de grande sofrimento. Uma catadora contou que pensou em se matar por ter se separado do companheiro no dia anterior à entrevista, pois ele havia roubado sua própria casa para comprar drogas. O motivo que a fez mudar de opinião foi o amor aos filhos, eles não teriam ninguém para cuidá-los com a sua morte. Já o amor aos filhos é lembrado como motivação para mudanças. Nessa lógica, outra catadora conta que abandonou as drogas para cuidar e ser um bom exemplo para o seu filho. Representar um cuidado para alguém ofereceu outro sentido à vida dessas mulheres. Das quinze entrevistas, treze dizem que os filhos são o sentido do movimento da própria vida. O cuidado para com os filhos foi definido por elas como a procura de suprir a alimentação, o cuidado com a saúde, afeto e proteção. Apenas uma catadora menciona que o que a mantém viva é o amor pelo trabalho com o lixo, pois esse serviço lhe proporcionou um saber utilizado por muitos. Outra vive sozinha e se afastou da mãe e da filha porque entendeu ser importante viver sua liberdade.

4.2.2 Educação dos filhos

Amor à vida, libertação e busca pela felicidade são valores que estão presentes nas lembranças dos entrevistados. E como transmitem isso a seus filhos? Os filhos não são sempre do mesmo companheiro ou companheira. Em caso de separação, os filhos geralmente ficam com a mãe e seu novo companheiro colabora no sustento dos filhos da companheira com quem vive. Como demonstra a frase de uma entrevistada sobre seus irmãos e seus filhos: "É uma preta, uma branca, uma amarela, igual a eu aí, eu tenho a minha neguinha ali com meus neguinho, tem meu loiro e tem meu branquinho". Segundo outra entrevistada, "Não é do mesmo saco, mas é do mesmo buraco".

Da mesma forma, se os filhos ficam com seus pais, são cuidados pelas novas companheiras deles. É muito comum a figura do padrasto e da madrasta, além do pai e da mãe. A função materna e paterna é dividida entre ambos com pitadas de raiva e ressentimentos, portanto o ambiente doméstico ainda é um ambiente consideravelmente hostil. Os pais educam seus filhos para o trabalho e sustento da casa com o apoio da creche, da escola e dos projetos de turno inverso à escola. "Meu filho vai ao projeto dos Maristas, é bom lá, mas, quando ele puder vai trabalhar comigo também".

Ao mesmo tempo, existe a esperança de fazer as coisas de forma diferente. Para o presidente da ASCARPOA, a educação das crianças é uma preocupação da associação, elas precisam de atividades para poderem ser educadas dentro da cultura da comunidade. Ele entende que as propostas educativas que existem na comunidade estão fora da realidade dos moradores e, mais cedo ou mais tarde, as crianças saem da escola e passam a fazer o que os pais fazem. Defende que para os filhos de carroceiros terem outras oportunidades de trabalho é necessário uma proposta educativa que leve a realidade deles em consideração, como as brincadeiras e o jeito de ser dos moradores. Seu receio é que, por causa da falta dessas opções, as crianças e adolescentes optem pelas drogas. Segundo ele, “Tem muito trabalho ainda para se fazer por essas crianças, meu sonho é ter espaços de brincadeiras e ensino para elas aqui”. Uma catadora afirmou, “Eu trato meu filho diferente do que fui tratada, com amor, aquilo que eu tive não era amor”.

Mesmo na esperança de mudança e na vivência sofrida e hostil das relações familiares que se prolonga em suas crianças, a família é uma referência para a vida destas pessoas. Como um caminho para mudança ou para continuar a história familiar: “Eu voltei para a casa da mãe porque era o lugar que eu conhecia”, afirmou uma catadora explicando porque voltou para a casa da mãe, onde sofria agressões, depois de ter sido maltratada pela patroa. Foram relações familiares marcadas pela violência e pelas alegrias das brincadeiras na realização do trabalho infantil. A família é o primeiro lugar que colabora para a construção do jeito de ser das pessoas entrevistadas, na qual os valores como libertação, cuidado com a vida e a busca pelo sustento e pela felicidade, a partir das condições oferecidas, são gerados e transmitidos aos descendentes. Mas libertar do quê e para quê?

A esperança de libertação é uma referência feita de forma diferente nos relatos de homens e mulheres. Para os homens, a libertação está em conseguir o sustento para a família através do aprendizado de um ofício e da geração de renda. O amor ao trabalho e à carroça surge desde a infância, que passaram brincando e trabalhando. A libertação está na realização deste papel masculino, a luta destes homens está em garantir esse lugar e o respeito ao seu trabalho, organizando os pequenos e negociando com os grandes, que são, em suas palavras, os ricos, os burgueses, os donos dos carros, os políticos, a caneta.

Como expressa um carroceiro:

O presidente da associação quer organizar os carroceiros; por causa deste negócio que querem tirar as carroças, ele quer organizar pra vê se ficam. Eu to indo pra vê se a gente consegue organizar e se nós organizemos os pequenos.

As lembranças da vida são contadas a partir do amor ao trabalho e dos conflitos vividos pelo grupo familiar em seu espaço social. Nas lembranças das dificuldades que passou com sua família, um catador rememora um momento em que não tinha onde morar e precisou montar uma lona embaixo da ponte para abrigar sua família. Quando pediu ajuda, não recebeu da maneira que esperava e questionou a concentração de renda:

Eu sofri e não é mole, eu e minha mulher. Eu não tinha nada, nós acampamos ali em uma barraca, nós ficamos em baixo da ponte, eu não tinha casa. Se os político tivessem cinquenta milhão no banco, eu não tinha dinheiro para fazer uma casa. Tenho que trabalhar para fazer e aquele lá tá guardado. E depois assim, na situação que eu já tive eu podia pensar em vender a casa que tenho e aplicar dinheiro em outra coisa, porque os burgueses estão comprando os terrenos aqui, mas não, não adianta botar fora, chegamos ali, ficamos ali.

Enquanto os homens se referem à libertação nos espaços coletivos, as mulheres reivindicam libertação no cotidiano familiar. O sofrimento relatado diz respeito à vida doméstica das mesmas. Suas expressões evidenciam que buscam se libertar do que é mau e se vincular ao que é bom: “Eu saí da casa de meus pais para me libertar, porque ele (companheiro) era muito bom pra mim, eu tinha de tudo antes de ele entrar para as drogas e vender o que a gente tinha”; “Bom, foi meu primeiro companheiro que me ensinou a ler, porque nunca tive oportunidade de ir para escola, e ele me ajudou, eu que fui uma burra de me separar dele”; “Bom é adquirir as coisas para dentro de casa com o trabalho com o lixo”. Libertação então é conseguir viver o que é bom, a possibilidade de se nutrir, conhecer e administrar sua família com o sustento de seu trabalho.

4.3 “QUANDO EU ME CONHECI COMO GENTE”: VIDA SOCIAL NA ESCOLA E NO TRABALHO

A vida social do catador e separador de lixo urbano fora do ambiente familiar é citada nas entrevistas como uma experiência conflituosa. Mesmo naquelas raras entrevistas em que a pessoa cita um bom convívio familiar, mencionam-se relacionamentos hostis com os serviços de apoio. Aprendem no convívio com outros semelhantes que existem desigualdades de oportunidades entre as pessoas e que as possibilidades da vida dependem das condições sociais e econômicas que possuem. Neste momento, surge o conflito entre o sonho de libertação e as impossibilidades de realizá-lo devido às regras sociais de convivência. Para a criança, a família lhe parece uma totalidade universal e, lembramos que para os teóricos da luta por reconhecimento o primeiro momento da luta por reconhecimento ocorre quando a realidade vivida pela pessoa é percebida por ela como universal. Com a constatação das diferenças sociais que fazem parte de um contexto maior, começam a perceber que todo o grupo familiar está em posição de desvantagem. Essa constatação coloca a pessoa em luta pelo seu espaço social e, como síntese desse processo, desenvolve o desejo de se libertar.

A análise segue com as lembranças dos entrevistados sobre os momentos em que se inserem em um grupo social fora de seu ambiente familiar. A vida escolar é o primeiro momento citado. Depois a análise prossegue com os momentos em que dizem se conhecer como gente, que correspondem ao ápice da busca pelo sonho de libertação de rompimento com o núcleo familiar e de se posicionar neste contexto social. As possibilidades de gerar renda a partir do trabalho realizado é um dos momentos em que afirmam “se conhecer como gente”. Seguimos com os sofrimentos emocionais e físicos que vivenciam, ao tomarem parte da luta cotidiana imposta por sua posição no jogo social.

4.3 1 A vida na escola e a escola da vida

A vida escolar dos catadores é curta, aqueles que freqüentaram a escola se lembram dela como uma vida paralela à sua realidade. Alguns expressam que o fato

de trabalharem desde criança os afastou da escola. Entendem que o estudo não é para eles. Em uma conversa com os catadores da cooperativa de reciclagem, uma adolescente dizia que não voltaria para escola porque ouviu dos professores que ela iria catar lixo mesmo, para que estudar então? Nas palavras dela parece que seu destino já estava escrito. O pai e a mãe eram sócios da cooperativa e ela estava também se preparando para cuidar da própria vida, assumindo seu lugar na história que entende como dela. Outra entrevistada contou que aprendeu muito nos programas de assistência para adolescentes, principalmente a música e a dança que aprecia muito. Ela lembra que, quando ficou grávida, teve que sair da escola porque a professora entendeu que ela seria um mau exemplo para os colegas menores, mas o aprendizado que recebeu de educadores sociais colaborou para lutar por seus valores de vida.

Outra disse que não freqüentou a escola por muito tempo porque vivenciava conflitos com as colegas e disse que foi expulsa por elas do colégio. Ela sentia a necessidade de ficar em casa, sua vida era lavar a louça no rio e ajudar a mãe. Hoje recebe o apoio dos serviços, como a creche de seus filhos, o posto de saúde e o Módulo de Assistência Social, no acompanhamento de sua vida.

Duas entrevistadas não conseguiram freqüentar a escola porque tinham que ajudar no orçamento familiar desde crianças. Uma trabalhava em casa de família só pela comida, e relata que se alfabetizou lendo a Bíblia e pensa que isso lhe proporcionou a facilidade de comunicação. Aquelas que saíram da escola nas séries iniciais dizem que não tiveram cabeça para o estudo porque chegavam cansadas à escola. Outra entrevistada relata a escola como sendo algo importante, mas precisou fazer a escolha entre os filhos e os estudos, e a família é a prioridade. Um catador lembra que saiu da escola porque ele sabia mais que as professoras e precisava se sustentar e à sua família. Para ele, o trabalho com a carroça era mais interessante.

A noção de conhecimento para os catadores é diferente dos conteúdos trazidos pela escola. Os acontecimentos se passam como se o saber da vida cotidiana do catador estivesse na contramão do aprendizado proposto nas escolas. Em contrapartida, a falta de estudo é o motivo alegado para as pessoas escolherem trabalhar com o lixo. “Eu trabalhei em outras coisas já, mas a falta de estudo e a falta de oportunidade faz a gente escolher a única alternativa que tem: o lixo”. Cada vez se torna mais necessário possuir um tempo mínimo de vida escolar para a

realização de outras atividades, segundo a catadora entrevistada:

A pessoa que não tem muito estudo não tem muito trabalho. Quando a gente se conheceu por gente e começou a trabalhar foi assim: teve uma época que até eles confiavam e davam outro serviço para gente, mas com o passar do tempo, não só comigo, com várias pessoas aconteceu né, eles já começam tudo as modificação as evolução e já vai indo, já vai indo e vai excluindo e daí já não é mais aquilo. Ah, e já vem aquela fase da carta de referência, já vem aquela fase de carteira assinada, é.. e tem que ter estudo, tem que saber isso, aquilo, daí é onde a gente já começa a fica para trás. Aquele que não tem estudo não tem nada né, e não adianta vir dizer de boca, que eu tenho estudo, se vão me dar um negócio p'ra preencher e eu não sei, daí é onde a gente se quebra. Daí é onde a gente começa a pensar e daí eu fui crescendo, crescendo trabalhando, trabalhando, daí conheci o meu falecido marido, daí já tive meus filhos.

A partir destes depoimentos percebo que tudo se passa como se vida escolar não estivesse colaborando para a realização do sonho de libertação dos catadores e separadores de lixo, e que existe uma naturalidade dos entrevistados ao afirmarem que escolheram “a escola da vida ao invés da vida na escola”. Entendem que para a garantia de sua dignidade precisam decidir sair da escola para adquirirem outros saberes e conhecimentos e realizarem suas tarefas.

Por outro lado, os serviços oferecidos como complemento ao trabalho escolar, como projetos educativos para adolescentes que usam música, dança, teatro e brincadeiras que partem da cultura local são citados pelos entrevistados como apoio em suas vidas. Uma das entrevistadas usou seu conhecimento aprendido da dança, para montar um grupo de bailarinas com as quais trabalhava fazendo apresentações. Outra conta que os técnicos que trabalham nos serviços de acompanhamento a seus filhos são importantes em momentos difíceis de sua vida. Outras referem, em meio a críticas, os serviços assistenciais que em momentos de dificuldades lhes ofereceram apoio profissional.

A assistente social me deu uma força também, me ajudou muito. Depois eu fui conversei com a minha amiga, porque eu não queria falar pra ninguém né, daí ela me ajudou me apoiou, aí ela me encaminhou p'ra assistente social, fui falar com ela, com a psicóloga, na creche também daí fiquei grávida deste meu guri, aí eu pensei: tá vou parar com tudo (se referindo às drogas) e agora estou aí trabalhado o dia todo.

Com referência às políticas públicas, os entrevistados questionaram os critérios de ingresso, mostrando que existem distinções entre os moradores e as lógicas dos programas educacionais e sociais. Eles reclamam que os critérios de ingresso contemplam pessoas sujas, viciadas ou doentes. Algumas mulheres

catadoras do galpão de reciclagem mencionaram que precisariam fumar um baseado ou ficar sujas para fazerem parte ou ingressarem os filhos nas creches ou nos programas assistenciais. Elas contaram que resolveram testar os profissionais, deixando uma casa muito suja e outra limpa, na espera da visita técnica, e dizem terem constatando a veracidade de suas suspeitas.

A opinião dos entrevistados sobre a aceitação ou crítica aos critérios dos programas varia e tem como referência o apoio ou a falta de apoio dessas políticas para as suas iniciativas de cuidado com a vida, dignidade e sustento para a família através do trabalho. Como mostram as palavras de um entrevistado:

Mesmo ajudando, essas bolsas, esses programas que eles botam, claro que ajuda e eu sou contra. Falo francamente, sou contra a bolsa família, a velha fome, o fome zero. Sou contra. Tudo isso aí tem um preço, claro a dignidade.

4.3.2 O que é ser gente e o sentido do trabalho com o lixo

Em mais de um momento, aparece nas entrevistas a expressão “quando eu me conheci como gente”, relacionada a momentos diferentes das vidas das pessoas e a seu sonho de libertação. A expressão é usada para se referir ao momento da adolescência em que saíram de casa, quando construíram uma família ou ainda quando começaram a gerar renda com o seu trabalho.

Uma catadora dizia que se conheceu como gente quando recebeu e pôde dar carinho, dizia isso se referindo a uma pessoa que lhe tirou da rua quando ainda era adolescente. Relatou que hoje trata os filhos com o carinho que aprendeu a receber, mas que não recebe o mesmo deles, o que a deixa em sofrimento. Apesar disso se considera uma boa mãe porque está conseguindo transmitir o que aprendeu:

Ser gente é dar carinho e receber carinho, coisa que eu nunca tive dos pais que me criaram, principalmente de minha mãe agora que eu tento dar p'ros meus filhos, só que eles não retribuem comigo. Eu acho que eu me sinto uma pessoa sozinha, mas eu sempre procuro não entrar em depressão e trabalho.

Outros relatam que foram tratados como gente quando encontraram um companheiro que era considerado bom. Em outras entrevistas, essa expressão foi usada para falar do momento em que começaram a receber uma renda pelo seu trabalho, geralmente na adolescência, quando assumem a responsabilidade de

cuidar de si e da própria casa. “Ah, foi desde que eu me conheci por gente que eu fui arriscando, catando papel, com 12 anos, antes eu era babá na casa alheia”.

Os entrevistados começam a narrar suas vidas através do trabalho, “A minha vida é trabalho, sempre estou no serviço”. Para os que vieram do interior do estado, o trabalho na infância para as mulheres era o serviço da casa e em casas de família onde trabalhavam pela comida que recebiam. Uma das entrevistadas lembra que, durante a infância, a vida era de muita fartura porque os pais eram do interior e tinham tudo dentro de casa devido ao plantio e à criação de animais. As mulheres entrevistadas mais velhas tiveram um acesso à escola restrito, porque deveriam ajudar a cuidar dos irmãos mais novos em casa. “Eu só trabalhava, não tinha tempo para estudar, meus irmãos mais novos tiveram a oportunidade de terminar o segundo grau eu não cheguei a terminar a 6^o série porque tinha que ajudar a mãe em casa”, relata uma entrevistada.

Para outro entrevistado, o trabalho com o lixo era a única alternativa, pois para conseguir qualquer trabalho hoje é necessário ter o ensino médio. A falta de estudo e oportunidades é a justificativa apresentada para não exercerem outra profissão. Nos relatos, trabalho e estudo não caminharam em linhas paralelas em suas vidas, mas antagônicas, em algum momento da infância ou da adolescência precisavam fazer a escolha entre um e outro, já que começam a constituir família durante o início de sua juventude. Para outros, o trabalho é uma alternativa de dignidade que substitui outras formas de conseguir renda para suas famílias, através do crime ou do tráfico de drogas.

Dentre os ofícios citados estão serviços gerais, lavoura, motorista, segurança, eletricitista e, para alguns, o trabalho com o lixo é uma alternativa mais rentável que o trabalho de carteira assinada. “Eu e meu marido estava trabalhando de carteira assinada, mas saímos porque o que a gente ganhava junto era menos do que se tira buscando lixo com a carroça e não dava para sustentar a casa”. A maioria dos entrevistados conta que conseguiu mudar muita coisa em sua casa através do trabalho com o lixo. Conseguiram adquirir móveis e eletrodomésticos para dentro de casa e também se tornaram pessoas mais felizes. Justificam essa felicidade pelo fato de que, com este trabalho, é possível trazer alimento para dentro de casa, pagar as contas e viver mais tranquilo e brincando com a própria vida. Ao mesmo tempo em que dizem que, se tivessem outra oportunidade, fariam outra atividade porque trabalhar com o lixo não é fácil. Na opinião de uma catadora, “Bem na verdade a

sujeira, o lixo, não provém de Deus”.

Segundo uma catadora entrevistada esse também é um trabalho divertido, ela contou que às vezes seus companheiros, ao buscarem o lixo, encontram pessoas muito legais que doam roupas bonitas e calçados. Dizem que existe a expectativa de encontrar coisas para o uso próprio no lixo. “A gente fica muito feliz quando encontra uma roupa boa, um xampu, calçado, dinheiro”. Uma catadora contou que um dia estava sem dinheiro para comprar comida para seus filhos dentro de casa e encontrou R\$ 280,00 no lixo. Outra contou que encontrou R\$ 25,00 enrolados em um papel e suas crianças gritaram, “A mãe achou dinheiro”. Contam que, quando fazem a seleção do lixo de uma galeria, têm a esperança de encontrar além de bijuterias, algum ouro. Dizem que muitas roupas boas que usam, de marca, foram encontradas no lixo. O trabalho acaba fazendo parte de suas vidas, quando saem para passear olham os lixos das mansões achando que ali deve ter coisas boas para separar.

Neste espírito, uma catadora refere que o trabalho com o lixo é sua vida, para ela “o lixo é uma beleza”. Ela veio de outro estado para o RS e está trabalhando como empregada em casa de família para a separação do lixo. A sua ajuda é de qualidade porque já produziu um conhecimento na triagem que muitas pessoas ainda não adquiriram. Ela sabe como aproveitar melhor os materiais e como organizar o espaço para um trabalho mais rápido. Ações que fazem com que ela e seus patrões recebam mais pelo trabalho com o lixo. Ela valoriza seu conhecimento, dizendo que é bem aceita aonde vai e é bem comunicativa, sabe como dizer o que deve ser feito. Afirma que para quem sabe trabalhar com o lixo não falta serviço, pois são muitas as casas que estão trabalhando com este material e as pessoas não tem conhecimento suficiente para o trabalho. Afirma também que se ela tivesse apoio, com o saber que possui estaria muito melhor do que está agora. Com este relato percebo que existe um conhecimento próprio adquirido nas suas trajetórias de trabalho.

A falta de apoio aos catadores é um assunto citado pelo presidente da associação. Para ele, não existem políticas específicas para o catador e ele entende que deveriam existir. Ele não concorda com as políticas públicas existentes porque não aproveitam o conhecimento e a realidade desses trabalhadores. Afirma que o lixo é um bom investimento econômico e os catadores serão utilizados como mão de obra barata para a separação do material que será coletado e distribuído por outros

interessados no dinheiro e considera que a pobreza foi um garimpo de dinheiro para os agentes externos, hoje é o lixo. Comentando sobre a proposta da prefeitura em criar cooperativas para separação de lixo, afirmou:

Claro, que eles querem galpão. Esse meu projeto aí com a UNESCO, de plantio de mudas nativas quem não vê que é bom? Só quem não quer. Se isso vai pra frente, não tem quem cate o lixo e nós somos catador. Que nem aquele projeto pro Japão eles tão vendendo lixo pro Japão, mas quem é que vai catar lixo pra eles, então? Nós. Se nós temos outra coisa pros carroceiros, não tem quem cate papel, parece uma piada, mas é a última. E tem gente que vai fazer qualquer outra coisa vai roubar e vai matar e não vai ir pra galpão (cooperativas), a maioria, Depois quando eles tiverem o galpão como eles querem no impulso, nós não vamos tomar conta e daqui a oito anos vamos ver o que? Vamos ver mais morador de rua, vamos ver mais ladrão. Porque tem muita gente, é mal ou bem ainda está trabalhando com o lixo. Daí vão pegar e vão tirar a única cordinha em que estão pendurados vão sair, vão roubar, vão matar.

O trabalho com o lixo trouxe de volta a muitas pessoas a esperança de viver uma vida digna. Através dos dados coletados foi possível verificar que, com este trabalho, estão conseguindo se organizar dentro de suas condições e realizar alguns sonhos para a caminhada da libertação desejada e alimentada na história familiar. Segundo relato das entrevistas, esse trabalho de catação começou nos grandes lixões onde eram depositados os resíduos da cidade. Nas entrevistas dizem que a necessidade os empurrou para este trabalho, mas antes o lixo era considerado apenas resíduo e o trabalho dos catadores era de bastante ajuda à sociedade. Hoje o lixo é considerado matéria prima que gera material para indústrias, que o transformam em material de construção, entre outras coisas, como também para a produção de energia elétrica. Os catadores são a primeira mão de obra desta cadeia produtiva.

Nós reciclava, nós ia lá pro lixão, eles estavam fazendo (construindo) o Shopping ali sabe, quando estava recém começando os bagulho ali pra levar. Nós ia lá às sete e meia da manhã e nós vinha embora às oito e trinta da noite, nós catava lá e vendia lá mesmo. Bah, nós passava um trabalhão lá e eu tinha o meu filho, bem pequenininho, só ele que eu tinha, e foi aí que eu comecei a catar e nunca mais parei.

O valor que o trabalho com o lixo garante é de dignidade a partir da possibilidade de fazer escolhas para organizar a própria vida, mesmo com dificuldade. Nas palavras de um catador, “No serviço da gente com o lixo, a gente consegue pagar as conta mal ou bem a gente consegue tirar o sustento da gente e do animal”.

4.3.3 Considerações sobre a saúde e precariedade das condições de trabalho com o lixo

A análise realizada até o momento abrange conteúdos que também dizem respeito à saúde dos entrevistados. Alguns relataram que conseguem brincar com suas dificuldades encontrando alternativas para os sofrimentos vivenciados. As situações de sofrimento estão relacionadas os impedimentos que encontram em realizar seu sonho de libertação.

Um dos impedimentos relatados é o comportamento agressivo, uma das entrevistadas relatou que o comportamento violento de seu companheiro era devido a sua situação de sofrimento psíquico, que ele precisa tomar medicação para controlar o comportamento agressivo. Outro impedimento é o uso de drogas. Quatro entrevistadas contaram que um dos motivos para as agressões nas relações familiares foi o uso de substâncias psicoativas que levavam os usuários a cometerem roubos e agressões em seu ambiente familiar. O uso do álcool também é citado como um dos motivos para o comportamento agressivo, porém está naturalizado nas falas como parte da vida dos mesmos. Como brincam trocando as palavras: “Com certeza, com cerveja”.

Três entrevistadas disseram ser portadoras do vírus da AIDS e uma afirmou ser portadora de uma doença causada por um fungo, que não sabia dizer o nome, adquirido no trabalho com o lixo. Essa doença a impede de comer o que deseja e a obriga a ingerir mais alimentos líquidos do que sólidos. As entrevistadas relataram que ser portadoras dessas enfermidades as aproximou da família, uma delas disse que, “Quanto tu sente a morte mais próxima, tu dá mais valor a vida, sente mais vontade de cuidar de si e dos filhos”. Outra mencionou que o que a faz lutar pela vida é “Ver um filho doente, diante da doença de um filho eu me desespero”.

Em uma conversa com os catadores na associação dos carroceiros eles problematizaram seus afazeres, relatando que um dos problemas vividos pelo catador é o cuidado com o corpo. O trabalho com a catação provoca neles dores nas costas, nas pernas e feridas na pele. Sugeriram que deveriam existir programas destinados aos catadores e separadores de lixo urbano voltados ao trabalho com o corpo, exercícios físicos, meditações, entre outros, para evitar tantas dores corporais. Um entrevistado relatou que ficou com problemas na perna devido a um derrame que teve quando era jovem e que se cansa muito ficando de pé o dia todo e

separando lixo, mas considera que por causa de suas dores não conseguiria outro tipo de trabalho.

Outra entrevistada contou que o trabalho com o lixo que realizava em outro estado era mais precário que aqui porque lá a mesma pessoa buscava, separava e vendia o material de lixo passado pela triagem. Por este motivo, ela precisou fazer uma cirurgia no abdômen no lugar onde apoiava o carrinho de mão. Ela contou que a organização que fizeram aqui do trabalho onde um busca e outro de separa o lixo “é bem melhor para trabalhar, mais proveitoso”.

Com exceção de uma entrevistada, todos falaram de sua vida como sendo um modo de lidar com o sofrimento, que é vivido de forma dolorosa e levando algumas pessoas a pensar em suicídio devido à tristeza. Algumas maneiras de lidar com a tristeza já foram mencionadas anteriormente, como brincar com o sentimento, cuidar de seus descendentes e familiares, ou trabalhar. Conforme o relato de um entrevistado: “Eu acho que eu me sinto uma pessoa sozinha, mas eu sempre procuro não entrar em depressão e trabalho”. Outra forma citada foi a religiosidade. Duas das entrevistadas disseram encontrar forças em Deus quando estão muito tristes.

Quando estou com dificuldade eu ergo a cabeça e penso que Deus sempre há de me dar força pra eu não desistir de realizar minha missão que ele me deu. Me dá força para não parar de viver, para realizar minha missão. Deus é tudo que ele fez neste mundo de bom principalmente os filhos que me deu, sendo torto, errado, doente, de qualquer jeito que eles fossem são meus.

Um dos entrevistados, quando estava expressando a tristeza com o fato dos vereadores na câmara terem votado pelo fim das carroças, falava do sentimento de abandono. Durante a entrevista, se dizia cansado e pensava em desistir de tudo e se preocupar em ser doutor dos mortos. Sua religião é espírita e, segundo o entrevistado, essa história de “inferno aqui não existe” se referia a que seu tempo aqui estava terminando e que talvez não tivesse mais nada a fazer, a não ser pelos mortos “Que estão em um lugar aonde todos irão um dia”. “Eu sou doutor dos mortos, eu converso com eles eu vejo eles, isso dá uma canseira no cara pra caramba. Só não vejo minha família, o resto tudo eu vejo, tá louco, eu canso muito com eles, tá perto de eu morrer acho”.

Outra catadora se dizia contente com tudo que adquiriu com o trabalho com o lixo, sua casa, sua cozinha, sua televisão e DVD, mas entende que todas essas

coisas são passageiras, a casa pode trocar com outra pessoa, a televisão pode vender, a cozinha pode estragar. A única coisa que ela sente como dela é seu lugar no cemitério, lá ela entende que é dela e o lugar onde vai ficar por muito tempo.

Às vezes tu pensa que tu tem que submeter aquilo porque tu é obrigada, porque tu tem tudo de bom, daí... Eu ouvi que ah, se tu for embora tu não vai levar nada, mas que eu não leve porque eu nasci sem nada, vou morrer sem nada né (risos), agora eu já botei na cabeça as vezes que brigamos aqui, ah porque aquilo de lá é meu, pois pode levar porque quando eu morrer eu não vou levar nada, então se eu tiver só umas tabuinha pra ficar do meu lado não tem problema (risos) Vê só como que é a coisa não quero brigar pelo terreno, mas aquele terreno de lá (Cemitério) eu brigo. Eu brigo porque é meu e daí. Porque lá eu sei que vai ser meu, ta lá já é meu né por lá eu brigo, mas aqui às vezes se fala 'vamos sai daqui vamos pra outro lugar', daqui eu saio se eu não gostei troco, lá não, lá tenho que ficar lá. No cemitério tem que me pedir permissão (risos).

O trabalho, considerado como o momento no qual os entrevistados se conhecem como gente e o meio pelo qual garantem sua renda e o sustento da família, é considerado por agentes externos apenas como alternativa para gerar a vida, sendo instável ou passageiro. Esse sentido leva as pessoas que se encontram na condição trabalhadores do lixo a viverem situações limites e de sofrimento. Diante da negação social de seus valores familiares, o que chama atenção na leitura dos dados é que os entrevistados consideram como parte se si mesmos e de suas histórias os filhos que geraram e a vida após a morte. Como exemplo, a importância destinada ao terreno onde vão ficar após a morte e a sensação de que aquilo que se adquire com o trabalho seja de um momento da vida, passageiro.

Percebemos, a partir da análise realizada, que existe uma dialética entre o ressentimento e o reconhecimento. As lembranças negativas da vida referem-se ao não reconhecimento social do trabalho e à falta de compreensão entre pais e filhos. Neste sofrimento vivido, os valores positivos encontrados nas escolhas cotidianas estão relacionados ao sentido do trabalho e ao cuidado com os filhos. As experiências negativas e as escolhas positivas levam os entrevistados a se encontrarem com as lembranças de seus pais e a reviverem a luta pela dignidade de seus antepassados em seu cotidiano, através de sua luta pelo reconhecimento de seu trabalho e o cuidado com os filhos. Relembra também seus desejos de libertação da juventude, agora desejados por seus descendentes. O valor de suas histórias é adquirido e retomado nas lutas empreendidas em seu dia-a-dia.

Uma liderança comunitária expressou-se dizendo "a única certeza da vida é a

morte”, na caminhada para esta certeza, a história do ser humano cria-se e desenvolve-se movimentada pelos sonhos internalizados que recebem dos outros seres humanos com os quais convivem, seus familiares. Os primeiros encontros com estes ideais se dão através de atos percebidos como únicos para uma criança que recebe e carregados de marcas para os pais que educam. O sofrimento dos entrevistados está em ter uma ligeira impressão de que o seu sonho de libertação vem de gerações e irá continuar em seus filhos na luta pela dignidade.

4.4 DISTINÇÕES E RELAÇÕES DE PODER DOS ENTREVISTADOS E CONCEITO DE POBREZA

A terceira parte da análise das entrevistas relaciona-se com a opinião dos entrevistados sobre a pobreza. As perguntas foram feitas no meio da entrevista, como uma proposta de que os/as entrevistados pudessem expressar sua opinião sobre o conceito. A palavra pobreza é familiar para os entrevistados, já que corresponde a sua convivência com os agentes externos na comunidade e é uma palavra que se refere a sua condição. As reações diante das perguntas “o que é pobreza”, “o que é ser pobre” e “o que é situação de pobreza” trouxeram dados interessantes sobre a atitude reflexiva dos entrevistados, não tendo, portanto, funcionado como questões conceituais intelectualizadas – provavelmente inadequadas -, mas como estímulos ao aprofundamento do diálogo estabelecido na entrevista. No momento em que questionam aquilo que entendem como preconceito, os entrevistados definem a sua própria condição. Foi possível perceber que falam de sua identidade e das distinções e hierarquias estabelecidas nas relações vividas na família, entre os vizinhos e com a sociedade em geral. Tais distinções correspondem às diferentes relações de poder vividas, as quais mostram que, em alguns momentos, eles sofrem humilhação de agentes externos e, em outros momentos, humilham seus semelhantes.

Quando pensam sobre sua condição, os entrevistados são unânimes em dizer: “A vida da gente é buscar o lixo na rua e a discriminação que a gente passa na rua, por causa que na vista dos outros o carroceiro é sempre ladrão, e que maltrata os bichos”. Quando se refere à sua opção por morar em Porto Alegre e nas ilhas devido à oferta de trabalho com o lixo, uma entrevistada diz: “Morando na ilha me senti iludida, revoltada, tô na idade da pedra vivendo muito preconceito. Os

carroceiros sofrem preconceitos, tem preconceito com a carroça e com o carroceiro”. Neste momento das entrevistas, as expressões se referem às identificações entre os que realizam um mesmo trabalho e os outros e a noção de nós e os outros. Quando perguntado sobre quem tem preconceito, referem: “O pessoal aqui do outro lado, aqui da cidade, burguesia, a gente de carro, rico, geralmente rico. Pobre não tem preconceito contra pobre, rico é que tem preconceito contra pobre”. Ou ainda:

Na vista da polícia, de zelador de edifício, síndico, tem muitos que não dão o lixo porque dizem que a gente vai entrar p’ra pegar o lixo e vai roubar, daí eles não querem dar o lixo p’ra gente com medo que a gente vá roubar alguma coisa, tem carroceiro que rouba e tem carroceiro que trabalha.

Encontramos uma identificação entre os entrevistados advinda de revoltas por serem objeto de estigmas que não aceitam, tais como: “Eu não sou criminosa sou trabalhadeira, tenho meus filhos, tenho que sustentar eles”. E um sentimento de humilhação, como exemplo em uma entrevista na qual uma catadora questionava o preconceito da sociedade com seu trabalho e a interferência do Estado em sua vida que impedia seus filhos de colaborem em seu trabalho. “Além deles não poderem trabalhar para me ajudar, eu tenho que me virar sozinha, me humilhar, faça chuva ou faça sol tenho que subir numa carroça”. E questiona a falta de apoio ao trabalho e a seus filhos, com a votação pelo fim das carroças e a falta de proposta para os adolescentes: “O trabalho com o lixo é isso aí. E o adolescente está perdido na droga e ninguém vê nada”.

O sentimento de humilhação surge por diferentes motivos porque sua dignidade estava sendo ofendida. Ela não era vista como trabalhadora apesar de estar trazendo o sustento para sua casa e sua identidade de mulher também estava em questão porque estava sozinha precisando conduzir uma carroça e deixando os filhos sem atividade, soltos em casa. Como demonstra a pergunta feita por outra catadora: “porque as pessoas pobres não têm o direito de ter uma vida melhor e mais dignidade?”. Esse sentimento de humilhação é vivido por um número expressivo de uma categoria de trabalhadores, catadores e separadores de lixo que têm a sensação de estarem sendo impedidos de fazer escolhas e gerir a vida com seu trabalho. Os entrevistados percebem que esse não é um sentimento individual, mas uma humilhação social.

Essa discriminação vivida também é reproduzida nas interações entre eles, pois sabem que estas críticas que recebem têm onde se referendar. Os

entrevistados mostram que há distinção dentro do grupo dos catadores, mostrando que eles se diferenciam e não são todos iguais. Uma das distinções é a do “carroceiro trabalhador” e o “carroceiro ladrão”. Nas entrevistas demonstraram conhecer-se entre eles e saber distinguir um do outro.

“O ladrão não ele tem amor ao roubo, e não tem amor à carroça ao cavalo, a nada. O carroceiro que trabalha ele vai pra cidade, ele não vai com um cavalo magro, um cavalo maltratado ele vai com um cavalo bonito, um cavalo bem cuidado. Já o carroceiro que rouba não, ele não cuida do cavalo dele, ele quer o cavalo como um instrumento de roubo é um bicho magro, mal cuidado um cavalo feio. O carroceiro que trabalha, ele tem amor ao trabalho”.

Segundo os entrevistados, o catador trabalhador e o ladrão convivem nos mesmos espaços de trabalho e de moradia, mas se diferenciam nas opções de escolha de vida, pois ser ladrão ou catador são as possibilidades encontradas para se sustentar. Outra possibilidade já citada é o tráfico de drogas. O carroceiro que opta pelo trabalho está fazendo uma opção por valores e de ser feliz com o que pode ter. Segundo um entrevistado, a escolha pelo trabalho com o lixo não é fácil, é necessária muita força de vontade para continuar com tanta discriminação. Existe uma relação de respeito na comunidade entre carroceiro ladrão e trabalhador marcada pela diferença de escolhas de vida. E ao mesmo tempo em que existe a opinião que no “andar das carroças”, com o tempo, um pode ocupar o lugar do outro. “Porque tem muita gente, é mal ou bem ainda está trabalhando com o lixo. Daí vão pegar e vão tirar a única cordinha em que estão pendurado, vão sair, vão roubar, vão matar”.

Em contrapartida, um catador afirmou na entrevista que pobreza não existe e sim a vagabundagem. Entende como pobre aquele que tem muito interesse e não se contenta com o que tem, em outras palavras, aquele que sente inveja e quer mais do que pode ter. Para este entrevistado, felicidade é saber aproveitar a vida, feliz é aquela pessoa que produz e cria dentro das condições que possui garantindo uma vida melhor para os seus. Sendo que o lixo tem gerado trabalho e renda para muitas pessoas na comunidade então é pobre quem quer ser:

Eu acho que a pobreza ela não existe porque todo mundo tem alguma coisa que saiba fazer, eu acho que a pobreza não existe, o que existe é a vagabundagem, porque se a pessoa não tiver interesse não trabalha, a pobreza só existe quando existe junto a vagabundagem, ninguém é pobre por que quer, a pobreza só é falta de serviço, eu acho até que existe a pobreza, existe a pobreza é p'ra quem quer ser pobre por eu sou pobre,

mas eu não acho que eu esteja na pobreza porque eu trabalho do lixo, eu tiro o meu sustento, eu consigo pagar minhas contas. Eu acho que se pobre é a gente ter um pouquinho menos de interesse, porque a pobreza existe, mas a gente tem que ter um pouco de interesse porque se tiver pouco interesse não vai existir a pobreza, a pobreza só existe pra quem quer ser pobre, a gente é pobre mas a gente é pobre de um lado e rico do outro porque a gente não tem tudo o que queria ter, mas a gente tem tudo o que precisa.

A felicidade é também uma referência dos catadores e separadores de lixo para falar de pobreza. Para uma catadora entrevistada, a pergunta que ela se faz é, será que dinheiro traz felicidade? Para ela, a felicidade está em viver bem com as pessoas a sua volta e com os seus, às vezes uma pessoa é muito rica, mas não tem saúde e não é feliz. E uma pessoa pobre pode ter tudo o que precisa para ser feliz, mesmo com pouco. Então pensa que pobreza depende do estado de saúde física e espiritual da pessoa. “Ah, eu acho que bem, quem faz a felicidade é agente né, a gente é pobre, mas está sempre rindo, que a gente se diverte, a gente vive bem”.

A inveja é outro sentimento referido nas entrevistas, sendo um dado que demonstra os dois lados das interações. Um sentimento de satisfação de estar realizando algo sonhado, no caso dos entrevistados, a libertação dos pais através do sustento com o próprio trabalho, como também uma preocupação com aqueles que não conseguem: “Nós conseguimos uma vida mais ou menos com o lixo, mas aqui na ilha é um lugar difícil, tem muita inveja, tem gente que acha que nós somos ricos por ter uma vida um pouco melhor”.

A inveja é porque aqui, tu pode te dar mil anos com uma pessoa, mas é só pela inveja. Eles vêm na tua casa é só pra botar os “óios” nas tuas coisas. Sabe, são assim, eu vejo que não é um lugar normal. É ficam com inveja porque tu consegue comprar tuas coisas.

Existe outra distinção vinculada às relações de poder no trabalho com a catação e separação de lixo: aquela entre patrão e empregado, gerada por outra forma de organização para o trabalho com o lixo, pois alguns galpões têm dono, são particulares ou, ainda, algumas famílias contratam pessoas para colaborar no trabalho com a separação do lixo. Uma entrevistada contou que veio de outro estado e ficou encantada com a quantidade de serviço que existe na ilha, em um ano já trabalhou em três lugares colaborando para separar lixo. Ela entende que é importante o patrão valorizar o seu trabalho porque assim todos podem ganhar mais. Outra entrevistada lembra que já trabalhou em vários lugares e gosta de estar na

cooperativa porque, “Se tu achas no lixo alguma coisa boa para levar para casa, tu pode levar”, mas já desistiu de trabalhar em casa de família onde não permitiam que levasse nada do lixo para casa.

Uma entrevistada contou que saiu de um galpão particular¹¹ porque o patrão colocou câmaras de vídeo para verificar o trabalho das separadoras de lixo e se as mesmas levavam coisas para casa. Um adolescente contou que estava com dificuldade de participar de uma atividade para jovens porque havia conseguido um trabalho, iria guiar a carroça para uma catadora e ajudar a buscar lixo na cidade. Duas entrevistadas recebem lixo do galpão de reciclagem das ilhas vindo dos hospitais, esse lixo os sócios cooperativados não gostam de separar e distribuem para familiares não cooperativados separarem.

Os patrões, na maioria das vezes, têm uma relação de respeito com seus empregados, já que os mesmos são vizinhos próximos e existe a concepção de que a relação de trabalho é uma relação de troca entre conhecidos ou amigos. Em outros casos, como relatado aqui, existe uma hostilidade nesta convivência, pois um dos ideais da vida dos catadores e separadores de lixo é ser patrão dele mesmo e se organizar em família. A presença de um estranho à família gera conflitos no trabalho. Os donos dos galpões particulares e dos caminhões são comparados na comunidade aos burgueses da cidade que exploram o catador como mão de obra barata.

Outra entrevistada descreveu a pobreza como um estado de espírito. O trabalho com o lixo cria hábitos que, mesmo a pessoa querendo esconder através da forma de vestir ou demonstrando outra condição social, não consegue abandonar e ainda transmite aos filhos esse jeito de ser na forma de educar. Portanto, para esta entrevistada, pobreza não é algo apenas material, pois se fosse assim não seriam mais pobres. Outras coisas precisam mudar para saírem da condição de pobreza. Mudar os ressentimentos causados pelas marcas dos sofrimentos, pela inveja do outro ter o que eu não eu não tenho, e a vontade de ganhar a vida de forma fácil. Isso para ela é mudança na condição de pobreza. Uma mudança material, emocional e espiritual.

¹¹ Galpão de propriedade de um morador, que contrata pessoas para dirigir caminhão e buscar lixo, e para separar lixo.

Não é material, as pessoas aqui, elas trazem a pobreza para elas que nem aquele ditado diz só é pobre quem quer. Desde que eu to aqui eu conheço né olha só A Silvia está aqui e a gente se conhece desde os quinze anos, a Silvia ela trabalha com o lixo, se ela deixar, se ela permitir a filha dela também vai ser catadora. Daqui um pouco a sua filha vai se casar, não vai estudar, vai arranjar um carroceiro, vai catar lixo, Risos, e vai ter um filho ou uma filha e vai acontecer assim por diante, entendeu, como sempre assim, não vamos muito longe à mulher do seu Mathias aquelas ali puxam a pobreza para elas, não é a pobreza é a sujeira, são pessoas que puxam a pobreza, são pessoas que vivem pedindo auxílio como vítimas de sua vida.

Para três entrevistadas, a dificuldade de mudar essas maneiras de pensar e viver tem relação com o lugar em que moram, a ilha. É um lugar onde as pessoas são influenciadas por um passado de muito sofrimento. Para elas, aquele lugar teve a presença de escravos que sofreram muito, apanharam muito e elas sentem muita raiva, raiva que seus companheiros sentem e que os levam a agredirem, ou a um sentimento de submissão. Essa é a explicação que dão para a atitude de algumas mulheres em aceitar a situação desigual em que vivem. Consideram que o sofrimento vivido por esses escravos continua sendo vivido pelos moradores da ilha e é a explicação que encontram para as relações de poder dos homens em relação as suas mulheres e a submissão das mesmas a eles.

A ilha pra mim ela é assim porque os antepassados daqui eram escravos. Aqui foi muita gente morta enterrada, tinha muita gente malvada aqui, tenha maldade aqui né, gente que matava as pessoas por quase nada. Ainda tenho, eu acho que as pessoas aqui são escravizadas o que tem de mulher que apanha aqui, hoje eu me apavoro porque ele grita comigo e eu digo já foi o tempo em que eu me submetia.

Vocês acham que aqui na Ilha tem alguma coisa de passado?

Ah, tem... Tem alguma coisa de passado sim, porque tem pessoas que se submetem a muita coisa. Eu conheço uma que agora não tá mais aqui, mas todo mundo sabe, então eu posso falar. Ela também se submetia a coisas terríveis do marido dela. Ela apanhava e ficava quieta, um dia eu levei um choque quando eu cheguei na casa dela, coitadinha, tava com o olho todo roxo, o marido dela tava tão possessivo em relação a ela que quando ele ia tomar chimarrão com ela ele sentava na frente dela pra ela não olhar pra lugar nenhum. E ela não podia nem ir no portão e ainda tem mais... A gente passa por cada coisa.

Outra catadora diz que acha que não é o sofrimento dos escravos que é revivido em suas vidas, mas é a influencia do “capeta mesmo”. Conta que moravam várias famílias em um mesmo beco, as mulheres perceberam que quando uma

apanhava todas da rua também apanhavam de seus companheiros, era o “dia do pau”. Quando foram embora daquele lugar, a vida melhorou. Afirmam que era “o que tinha naquele lugar” que fazia com que as pessoas ficassem mais raivosas, invejosas, ou sem ação. A catadora afirmou existir uma nuvem escura que era da combinação da presença do lixo nas casas com a presença dessa força espiritual que se alimenta dos ressentimentos dos moradores e trabalhadores do lixo.

Aquele beco lá é horrível. Lá teve épocas, que as mulheres apanhavam, todas apanhavam num dia só, era o dia do pau (risos). Um dia amanhecia com os olhos roxos, outro dia com o braço quebrado. O dia que ele quebrou meu braço a Carla apanhou uma tunda ficou com o rosto deste tamanho, essa aí com braço inchado porque apanhou do Diana, a mulher do Ricardo. Apanhou aquela magrinha, depois lá a Francisca também apanhou uma tunda, todo mundo apanhava, o dia que uma apanhava, todo mundo apanhava.

Ah eu acho que aquilo era o capeta mesmo, eu acho que tinha alguma coisa muito estranha lá, ali tem umas pessoas que cuidam muito a vida dos outros e não é porque a pessoa a é fofoqueira. É porque ali tem alguma coisa de mal. É, eu acho e até vou te dizer em si todo o lugar onde nós moramos.

Essas catadoras entrevistadas dizem que aprenderam que a condição material não é tudo na vida e isso colaborou para que se libertassem das agressões dos seus companheiros. Uma catadora conta que se submetia às agressões do marido porque não faltava nada a ela e porque tinha feito a escolha de estar com ele. Quando viu que as condições materiais não eram tudo e que tinha ainda direito à vida e à escolha, resolveu reagir e mudar.

Eu pensava assim oh, a porque eu tenho as coisas, porque eu tinha tudo de bom dentro de casa, só que eu morria trabalhando eu ia das cinco da manhã até a noite trabalhando e apanhando e eu pensava que eu tinha que fazer isso pra ter as coisas, mas do que adiantava tudo isso, ter tudo de bom dentro de casa e não ter tranqüilidade pra deitar e dormir.

Um entrevistado definiu a pobreza da seguinte maneira: “A pobreza bota isso aí na frente, coitadinho, ah, ninguém é coitadinho, ninguém é pobre”. Esse entrevistado, quando liga a televisão, vê vários trabalhos voltados às pessoas pobres, como o programa Criança Esperança e diz, “Por fim o carroceiro é tão excluído que o Criança Esperança não chegou”, pobreza é não ter opção de escolha.

A paz, a tranqüilidade, o direito à escolha com erros e acertos, e a felicidade

são os valores positivos que movimentam a luta por reconhecimento dos catadores percebidos nas entrevistas que colaboram para transformar ressentimentos, invejas, agressões e raivas presentes nesta condição de pobreza. Os entrevistados definiram pobreza como a falta de condições básicas para existir, como documentação, alimentação e moradia. Muitos mencionaram as pessoas que vivem nas ruas como estando em situação de pobreza. E concordam em dizer que pessoas em situação de pobreza são aquelas que se submetem a essa situação ou que reproduzem a imagem pejorativa de criminosos, vagabundos e agressores, pois são nutridos por um sentimento de raiva e inveja ou pelo interesse em ter mais do que podem ter.

São pessoas que o amor deles, elas não sabem, mas são amores materiais. E elas não sabem demonstrar aquele amor aquele carinho também. E porque tu acha que não sabem demonstrar? Porque eles não aprenderam na vida, eu acho umas pessoas tão frias.

A capacidade de lutar está em tomar para si novamente o sonho de libertação da adolescência, está em recuperar os conceitos sobre o valor da vida, a felicidade e o sustento através do trabalho, a partir da possibilidade de fazer escolhas e se orientar novamente no mundo em que vivem. Porém, como seus pais, os entrevistados passam a seus filhos uma história de vida cheia de lutas para manter com dignidade esses direitos.

Os catadores têm uma visão de si diferente da imagem que eles mesmos têm da pessoa em situação de pobreza. Consideram-se divertidos, gostam do trabalho, são sofridos e querem educar seus filhos para uma vida diferente da que viveram. Eles se vêem como trabalhadores em situação sofrida e precária, mas garantindo os valores de cuidado com a vida e a libertação através do direito à escolha, como mostram as palavras emocionadas de uma entrevistada:

E eu sou muito extrovertida sabe, eu bebo, gosto de beber, gosto de dançar, sou manicura profissional, meu hobby é cozinhar, adoro cuidar da minha casinha, lavar roupa, cuidar da casa e adoro muito planta também, adoro animal. Eu tenho cinco netos, tenho muita saudade deles, minha mãe também, mas um dia eles vem aqui comigo, tem só minha menina que eu trouxe, mas ela também trabalha, ela tem 15 anos, ela está estudando também, ta na quinta serie, eu não quero que aconteça com ela o que aconteceu comigo, que eu não tive oportunidade de pegar um trabalho, com toda essa minha disposição, eu adoro trabalhar não tem serviço pra mim, o medico, falou pra mim. Eu quero que ela não herde esse hobby que eu herdei que é gostar de lixo que eu não entendi até hoje. É hobby, eu to lá em casa é sábado e domingo que eu não trabalho, eu acho falta, eu acho do lixo. Sabe, a gente sente aquela falta de estar envolvida com o lixo, parece que tem que estar sempre cutucando com o lixo e se não tem lixo

daí é triste, e lá é só planta, adoro planta, adoro flor, colocaram aterro lá em casa e eu não posso fazer uma horta e eu to doente por causa disso. Ah, eu adoro. Eu tenho que ter um cantinho pra mim plantar, adoro planta, adoro gato, adoro galinha, ah, eu só bem louca eu gosto de planta, eu gosto de animais, eu gosto da natureza, eu sou muito sofrida. Eu já caí cada tombo, já levantei bah. Mas também, mais uma, eu não sou crente, não sou católica, e não sou apostólica, mas eu sou romana. E, eu não levanto de manhã cedo sem colocar a mão na minha Bíblia, e orar e agradecer tudo que me aconteceu ontem e meus filhos e minha comida e meu parente, os meus amigos que Deus ilumine a vida inteira. Eu sou bem louca. Eu não consigo sair da minha cama, se eu sair da minha cama e eu tiver apurada eu tenho que sentar na cama colocar a Bíblia no colo e orar porque se não o meu dia não fica bem.

4.5 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS SEGUNDO AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

A pesquisa de campo abrangeu três grupos diferentes na comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros. O primeiro grupo é o de sócios cooperativados do galpão de reciclagem das ilhas. Neste grupo eu me integrei ao trabalho de separação de lixo por uma semana e entrevistei três cooperativadas. O segundo grupo é o dos associados da ASCARPOA, onde a coleta de dados ocorreu através da participação de reuniões anteriores à votação do projeto que prevê a extinção da circulação de carroças em Porto Alegre no prazo de oito anos e, após a votação, através de visitas às casas dos associados, entrevistando seis pessoas. O terceiro grupo é formado pelas pessoas que trabalham em rede familiar, sendo que nesse grupo foram realizadas seis entrevistas nas próprias casas.

No que se refere ao galpão de reciclagem, esta organização em forma de cooperativa foi fundada em 1986. É a primeira organização coletiva dos catadores. Seu surgimento é contado com entusiasmo pelos entrevistados fundadores, sendo que alguns já não fazem mais parte da cooperativa. Os sócios contam que, quando começaram, não existiam muitas casas nas ilhas e o espaço onde está situado o galpão era só mato. O primeiro espaço do galpão era feito de taquaras. Para a organização da cooperativa e a construção do espaço receberam ajuda da igreja católica. Uma das entrevistadas expressou que o galpão das ilhas “é o rei de todos os galpões, o primeiro de todo o Brasil”. As entrevistadas afirmaram que é um lugar bom de trabalhar porque não tem patrão, compararam com as empresas dizendo que é melhor a cooperativa porque podem trabalhar com problemas físicos, dividir o trabalho com o cuidado da casa e dos filhos, se afastarem por problemas pessoais e voltar à cooperativa. Além do que, a cooperativa também é um lugar que aceita

pessoas que tem pouca escolaridade.

Não são todos na cooperativa que são sócios fundadores. Uma das entrevistadas diz que esteve na cooperativa por dez anos, saiu e voltou há dois anos, mas se tivesse alternativa, não estaria trabalhando com o lixo. A cooperativa é uma alternativa para aquelas pessoas que não possuem condução para buscar o lixo e que não têm como se organizar em família para o trabalho. Sendo também o ponto de partida para o aprendizado do ofício e organização destes trabalhadores nas ilhas. Outra entrevistada começou a trabalhar no galpão após sua separação, com o objetivo de se sustentar. Ficou doente e não conta com mais ninguém para cuidar dos filhos.

A cooperativa é um local de apoio aos moradores da comunidade. No espaço onde se encontra atualmente, existe uma quadra de esportes, um lugar onde as crianças e adultos jogam futebol e praticam outros esportes. A quadra também é um espaço cultural da comunidade. Uma das entrevistadas afirmou que a cooperativa é um bom lugar para trabalhar, mesmo havendo divergência de opiniões, as quais são imediatamente resolvidas pelos envolvidos. Em sua forma de perceber as relações no trabalho, ela afirmou que “vivem seus conflitos e brincam com eles”. Esses conflitos são considerados o motivo para outras pessoas saírem do galpão. Uma das entrevistadas saiu por causa de brigas entre famílias dentro da cooperativa. As relações familiares, mesmo em cooperativas, são uma importante referência na Ilha Grande dos Marinheiros.

A relação dos cooperativados com seus parceiros foi descrita por eles como sendo tranqüila, existindo um acordo de não interferência na organização da cooperativa. Para outro integrante, há relação é uma negociação de interesses, na qual, às vezes, é feito algo que o parceiro julga importante para que eles recebam o que estimam necessário. O positivo destas negociações é o aprendizado que qualifica seu trabalho e a produção.

Os integrantes da cooperativa têm consciência de que seu trabalho traz benefícios à sociedade em geral e da importância da reciclagem para a preservação da natureza. A ONG religiosa parceira dos cooperativados do galpão de reciclagem tem como padroeira a Nossa Senhora Aparecida das Águas, imagem retirada do trabalho da catação que está pisando em cima de um dragão, representando uma mulher lutando contra o dragão da poluição. Esta imagem de uma mulher forte lutando contra os poderosos representa a força das lideranças femininas da ilha.

Quando questionada sobre a relação da cooperativa com os carroceiros, a opinião de uma cooperativada foi de que os catadores que trabalham com carroça atrapalham a produção dos galpões, porém ela entende que organizá-los em cooperativas não é a melhor alternativa. A forma de organização desses trabalhadores é diferente de uma cooperativa, pois é individual. Ganham mais economicamente do que ganhariam em uma cooperativa. Ela compreende que a dinâmica de trabalho de uns e outros é diferente.

Eu acho que os carroceiros atrapalham agora a produção do galpão, mas eu não queria que tirassem as carroças, Quanto à lei de acabar com as carroças em oito anos, eu achei péssimo, tenho parentes que vive disso, se tirar o que vão fazer com essa gente toda? Eles não vão dar certo com galpão. Eles têm outro ritmo. Eles não vão querer ganhar menos e nem querer trabalhar em grupo como em galpão, eles estão acostumados a trabalhar individual.

Quanto aos associados, eles preferem trabalhar com organização própria, argumentando que cooperativa tem dono sim e catador não quer ter patrão. Nas palavras de um entrevistado, “carroceiro é patrão dele mesmo”. O presidente da associação afirma que Porto Alegre tem muitas cooperativas e que somente quatro delas deram certo. O catador encontrou no lixo um trabalho que aumentou sua renda e a cooperativa irá diminuir a renda dos trabalhadores sendo que ficarão sem alternativa de sustento para sua família. Em sua opinião, os catadores serão usados como mão de obra barata para produzir e enriquecer outros.

Cinco dos entrevistados fazem parte da associação por quererem ajudar o presidente da associação. “Ele está tentando organizar os pequenos contra o preconceito e para manter o trabalho do carroceiro”, contou um catador. Uma das entrevistadas está associada porque o presidente da associação “É um apoio para o que eles precisam, até para levar ao hospital”. Foi possível perceber que o que se os une contra as atitudes preconceituosas das pessoas da cidade e o apoio pessoal do presidente da associação. Os associados se revoltam e depositam confiança na liderança e em suas negociações. Duas das entrevistadas não estão associadas, mas disseram ir às reuniões ou se informar sobre os assuntos das reuniões. Três entrevistadas afirmaram que não estão associadas ou cooperativadas porque consideram a cooperativa e a associação espaços de muita discussão. Outra entrevistada não está associada, mas está disposta a ajudar na limpeza do lixo nas ruas da comunidade.

Eu já estou querendo pegar os beco pra limpar final de semana. Eu falei pro homem (presidente da associação) se tem algum pra mim ficar final de semana, ele disse não, no momento eu não tenho, então quando tiver me chama. Sabe, agente sente aquela falta de estar envolvida com o lixo, parece que tem que estar sempre cutucando com o lixo e se não tem lixo daí é triste, e lá é planta, adoro planta, adoro flor, colocaram aterro lá em casa e eu não posso fazer uma horta e eu to doente por causa disso.

A vontade do presidente em organizar os catadores também é outro motivo que unifica os trabalhadores do lixo na associação. Eles falam de suas dificuldades e necessidades e da vontade de administrar isso. Sozinhos não conseguem ter a coragem que esta liderança tem para fazer os enfrentamentos e as negociações, bem como a disposição para ouvir o que a comunidade precisa. Esses foram alguns dos motivos citados para justificar sua associação.

Os catadores associados estão unidos de forma coletiva para mudança de sua realidade cotidiana e local. Diferentemente dos cooperativados, eles não têm consciência do que representa o seu trabalho. Nacionalmente, sua luta está em garantir seu trabalho cotidiano e em dialogar com os atores municipais. Para os associados, essa negociação com os parceiros é tensa. Os catadores dividem-se entre aqueles que acham que é preciso usar a revolta para o confronto e outros que fazem uso do diálogo como uma alternativa. Mas o pano de fundo dessas negociações é garantir a renda e os valores dos catadores.

Entre esses valores, está o gênero. Ao defender o trabalho de coleta do lixo realizado pelos catadores, eles estão defendendo a sua renda, o papel masculino no trabalho de buscar o sustento para dentro de casa e seu sonho de libertação. No imaginário desses trabalhadores associados, o que provoca insegurança nos mesmos é poder perder este espaço de buscarem o sustento das suas famílias e de seus pares ao serem organizados e comandados por outros homens, outros patrões em cooperativas. Mesmo que os galpões não sejam liderados por mulheres, são outros serviços e organizações que trazem o material para separação do lixo, como a prefeitura, portanto outros homens e patrões. Para os catadores associados, as cooperativas têm um pai/patrão, que é o governo municipal. Esse conceito de divisão sexual e social do trabalho dos catadores, ora reivindica o desejo de libertação e dignidade dessas pessoas, ora reproduz a lógica de dominação do masculino sobre o feminino, de patrão e empregado, do grande sobre o pequeno, do homem sobre a natureza, em disputa por espaço de poder que também faz parte de seu dia-a-dia e seu jeito de ser.

O presidente da associação entende que os catadores, em vez de serem organizados na atividade de separação de lixo, deveriam estar sendo preparados para trabalhos que pudessem garantir a organização familiar na qual o homem busca o sustento para a família e a mulher organiza e administra o grupo familiar. O trabalhador, ao refletir sobre sua história, pode modificar a sua vida cotidiana, principalmente no que diz respeito à maneira de educar os filhos, o que é uma preocupação do presidente da associação. Em sua opinião, as políticas públicas deveriam conhecer as diferenças e especificidades de cada categoria de trabalhador e construir projetos que partam da diversidade dessas diferenças. Para esta liderança, as políticas públicas consideram a todos como “coitadinhos”, generalizando a sua história a partir de uma única característica, a pobreza, sem considerar a história de cada um e sua inserção cultural. Reconhecer que as pessoas em situação de pobreza são trabalhadores que vivem em condição precária é devolver a eles seu lugar na produção econômica e social da sociedade, ou seja, o seu lugar histórico na construção da humanidade.

Capítulo 5

A DINÂMICA DA LUTA POR RECONHECIMENTO

Neste capítulo, retomo alguns aspectos importantes já analisados com o objetivo de fazer uma síntese e destacar os principais argumentos e conclusões decorrentes da interpretação dos dados até aqui desenvolvida. Algumas menções anteriores, assim como fragmentos retirados do material empírico, voltam a aparecer, por seu poder de elucidação ou exemplificação. Procuo também, de modo mais evidente, relacionar os dados analisados com o marco teórico de referência.

Para compreender a dinâmica da luta por reconhecimento detenho-me nos aspectos marcantes analisados a partir das entrevistas segundo os três momentos da luta por reconhecimento a que se referem. De acordo com o que foi desenvolvido no capítulo 2, para os teóricos da luta por reconhecimento, o primeiro momento ocorre quando me reconheço como ser humano na relação com o outro. É através deste reconhecimento, no olhar do outro, que constituo para mim um sentimento de amor e autoconfiança. O segundo passo do reconhecimento traz a marca da diferença, o que me constitui como diferente deste outro que é tão humano quanto eu. É nesta relação intersubjetiva e no reconhecimento da diferença que constituo a noção de direito, de respeito próprio e de dignidade. Quando percebo meus limites e no outro reconheço potencialidades que eu não tenho, quando também percebo a importância da participação coletiva, desenvolvo a auto-estima e a solidariedade.

Nesta síntese, procurei separar tais momentos formados a partir da narrativa dos entrevistados sobre temas relacionados à situação precária em que vivem, aos acontecimentos nos quais se reconhecem como humanos no olhar de seus familiares, às relações de gênero que deixam transparecer com nitidez diferenças entre semelhantes. Por fim, temas relacionados à sua condição de trabalhadores, na qual encontram os fundamentos do seu valor diante da sociedade.

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS À SÍNTESE

Nos capítulos anteriores, percebemos que a vida do catador e separador de lixo urbano tem momentos de alegrias e de sofrimentos. O trabalho com o lixo de algum modo também comporta momentos de lazer. A alegria e o sofrimento são motivos de reflexão para nossos entrevistados. Eles se equilibram nessa gangorra

dando a impressão de possuírem certa destreza, em resultado da internalização, no pensamento e no corpo, da dominação social e da resignação diante da condição de pobreza, mas igualmente da resistência árdua e no geral inglória contra os processos de sujeição de sua existência. Para eles, o sofrimento vivido como catadores e separadores de lixo e nas lutas travadas tem um espaço, fica em algum lugar, está marcado no corpo, nas imagens cansadas que apresentam. Somente na convivência entre seus pares é que vivem alegrias e brincam, quando então avaliam suas possibilidades de mudança.

E o sentimento das pessoas onde fica? O sentimento da gente, o sofrimento de cada um de nós hoje, onde que fica? Sabe que a gente aprende a conviver com as pessoas e aprende a gostar delas, mas tem umas assim que tu convive todos os dias e tu não gosta, tu sabe só no olhar. E eu aprendi, a gente aprende a gostar das pessoas e a conhecer as pessoas tudo que é tipo de gente que está na frente da gente, que convive com a gente e aí tu olha assim bem pr'a pessoa a aparência dela vai me dizer que é uma pessoa sofrida, angustiada, uma pessoa que tem uma dor dentro dela, uma pessoa sofrida, doída, porque ela queria ter, e não que ela não possa, mas porque ela paralisou naquele momento ali, onde ela tem que trabalhar, trabalhar..., p'ra comer e comprar as coisas pra ela, e isso tu não vê na rua: as emoções ficam no corpo, paradas dentro da gente.

O ressentimento diante das tristezas vividas esteve como pano de fundo da pesquisa de campo. As lembranças dos catadores se referiam a um sentimento pessoal que tem relação com as condições precárias do seu grupo social. A percepção dessas condições precárias é coletiva, produto de interações. Os entrevistados percebem que suas limitações são experimentadas também pelas pessoas que os cercam. Os sentimentos de raiva e revolta trazem consigo a demanda para transformar a sensação de prisão destas marcas corporais em libertação do sofrimento na relação com os outros. Os catadores, ao manifestarem raiva e indignação, indicam que estão aspirando a mudanças na sua relação com a sociedade. Percebemos que os entrevistados são educados para viverem tais batalhas desde crianças, chegando ao ápice no momento em que começam a se perceber como gente.

Um dos aspectos que considerei importante para essa síntese é o *sonho de libertação* referido no capítulo 4, citado em todas as entrevistas como um dos motores de rompimento com os ressentimentos e de luta pela vida. Esse **ideal** tem relação com vários valores adquiridos em diferentes momentos da vida dos entrevistados. Percebe-se que o desejo de libertação é importante para a tomada de

atitude em suas vidas e é construído a partir de valores que receberam da convivência familiar e que transmitem a seus filhos. Esse desejo refere-se também à maneira singular com que cada catador e separador de lixo urbano compreende o seu coletivo familiar e no qual encontra o seu sentido de ser homem, mulher, criança, adulto, na cultura em que se insere.

O sentimento de ser gente, ou de pertencer à humanidade, é adquirido nos primeiros cuidados e carinhos de um ser humano com outro. Os catadores e separadores de lixo urbano percebem-se humanos nos olhares de seus pais e irmãos com os quais interagem entre trabalho, brincadeiras, hostilidade e cuidados. Eles internalizam as regras dessas interações e o desejo de significarem algo para os demais. Dessas interações adquirem as noções de confiança, de igualdade e desigualdade, de auto-estima. As vivências de amor e desamor provavelmente interferem nas maneiras como os catadores adquirem a noção de ética e de justiça.

Na escola, na convivência com crianças e com os professores, os catadores notam as diferenças que envolvem as concepções de gênero, classe e etnia: desde crianças já conhecem seus limites materiais e culturais. Com os confrontos vividos na comunidade escolar, os catadores aprendem a defender os valores adquiridos na família. Percebem seu estado de humanidade precária ao se identificarem no sentimento de abandono da sociedade vivido por si próprios e pelas pessoas de seu ambiente familiar e comunitário. Ao mesmo tempo, criam relações de poder entre homens e mulheres, crianças e adultos, reproduzindo dominações e relações de violência.

Na análise das entrevistas percebi que através da tomada de atitude e da inserção na sociedade os catadores e separadores de lixo aprendem a lutar pela sua vida e pelo seu sustento. Eles questionam a universalidade dos conceitos ao quais estão submetidos e pelos quais são estigmatizados. As respostas demonstram que o conceito de pobreza para eles generaliza indevidamente a todos, mascarando as distinções estabelecidas a partir das diversas escolhas que fazem e que orientam suas ações. A partir destas escolhas eles se distinguem entre si, estabelecendo as relações de poder.

A formação dos valores morais depende das escolhas que orientam as atitudes no mundo, as quais são movidas pela valorização das interações sociais e da cultura. As escolhas que os pais fizeram a partir do contexto histórico no qual viveram influenciam esses valores. Divergindo de família para família, são

concepções de vida heterogêneas. O catador luta pelo respeito às diferenças e pela liberdade de expressão da sua identidade, pelo reconhecimento do seu trabalho e da sua cultura.

Para compreender a luta por reconhecimento dos catadores pela sociedade e como adquirem valores para estabelecer o embate neste jogo social se faz necessário conhecer a dinâmica intersubjetiva de como adquirem estes valores e de como acontece o processo de se reconhecerem como seres humanos no grupo em que se encontram. Os catadores e separadores de lixo urbano percebem, desde tenra idade, que estão expostos às desigualdades das posições no jogo social: “As leis valem para o pobre diferente do que valem para o rico, para uns se cumpre, para outros não”. O *campo de disputas* é composto pelos capitais econômicos, sociais e culturais, que são herdados e adquiridos nas trajetórias de vida, expressas em seu jeito de ser. O *campo* é composto por pessoas de diferentes trajetórias e com *habitus* diversos.

Para Bourdieu (2007a), entre as pessoas que compartilham o mesmo *habitus* sempre existem diferenças, as pessoas não são totalmente iguais, mas as diferenças são menos relevantes do que as diferenças entre pessoas com *habitus* diferentes. Portanto, as escolhas dos catadores dependem das condições internalizadas e das oportunidades vivenciadas, as quais são diferentes em cada trajetória de vida.

Após essa retomada da análise anterior realizada com foco na pessoa do catador, nas suas trajetórias e em seus conceitos sobre a situação de pobreza, busco identificar, nestas entrevistas, as configurações sociais explicativas da conduta e da visão de si desses trabalhadores. Objetivo identificar com mais profundidade as expectativas e os valores que os fortalecem na sua luta por reconhecimento, considerando três temas: a importância do trabalho do catador para a sociedade; o que identifica o catador em relação à precariedade das suas condições de vida; e o que distingue os catadores, como as relações de gênero, por exemplo.

5.1.1 O valor do trabalho com o lixo urbano para o catador

A problemática dos resíduos sólidos abrange aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais. Essa temática une os catadores e seu estudo

precisa levar em consideração as concepções éticas de relações com a natureza e com o ser humano. A cadeia produtiva dos resíduos sólidos abrange assuntos referentes a hábitos sociais, cidadania e ecologia, e tem envolvido diversos atores, como o Estado, as instituições de fomento e as universidades. As indústrias estão aderindo cada vez mais ao processo de transformação do material reciclável em produtos para consumo, produção de gás e energia.

No capítulo 3 vimos que o principal desafio dos catadores é defender seu trabalho através do diálogo com as lideranças locais e da negociação com o governo municipal. Os catadores entendem que é importante valorizar sua cultura e seu jeito de ser e, dentro dessa proposta, o grupo de catadores propõe o surgimento de políticas públicas que trabalhem com os carroceiros o atendimento a suas famílias do ponto de vista da saúde, educação, habitação e qualificação para o trabalho. Os catadores entendem que existe uma falta de interesse do poder público em colaborar para o crescimento e a qualidade de vida do catador. Os acontecimentos dão margem para que o catador compreenda que está sendo usado como mão de obra barata para o desenvolvimento econômico de outros, o que expressa o grito de ordem dos mesmos na câmara de vereadores: “máfia do lixo”. Na percepção deles, o interesse econômico está acima do interesse pelo seu crescimento pessoal.

Nesta pesquisa percebemos que o trabalho de catação e separação de lixo é o início de uma cadeia produtiva que está se constituindo principalmente para a produção de energia. O lixo orgânico coletado e separado será transformado em gás metano e vendido ao Japão para fornecimento de gás e energia aos países desenvolvidos. A partir da análise de *disputa do campo*, podemos considerar que se o investimento utilizado para a exportação da matéria prima que produzirá energia fosse feito localmente, a qualidade de vida e a renda desses trabalhadores poderiam ser muito melhores.

Examinar a precariedade de condições do trabalhador é compreendê-lo dentro de uma estrutura social problematizando ações de enfrentamento homogenizadoras e que negam a importância de suas ações para a construção do patrimônio da humanidade. Os trabalhadores não são os mesmos, suas histórias de vida e relação de parentesco também divergem. Com esta pesquisa, compreendemos que a luta por reconhecimento dos catadores, de transformar sua imagem de pobres numa imagem de trabalhadores é a denúncia de que a sociedade deixou de considerar a história desses trabalhadores, assim como de outros, como

participantes na construção da sociedade. Cada trabalhador tem sua história e a partir dela pretendemos pensar as precariedades das suas relações materiais, culturais e sociais.

Para o catador, a luta por reconhecimento refere-se ao respeito às diferenças, à afirmação cultural aliada a uma busca por igualdade de oportunidades. Esta disputa é contraditória. Em alguns momentos, reproduz as desigualdades nas relações e em outros, as questiona. Um dos motores dessa luta são os valores morais produzidos nas relações com o outro que fizeram cada ser humano se conhecer por gente. Estes valores estão internalizados na maneira em que se vive e são, em um primeiro momento, considerados comuns aos seres humanos na vida. Porém, a interação com o outro desacomoda, desestabiliza, é estranha. Esses valores internalizados oferecem sentidos à vida. Para os entrevistados, esses valores não são adquiridos de forma pacífica, muitas vezes resultam de violências, trabalho infantil e coerção social.

5.1.2 A precariedade da vida advinda de gerações

Para os entrevistados, rememorar sua vida é algo difícil, as lembranças trazem consigo sensações de sofrimento produzindo choro, revolta, expressões de tristeza. As palavras ressentidas eram o pano de fundo das suas histórias de vida. Por vezes o ambiente ficava tenso pela densidade das histórias trazidas. Em nosso referencial teórico vimos que as memórias ressentidas são um pedido de outro reconhecimento. O que expressam, então, essas estranhas sensações diante da fala e da escuta dessas histórias de vida?

Os relatos das agressões vividas na infância e de trabalho infantil não demonstravam indignação em relação às figuras do pai e da mãe. A revolta era pela situação social vivida, de precariedade. Demonstravam nos depoimentos dados que aquilo que recebiam dos pais o que eles tinham condições de oferecer. Eram expressões que se referiam aos impedimentos para brincar e estudar em função de outras prioridades, como ter o que comer e o cuidado com o grupo familiar. Essas lembranças remetiam para as diferenças entre “eu” e o outro, que traziam com elas sentimentos de indignação. As desigualdades eram rememoradas com emoção pelos entrevistados, com expressões de choro, revolta e tristeza. Na ausência dos pais, o cuidado entre os irmãos para manter o grupo familiar era o que dava sentido

à vida. Desde crianças, os entrevistados sentiam a responsabilidade do cuidado para com os seus e essa tarefa era empreendida num misto de solidariedade e hostilidade.

O cuidado de si e de seus pares, responsabilidade assumida desde a mais tenra idade pelos entrevistados, e a comparação com o outro semelhante que vive condições diferentes já indicam o pano de fundo no qual os valores dos entrevistados vão tomando forma. O sentimento de abandono não é visto como uma questão pessoal porque existe uma identificação no grupo familiar, um irmão se vê no outro e nas dificuldades das relações parentais. Também aprendem desde pequenos que a precariedade das condições é vivida pelo grupo familiar e há o mesmo sentimento de revolta e hostilidade que os amparara mutuamente diante de um abandono coletivo.

Conforme visto nas entrevistas, a importância das relações de parentesco e do cuidado com a vida, que corresponde à nutrição, ao cuidado com a saúde e ao afeto, tem como referência os pais no lugar de comando e os irmãos dando solidariedade e apoio. O exercício das funções de cuidado e comando é internalizado e começa a fazer parte das sensações corporais dos entrevistados, construindo o lugar de homem e mulher e a forma de relação entre estes e com o mundo. As pessoas entrevistadas aprenderam a idealizar e reproduzir o lugar de comando de seus pais, bem como a serem responsáveis pelo cuidado com seu semelhante. Esse aprendizado é gerador de relações conflituosas e competitivas no grupo familiar, as quais se acirram na adolescência. Na ânsia de ocupar seu lugar na sociedade, o adolescente disputa o poder de comando idealizado e internalizado, assim expressado: “Eu queria me livrar do pai e da mãe”, “Ah, a gente que é se libertar do pai e da mãe”.

O confronto de valores e a disputa por reconhecimento acontecem também na escola, onde as crianças aprendem a negociar seus interesses e a participar de disputas entre as famílias que se relacionam na comunidade e nas relações de poder entre os agentes escolares. Desde pequenas, as crianças aprendem a lidar com o conflito de valores expresso nos preconceitos e a defender os valores de seu grupo familiar.

No primeiro capítulo vimos que a luta por reconhecimento inicia a partir do trabalho de educadores populares com o objetivo de fazer a reflexão sobre o cotidiano das pessoas em situação de pobreza. Percebemos nas entrevistas que foi

através do trabalho dos educadores dos projetos alternativos à escola que trabalham suas ações a partir da cultura local que os entrevistados jovens adultos aprenderam a desenvolver seus gostos e a criar novas alternativas de sobrevivência e geração de renda. Através do processo educativo alternativo, os entrevistados aprenderam a defender os valores adquiridos na família e a negociar esses os valores com seus educadores ou colegas, qualificando o seu lugar na família e na sociedade.

O amor ao trabalho citado nas entrevistas é construído desde as primeiras relações dos catadores com sua família. Aprendem a conhecer o mundo e as formas de interagir com ele através de seus afazeres. O status do lugar masculino no grupo familiar é dado quando o homem busca o sustento para o seu grupo familiar e o da mulher está na garantia da administração e do cuidado com este grupo. A partir desta combinação são relatados os fracassos e os sucessos familiares. A garantia de renda, em combinação com esses lugares de poder, fornece certo equilíbrio na gangorra da vida dos catadores.

É através do trabalho que os entrevistados garantem o seu valor como pessoa humana no grupo familiar e na sociedade. E esse valor está alicerçado no sonho de libertação que tem seu ápice na adolescência, no momento em que o jovem percebe sua importância para a comunidade em que vive. Neste momento, pais e filhos disputam o comando da vida do aspirante a adulto. Esse desejo de libertação também está presente na competição pelo lugar de poder, havendo também um movimento de reprodução da história familiar. O sonho desses adolescentes já foi vivido pelos seus pais sem ser realizado. Esse momento é relatado pelos entrevistados como um encanto pelo mundo que foi perdido nas dificuldades encontradas na família de origem e revividas no novo grupo social.

A percepção do catador da realidade precária em que vive, tanto das condições materiais quanto dos vínculos sociais, é o que movimenta o seu ideal de libertação e não apenas a desejada mudança de posição no grupo familiar vivida na adolescência. A constatação desta realidade fez os entrevistados se parecerem com seus pais nas suas atitudes, repetindo algumas e mudando outras conforme o aprendizado que receberam dos amigos, dos serviços de apoio e das experiências adquiridas nas trajetórias de vida. A partir deste momento da análise das entrevistas, percebemos que este desejo de libertação já estava presente na vida dos pais e que este é um pré-dispositivo herdado do grupo familiar que faz parte da cultura dos entrevistados. Esse desejo traz consigo a história de antepassados que não

encontraram realizações e a partir destes impedimentos criaram as estratégias de ação conhecidas pelos entrevistados e reproduzidas por eles na educação de seus filhos. Gonçalves Filho (1988) entende este impedimento às realizações advindo das gerações anteriores como humilhação social, presente nas trajetórias dos catadores.

O trabalho com o lixo surge das necessidades concretas presentes nas condições precárias de suas vidas e hoje garante a renda aos entrevistados. Esse sustento que o trabalho proporciona os eleva a uma condição de dignidade, pois garante a realização de alguns de seus sonhos. A posição ativa diante das dificuldades é o que oferece aos entrevistados uma sensação de sucesso em relação àqueles que choram sua situação de precariedade. Essa é uma comparação trazida pelos entrevistados no que se refere a como encarar a condição de precariedade. Para eles, alguns assumem a submissão a essa condição sem encontrar saída, outros refletem sobre essa condição e agem através do seu trabalho, buscando alternativas.

Ser pobre, para os entrevistados, é aceitar a condição de precariedade sem lutar por sua mudança. A explicação que usam para essa aceitação é a de estarem presos ao passado ou a uma sensação de fracasso movida pela inveja, pela raiva e pela influência do passado de sofrimento de seus antepassados. Para estas pessoas, as marcas dessa precariedade material e de espírito são percebidas no corpo e nos comportamentos de submissão a essa condição. O que os movimenta para esta luta é a reivindicação de outra posição neste jogo da vida, onde o sonho de libertação individual e coletivo possa ser alcançado.

Outra explicação dada pelos entrevistados para as atitudes e posições diante da vida é a de alguém querer mais do que pode ter, em outras palavras, a inveja. Esse desejo faz algumas pessoas agirem desonestamente ou ocuparem o lugar de vítimas diante da vida como estratégia para saírem da condição precária. Portanto, estamos falando de *habitus precário*, que se distingue de acordo com as explicações e respostas de cada pessoa e orienta as atitudes para sair da condição de sofrimento. E por vezes, devido à precariedade de ofertas para suas escolhas, reforçam o discurso dominante e o preconceito tomando atitudes que correspondem à imagem estigmatizante que a sociedade tem dos pobres.

As escolhas consideradas indignas pelos entrevistados são aquelas que levam a pessoa a aceitar a dominação das marcas desses sofrimentos sem a negociação de seu valor com a sociedade, se submetendo à condição pré-

determinada socialmente como o crime, a violência, a prostituição. A posição digna está em trazer o sustento para a família através do esforço, produzindo algo para a sociedade com sua ação. Com o trabalho do lixo, os entrevistados sabem que estão fazendo um serviço para a cidade, recolhendo o material e gerando renda a si e aos seus. Produzem algo à sociedade e considerando seus próprios limites, esta ação é considerada uma posição valorativa pelos mesmos.

Os catadores sabem da importância desses valores para o grupo familiar e sabem que precisam negociar para manter-los vivos na memória de seus descendentes. Permitir que as iniciativas privadas de fora da comunidade garantam a educação das crianças ou que o Estado imponha outros valores para as crianças e mulheres é permitir que estes ocupem o lugar masculino de socialização e sustento da família. O que está em disputa é quem irá ser o agente que transmite os valores que formam o capital cultural e social, e que garantem o sustento e a história familiar. Numa visão homogenizadora dos valores morais, esses capitais correspondentes à história dos antepassados são negados e reproduzidos nas atitudes submissas dos pobres diante das dificuldades, mas são reivindicados na luta por dignidade desses trabalhadores. Garantir o lugar masculino, além de prover o sustento, é garantir lugar na sociedade para os sonhos dos antepassados que permanecem na maneira de viver e de sonhar dos entrevistados.

Dessa forma, aceitar a condição de pobre é aceitar essa homogeneização e negar as desigualdades percebidas nas relações sociais e rememoradas de forma ressentida pelos entrevistados. Compreendemos que em sua luta reclamam o impedimento para fazer valer os sonhos de seus pais e a possibilidade de viver suas tradições. Como expressaram as palavras de uma catadora, “Por que o pobre é impedido de viver uma vida digna?”. Conceber políticas públicas voltadas ao trabalhador em situação de precariedade é pensar essa história que os levou a viver situações de impedimento e precariedade, devolvendo a esses trabalhadores o lugar de produtores da história da sociedade, reconhecendo-os e redistribuindo patrimônios culturais, econômicos e sociais que foram retirados dos mesmos por muitos anos.

5.1.3 A difícil construção do papel masculino e feminino

Até este momento analisamos as configurações sociais explicativas da luta

por reconhecimento dos catadores relacionadas às condições precárias materiais, culturais e sociais de vida. Estas explicações levaram os entrevistados a mergulhar em suas histórias, na de seus pais e do local onde moram. A rudeza e a precariedade de suas condições de trabalho se equiparam em sua memória a situação de precariedade dos escravos. As explicações dos entrevistados se referem ao sofrimento e ao desejo de libertação e de defesa da cultura de povos que não estão submetidos à lógica hegemônica. As condições de precariedade nas quais vivem os identificam, mas as interações que estabelecem os diferenciam. Nestas distinções, o gênero também é um assunto trazido nas entrevistas para referir as batalhas que vivem em suas vidas. Homens e mulheres abordam essa questão para indicar o que os movimenta na disputa por valores na sociedade.

Ao abordar essa questão, percebemos que a luta por reconhecimento expressa contradições e reflete a reprodução do poder, por meio do deslocamento dos agentes nos seus espaços de disputa. Os catadores e separadores de lixo legitimam a dominação que os aprisiona nas suas atitudes, ou seja, querem mandar, têm internalizado o poder simbólico que os domina quando definem suas escolhas. Um exemplo disso são as atitudes agressivas com seus pares. Ao tomar essa atitude, o catador entende estar agindo de forma natural e nega seus próprios desejos de libertação, na interação com seus semelhantes. Esse desejo de dominar é internalizado no cotidiano do catador, presente nas relações do homem em relação à mulher, do adulto em relação à criança. A gênese desta internalização é invisível aos nossos olhos, esquecida na memória, mas faz parte das marcas no corpo percebidas nas sensações dos entrevistados.

Como percebemos nas entrevistas, é nas primeiras relações familiares que os entrevistados conhecem as funções e os lugares desempenhados por homens e mulheres, e este aprendizado se reproduz nas novas relações construídas. Cabe ao lugar masculino trazer o sustento para a família, como também fazer a socialização deste grupo com a sociedade. É através das notícias trazidas da rua, dos bares e das reuniões que as famílias criam suas regras para pensar sua posição no mundo. “Meu marido está associado, eu não. Eu não quero me associar, eu tenho pouco tempo para ir à reunião porque eu tenho as crianças, ele se envolvendo, me conta tudo, daí eu deixo pra ele, prefiro assim”. O lugar de prestígio masculino é de fazer o elo entre o grupo familiar e a sociedade. Enquanto o status da mulher é a organização da casa e da família.

A partir das entrevistas, percebe-se que existe uma hierarquia no grupo familiar na qual o homem, quando consegue cumprir com suas obrigações no grupo familiar, tem poder de mando e a mulher se submete a ele, cabendo a ela o poder do cuidado afetivo no grupo em que vivem. Conforme percebemos no capítulo quatro, os catadores aprendem desde pequenos essas obrigações e a brincar com as tarefas no seu trabalho. Aprenderam a se perceber na sociedade através do sofrimento, pela precariedade de suas condições, pelo prazer de descobrir o mundo e sua relação com ele, o que acontece de forma diferente para meninos e meninas. O sentimento de humilhação advém da fragilidade de exercer essas funções. Ambos, homem e mulher, buscam cumprir e exigem de seus companheiros o cumprimento dessas funções. As fragilidades no cumprimento das mesmas geram hostilidade e agressões no grupo familiar.

Minha infância foi difícil porque a convivência com meu pai foi precária. Ele chegava em casa bêbado e batia na gente, mas ele às vezes ao contrário disso, ele era um pai bom, dava tudo pra gente. A mãe coitada não podia se meter se não apanhava também, então ficava quieta.

Os homens agredem quando se sentem inseguros em cumprir a tarefa de manter o grupo familiar, no caso contrário, são bons porque estão cumprindo seu papel. Se, por um lado, as mulheres se submetem ao comando de seus maridos quando os mesmos cumprem com o seu papel - se elas têm tudo, precisam agüentar tudo - por outro lado também fazem a reflexão de que esse sustento não é apenas material. As mulheres se submetem quando têm essa garantia, caso contrário, sentem-se humilhadas e não encontram sentido de permanecer assim, passando a agredir também. Duas entrevistadas contaram que bateram em seus companheiros quando eles levaram coisas das suas casas para comprar drogas, como mostra o relato de uma delas:

Aquela praga, eu quase matei ele a paulada (pensou e continuou). Eu com oito meses de barriga, ele me levanta por traz e se bota comigo no chão fiquei com o nenê quase trancado na minha costela. E essa aqui (filha) tinha uns seis anos morava comigo ela me deu uns prego deste tamanho, eu coloquei num sarrafo deste tamanho, quase matei. Ficou um mês e pouco quase morreu no hospital.

Com o rompimento dos acordos conjugais, os homens buscam outro grupo familiar para exercer sua função de provedores, enquanto as mulheres buscam outras formas de ter o sustento da família. Em alguns casos, o Estado cumpre esse

papel, em outros casos outro homem passa a prover o sustento do grupo. Portanto, o sustento oferecido pelo papel masculino é o provimento da nutrição e a garantia das regras de uma boa convivência e o direito à escolha. O presidente da associação dos carroceiros relatou que os programas sociais ajudam, mas que o preço por essa ajuda é a dignidade. Ele mostra que o que está em jogo para esses trabalhadores é o fortalecimento do lugar masculino no sustento de suas mulheres e filhos.

Vimos no capítulo 2 que, segundo Souza (2003b), o *habitus precário* é produzido no processo de modernização dos países periféricos, onde os escravos tinham como valor maior a sua liberdade. Com relação aos catadores, para garantir esse lugar masculino, eles vivem contradições, pois internalizaram um lugar de chefia e de dominação do grupo vivendo neste lugar de prestígio situações de coerção e violência que estão naturalizadas na função de autoridade. Ao mesmo tempo, as brincadeiras advindas da relação com o trabalho e na identificação com a revolta pelas condições em que vivem evidenciam a internalização de uma luta para realizar os sonhos que vêm de gerações, por liberdade de escolha e pela possibilidade de formar decisões. Nessa luta pelos sonhos está presente o desejo de garantir este lugar masculino.

É na falta de um provedor que grupos de famílias se organizam para garantir sua renda em conjunto, através de seu trabalho com o lixo ou em outro espaço como nas cooperativas. No galpão de reciclagem, o material é coletado pela prefeitura local e a venda é realizada para outras instituições. Existe uma boa relação com os parceiros já que é através deles que vem o crescimento e o sustento para o coletivo do grupo. Ou, conforme relato de um cooperativado sobre o curso de capacitação que estavam recebendo de um grupo de fomento, “É claro que não gostamos da capacitação, mas é um jogo de interesses, a gente faz o que eles precisam em troca eles nos oferecem o que precisamos”. A realização de parcerias é vital para o grupo. Portanto, além de garantir a organização do empreendimento, “a gente se relaciona bem com os parceiros porque a gente não deixa ninguém mandar aqui dentro”. É preciso manter o diálogo com as outras instituições.

O nascimento do galpão de reciclagem foi uma proposta de organização social que tem como referência o lugar da mulher na comunidade. O surgimento da cooperativa foi o resultado de um processo histórico que nasceu da precariedade de condições em que viviam e, neste momento, foi necessário o diálogo com outros

atores para encontrarem uma saída desta condição. A presença de instituições religiosas trouxe uma nova mensagem a estas pessoas, a de possibilidade de reivindicar sua cidadania. A resposta acabou sendo a organização entre famílias e a fundação da cooperativa.

Muito embora, a presença das mulheres seja significativa no trabalho catação e separação de lixo urbano, sua batalha é em manter sua função social de cuidado com a administração de sua casa e família. Nas entrevistas parecia-me que elas não tinham consciência da importância do papel da mulher na trajetória deste grupo social. Um exemplo disso é o esforço dos agentes externos em marcar este poder das lideranças femininas usando como símbolo do galpão de reciclagem a Nossa Senhora Aparecida das Águas pisando sobre o dragão significando a poluição gerada pela organização do mundo patriarcal. A cooperativa, na compreensão dos catadores, é um apoio para aqueles que não têm a alternativa de se organizarem nas famílias. Consideram as cooperativas como transitórias até terem outra forma de organização.

Os entrevistados associados avaliam que o carroceiro é patrão dele mesmo. Conforme visto no capítulo 4, os catadores associados não querem trabalhar de forma cooperativada. Em uma cooperativa, seu lugar de comando e provedor de sua família fica ameaçado, já que o lixo é recolhido pela prefeitura e as regras de convivência no ambiente interno de trabalho são administradas por todos do grupo, o que para eles não daria certo. Dentro da lógica de que o papel do homem é de trazer o sustento para o grupo familiar, a prefeitura representaria o papel masculino de provimento enquanto os sócios o papel feminino de administração do grupo de convivência e de trabalho. Para os catadores, esse trabalho faz parte da intimidade do lar, enquanto na cooperativa, ambiente doméstico e de trabalho passam a ser diferenciados.

Para os associados, hoje importa negociar com outros atores a manutenção de sua cultura e do lugar masculino, de forma que acabam se unindo e entrando em competição e disputa com agentes externos quando tem seu lugar ameaçado. A luta desses catadores e separadores de lixo urbano é pelo reconhecimento da história de trabalho dos seus e de seus antepassados, e da contribuição dos mesmos na produção da sociedade. É também uma luta pelo reconhecimento da cultura das gerações passadas garantida no lugar masculino até então fragilizadas nas propostas hegemônicas da sociedade de consumo e na universalização dos direitos.

Quando a proposta das cooperativas é imposta, ela perde o seu sentido, tornando-se um jeito de organização social e familiar proposto por um governo e não pela realidade das condições em que vivem.

A temática de gênero mostra que estes trabalhadores defendem uma cultura própria e local que corresponde a sua trajetória de vida e familiar. As organizações coletivas dos catadores, valorizando o lugar de poder do homem ou da mulher, expressam a necessidade de garantia do direito de escolha e de serem considerados indivíduos com capacidade de reflexão sobre suas condições na história rememorada no presente em suas ações e lutas.

5.2 SÍNTESE FINAL

Para concluir esta síntese destaco que percebi que existem características que se referem às condições de vida desses trabalhadores e que formam seu *habitus*. Uma das características do *habitus* do catador é que a vida se encontra no limite entre o ressentimento e a luta por reconhecimento. A precariedade de condições submete os catadores a viver humilhações que não são pessoais e sim coletivas, pois as necessidades fizeram parte das trajetórias de seus pais que também vivenciaram humilhações. Ao ressentir-se, o catador traz ao momento presente angústias originadas nas humilhações sociais vividas e herdadas. As reações a estas humilhações se referem a valores também herdados e adquiridos. O *habitus* do catador se compõe desta dialética entre ressentimentos e luta por reconhecimento, o que faz com que suas atitudes sejam ativas e movidas pelo sentimento de revolta.

Podemos falar de um *habitus precário*, já que este comportamento surge de condições precárias e as batalhas do catador têm em seu coração o desejo de libertação desta condição, sendo que este desejo traz consigo contradições. Internalizam o discurso dominante de poder hierarquizado e reproduzem uma lógica patriarcal de relações, na qual o maior tem poder sobre o menor e o homem sobre a mulher, bem como a afirmação da luta pela garantia da história de seus antepassados na forma de se relacionar e educar os filhos. Neste contexto, os catadores estabelecem laços familiares e sociais nos quais o limite entre o amor e a hostilidade é tênue. Negam sua condição de pobreza para se afirmarem dignos de valor enquanto trabalhadores criando distinções entre semelhantes. O que os

distingue são suas escolhas, as quais marcam também o destino que a sociedade permite a essas pessoas como: o crime, a droga, a prostituição, a mendicância e o trabalho precário. Suas vidas se passam como se em seu destino a escola fosse uma passagem e como se a construção de seu saber fosse adquirida nas batalhas da vida. É importante para o catador afirmar sua dignidade mesmo que para isso tenha que batalhar vivendo de trabalhos e vínculos precarizados.

Afirmam sua dignidade no trabalho e lutam para a garantia do mesmo. O lixo é material de disputa que envolve vários agentes sociais e o catador está no início desta cadeia produtiva. O ideal do catador é ser patrão dele mesmo, então se organiza em grupo familiar para buscar o lixo e separá-lo. Associar-se significa unirem-se para uma disputa com outros agentes pela coleta do lixo. Percebi nesta pesquisa que os catadores consideram a forma de organização em cooperativa destinada àqueles que não têm condições de garantir a coleta e a separação de lixo em um grupo familiar. A cooperativa é um apoio de um grupo para a realização do trabalho, pois não é possível realizar essa tarefa de forma individual. Sabem que estão em meio a uma cadeia produtiva e batalham para continuarem com o controle de seu espaço de trabalho. A disputa dos agentes é pela coleta do lixo e não pelo trabalho seletivo já que este último está dado para os catadores.

Nestas batalhas ainda ficam nebulosas as questões relacionadas ao lugar de homem e de mulher que se apresenta na escolha de organização entre associação e cooperativas. A idéia de que cabe à mulher fazer a triagem do lixo e ao homem buscá-lo, afasta a possibilidade de organização dos trabalhadores associados em cooperativas. Eles resistem à idéia de administrar coletivamente o trabalho com o lixo porque esta lógica está em disputa com a lógica patriarcal de organização do grupo familiar. A análise até aqui realizada demonstra que as formas de organização em cooperativa têm relação com a função do lugar feminino de organizar e administrar o grupo familiar, enquanto as formas de organização associativa estão vinculadas à garantia do papel masculino de prover o sustento da família. Como contraponto, nota-se a partir das entrevistas que o número de trabalhadoras mulheres é significativo e sua função de extrema importância para a continuidade do trabalho.

Os catadores compreendem que no conceito de pobreza é negado seu reconhecimento de trabalhadores, seu significado diante dos outros, da condição histórica de homens e mulheres produtores de história na família e na sociedade,

seu lugar de status e prestígio. No conceito de pobreza, sua imagem é de passividade e de improdutividade, sendo responsabilizados por sua situação. O conceito de trabalhadores em situação de precariedade recupera o prestígio dos catadores denunciando suas revoltas diante das desigualdades vividas por seus familiares e seus antepassados. Essas revoltas estão presentes nas atitudes ressentidas diante de situações de impedimento e nas lutas que se organizam de diferentes maneiras, mas com um objetivo comum, garantir sua humanidade.

Na percepção do catador, o trabalho com o lixo garante a sua dignidade e renda familiar, seu valor para a família e para o meio ambiente e isto lhe coloca em disputa com outros setores da sociedade. Portanto, nesta pesquisa compreendi que a luta do catador vai além da garantia econômica, é também uma luta pelo seu valor histórico como pessoa para a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE MINHAS UTOPIAS

Este estudo fecha algumas questões e abre outras. Até o presente momento, vim organizando e sintetizando dados que produziram em mim algumas reflexões pessoais relacionadas ao meu aprendizado, minhas motivações e meus horizontes, que ultrapassam este estudo e que eu descortino. A primeira coisa que nos vem à mente, ao comparar o referencial teórico com o material coletado, é pensar no reconhecimento como um espelho. O olhar do outro nos permite conhecer a humanidade dentro de nós mesmos, estabelecendo relações de confiança e amor. A convivência nos permite perceber as diferenças e a socialização nos possibilita criar regras e construir um jeito de ser em que estas leis passam a fazer parte de nós, nomeando-nos cidadãos. Percebendo os limites destas regras em nosso corpo, podemos olhar o outro com seus limites e nos sentir valorizados pela possibilidade de fazer movimentos de ação em sua direção, inaugurando em nós a solidariedade e a auto-estima.

O problema é o que os espelhos têm suas histórias de invejas e impedimentos, como na estória infantil, quando a rainha não admitia reconhecer a beleza da princesa, considerada inferior por ela. Precisou impedi-la de estar em sociedade para que as coisas não mudassem de lugar. O delator desta mudança de lugares é o espelho mágico. O espelho são as representações construídas socialmente pelas quais construímos a nós mesmos e nossos lugares na sociedade, que refletem nossas imagens e desejos ou denúncia em que as mudanças acontecem independentemente de nossos desejos mais profundos, fazendo surgir os medos, as invejas, os ódios.

O que aconteceria se nós pudéssemos deixar de olhar apenas para os espelhos e olhássemos para as pessoas que crescem em nossa volta, mirando ao redor com olhos de curiosidade? Talvez nos abrissemos para uma vida que sempre esteve presente em nossa volta, que parecia parada ou invisível em nosso espelho. A vida é dinâmica, não pára, está sempre em movimento. Assim, a humanidade é vida também. Olhar para os espelhos nos coloca em luta com o que desejamos ver e o que vemos. Olhar para a vida nos sensibiliza, nos espanta, nos angustia, mas nos

traz de volta o encantamento natural provocado pela abertura da redoma que prende a novidade. A redoma é quebrada com a presença do outro que traz a vida de volta através de um carinho e do olhar de amor e ainda quebra o espelho da projeção e do egoísmo. Olhar somente para nossos espelhos provoca maus tratos, injustiças, violências os produtos do não reconhecimento do outro.

Desviar o olhar dos espelhos permite olhar-nos como seres humanos de outra maneira, questionar valores e, quem sabe, começar a trazer outros registros de mensagens e outros hábitos que possam superar ressentimentos e trazer de volta o amor, o respeito, a solidariedade e a auto-estima. Talvez seja uma utopia, ou muito mais do que isso, é uma declaração de amor à humanidade e àqueles que apesar de viverem em situação de precariedade, encontram dentro si forças para lutarem. A participação permite esta mágica de ver a vida se movimentar, quebrando espelhos e transformando nossas representações em ações de mudança, solidariedade e auto-estima.

A mágica desta pesquisa surgiu em mim no momento em que pude olhar ao redor e perceber a dinâmica da vida nas pessoas em situação de pobreza. Neste momento, quebrei os espelhos das representações, sem medo das invejas e das raivas que surgem de um espelho quebrado. Antes da realização dessa pesquisa, muitas reflexões aqui trazidas eram para mim um mar de idéias dispersas aprisionado em espelhos que refletiam de forma distorcida a realidade vivida. Imagem de um belo trabalho com uma realidade confusa, de encontros e desencontros cheios de afetos, desafetos e sofrimentos. Viver é uma situação limite para as pessoas que estão em situação de pobreza, bem como para os trabalhadores sociais que colocam seus esforços e sonhos em uma possibilidade de mudança dessa realidade.

O processo de análise das trajetórias dos catadores foi um momento de tirar os olhos dos espelhos que denunciam o fenômeno da pobreza sem mencionar a dinâmica viva de suas histórias. Participar com as pessoas e mergulhar em suas histórias, sem pensar em mudá-las, possibilitou que eu conhecesse seus sentidos de vida diante da precariedade de ser homem, mulher, criança e trabalhador.

Desta maneira, percebi neste trabalho de pesquisa que nossa história pessoal e social muda, se transforma neste encontro com o outro. Compreendi que essa importância mútua de relação entre um e outro é fundamental para que possamos diminuir as desigualdades. As transformações sociais dependem de um processo de

mudanças mútuas nas relações de respeito e de reconhecimento da história de cada grupo social.

Ao responder minha questão de pesquisa, muitas outras podem surgir como essa que descortino ao leitor, porque estamos nos abrindo para vidas com histórias de batalhas e resistências. Então, meus agradecimentos para:

“[...] aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro, e que apesar dos pesares ainda se orgulha de ser brasileiro, aquele que sai da batalha, entra no botequim pega uma ceva gelada e agita na mesa logo uma batucada, aquele que manda pagode e sacode a poeira suada da luta e faz a brincadeira, pois o resto é besteira” (Gonzaguinha)

REFERÊNCIAS

- ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs). *Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.
- ASCARPOA & UNESCO. Projeto de plantação de matas nativas no arquipélago. Porto Alegre, 3 out 2007.
- ASCARPOA. Associação Profissional dos Carroceiros de Porto Alegre e Grande Porto Alegre. **Informativo**. Porto Alegre. out. 2006a.
- ASCARPOA. Associação Profissional dos Carroceiros de Porto Alegre e Grande Porto Alegre. **Informativo**. Porto Alegre. nov/dez. 2006b.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECKER, Howard. *Segredos e truques da pesquisa*. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BIAZUS, Jaime. Arquipélago do Jacuí. Artigo disponibilizado pelas lideranças da Ilha Grande dos Marinheiros. Porto Alegre, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007a.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.
- BRASIL. LEI Nº 11.709, de 19 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/salariominimo_2008.htm> Acessado em 31 jul 2009.
- BRUYNE, Paul. *Dinâmicas da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. 5 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CÂMARA adia votação sobre fim das carroças. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 54, 13 jun 2008a.
- CÂMARA aprova fim das carroças. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 34, 17 jun 2008b.
- CÂMARA aprova o fim das carroças. **Diário Gaúcho**. Porto Alegre, p. 3, 17 jun 2008a.
- CÂMARA discute o fim das carroças. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 40, 10 jun 2008c.
- CAPITAL tem projeto para carroceiros. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 44, 16 mai 2008d.

CARROÇAS saem das ruas em 8 anos. **Correio do Povo**. Porto Alegre, capa 17 jun 2008.

CASTRO, Cláudio; NEVES, Magda. *Trajetórias de deslocamentos: experiências e narrativas de moradores da "Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga*. 30º Encontro Anual da ANPOCS. MG: Caxambu, 2006.

CONCEPA. A ponte do Guaíba. Disponível em: <<http://www.concepa.com.br>.> Acessado em 10 jul 2007.

COSTA, Fernando. *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.

DANANI, Claudia. El alfiler en la silla: sentidos, proyectos y alternativas en el debate de las políticas sociales y de la Economía Social. In: Danani, Claudia (org.). *Política Social y Economía Social: debates fundamentales*. Buenos Aires: UNGS/OSDE/Editorial Altamira, 2004.

DIAS, Sônia. *Explorando a cidade como lugar da Experimentação: Catadores e Participação*. 30º Encontro Anual da ANPOCS. MG: Caxambu, 2006.

DOIMO, Ana. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro:Relume; Dumará: ANPOCS, 1995.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. SP: EDUSP, 1992.

DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica contemporânea*. RJ: Rocco, 1985.

FERRAND, Michele. Para uma leitura simultânea do qualitativo e do quantitativo: o exemplo de "contar sua vida". Tradução de Regina Martins da Matta. Salvador: **Caderno CRH**, nº 30/ 31, p. 339-361, 1999.

FIM das carroças entra em votação. **Diário Gaúcho**. Porto Alegre, p. 3, 12 jun 2008b.

FIM das carroças estará em votação hoje. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 46, 12 jun 2008e.

FONSECA, Claudia. A mulher valente: Gêneros e narrativas. In: Horizontes Antropológicos: Gênero. FONSECA, Claudia; BRITO Maria N. (Orgs). **Revista temática semestral**, n.1. Porto Alegre, 1995.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia, (Orgs). *Teoria Crítica do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

FURTADO, Jorge. Ilha das Flores. 1989. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?q=Ilha+das+flores&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>> Acessado em 22 jun 2009.

GAIGER, Luiz. A Economia Solidária Diante das Desigualdades. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERG, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Nunes. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONCALVES FILHO, José M. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Psicol. USP**. São Paulo, v. 9, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jul 2008.

GONZATTO, Marcelo. Uma experiência que tirou carroças da rua. **Zero Hora**. p. 32. Porto Alegre, 14 mai, 2008a.

GONZATTO, Marcelo. O Duelo Carroças x Carros. **Zero Hora**. p. 28. Porto Alegre, 13 mai 2008b.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Tradução de: Laís Teles Benoif. São Paulo: Centauro. 2004.

HAROCHE, Claudine. Elementos para uma política do Ressentimento: Laços Emocionais e Processos Políticos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs). *Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Menezes. Apresentação de Herique Vaz. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HIRY-CHERQUES, Hermano R. *Pierre Bourdieu: a teoria na prática*. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jul 2008.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs). *Teoria Crítica do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

KONSTAN, David. História de uma Emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs). *Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

LEI Orgânica da Assistência Social – LOAS. In: *Coletâneas de Leis: revista e ampliada*. Porto Alegre: CRESS, 2005.

LEITE, Marçal. Lixo Gaúcho para Limpar o Planeta. **Zero Hora**. p. 24. Porto Alegre, 8 jun 2008.

MARTINS, José. *A Sociedade Vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MELO, Sebastião. *Projeto de Lei*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre. Fevereiro, 2005.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo soc.** São Paulo, v. 15, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jul 2008.

MICHAELES. *Dicionário escolar língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

MNCR- Ciclo da Cadeia produtiva de reciclagem. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/ciclo-da-cadeia-produtiva-de-reciclagem/> Acesso em 17 dez 2008.

MNCR - Movimento nacional dos Catadores de materiais Recicláveis. 235 Anos de Porto Alegre: O significado de uma cidade para quem representa a maioria. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias_integra.aspx?noticia=218> Acesso em 20 ago 2007.

MNCR. Movimento nacional dos Catadores de materiais Recicláveis. Porto Alegre é com carroça organizada. Panfleto. Abr 2008.

MURARO, Rose M. *A Mulher na construção do mundo futuro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1967.

NERI, Marcelo. *Miséria, desigualdade e políticas de renda: o real do Lula*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. Tradução de Antônio Carlos Braga. 2 ed. São Paulo: Escala, 2007.

NOGUEIRA, Cláudio; NOGUEIRA, Maria A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educ. Soc.** Campinas, v. 23, n. 78, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jul 2008.

POLÍCIA entrega a justiça inquérito sobre irregularidades em licitação do lixo na capital. **O Sul**. p. 8. Porto Alegre, 1º jun 2008.

OBSERVAPOA. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p.sistema=S&p_rop=1> Acesso em 22 jan 2009.

POCHMANN, Ricardo A. (org.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

POMMIER, Gerard. *Freud Apolítico?* Tradução de: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. Tradução de Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

ROCHA, Lia. Proximidades e Afastamentos Possíveis: líderes comunitários falam sobre associação de moradores e tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro. UPERJ/UCAM. 30º Encontro anual da ANPOCS, 2006.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata?*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SALECI, Renata. *Sobre a Felicidade: ansiedade e consumo na era do hipercapitalismo*. São Paulo: Alameda, 2005.

SANT'ANA anda de Carroça. **Diário Gaúcho**. Porto Alegre, 13 mai 2008c.

SANT'ANA, Paulo. Carroças na França. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 63, 15 mai 2008a.

SANT'ANA, Paulo. Carroceiro Odiado. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 55, 13 mai 2008b.

SANT'ANA, Paulo. Colapso no Trânsito. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 55, 14 mai 2008c.

SANTOS, Aline. *Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Rio dos Sinos, 2004.

SANTOS, Boaventura S. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº54. Jun 1999.

SARTI, Cynthia. *A Família Como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHUCH, Luiz. Empaca votação sobre as carroças. **Correio do Povo**. p. 21. Porto Alegre, 13 jun 2008a.

SCHUCH, Luiz. Porto Alegre ficará sem carroças dentro de 8 anos. **Correio do Povo**. p. 7, Porto Alegre, 17 jun 2008b.

SCHUCH, Luiz. Projeto de reciclagem em busca de conscientização. **Correio do Povo**. p. 20, Porto Alegre, 12 jun 2008c.

SILVA, Alex. *A econômica solidária e a qualificação social dos trabalhadores empobrecidos*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Rio dos Sinos, 2007.

SILVA, Rosimeire. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Interthesis**. v.3 n 2, Florianópolis, jul / dez 2006.

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"? Lua Nova. São Paulo, n. 59, 2003a. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jul 2008.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003b.

SOUZA, Jessé. Pierre Bourdieu, pensador da periferia. In Souza, Jessé; Mattos, Patricia (orgs). *Teoria crítica do Século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

SOUZA, José. *Possibilidades e Limites da Associação na Estruturação de Unidades Locais de Reciclagem: O caso da associação NORA – Novo Osasco reciclando atitudes – dos trabalhadores com materiais recicláveis*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Rio dos Sinos, 2005.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.

TAYLOR, Charles. *As fontes do Self: A construção da identidade moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 1994.

TAYLOR, Charles. O que é agência humana? In SOUZA, Jessé; Mattos, Patricia (Orgs). *Teoria Crítica do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007

TIBURI, Márcia. *Lembrar é Essencial*. Disponível em:
<www.marciatiburi.com.br/quadro_lebrar.htm> Acesso em 10 de julho de 2007.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERONESE, Marília; GUARESCHI, Pedrinho. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. **Revista - Psicologia e Sociedade**, 2005.

YIN, Robert. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2004.

ZANIN, M.; SILVA, L. F. S.; CORREA, T. S. Identificação das condições de comercialização na cadeia da reciclagem de resíduos como subsídios para gestão de cooperativas. Disponível em:
<<http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSCAR/CA9013%20-%20Luiz%20Fernando%20da%20Silva.doc>> Acesso em 17 dez 2008.

ZAWADZKI, Paul. O Ressentimento e a Igualdade: Contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia

(Orgs). *Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*.
Campinas: Unicamp, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro da Entrevista

ANEXO B – Ciclo da Cadeia Produtiva de Reciclagem

Anexo A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

A entrevista foi realizada em visita ao domicílio ou ao ambiente de trabalho previamente agendada.

Como é seu nome?

Sua idade?

Quantos filhos tem?

Qual a sua religião?

Conte-me um pouco de sua vida?

Durante uma conversa dirigida eram realizadas as seguintes perguntas:

Como começou a trabalhar com o lixo?

Tens companheiro ou companheira?

Como foi sua infância?

Morou sempre em Porto Alegre?

A relação com os pais?

Até que serie estudou?

Como foi na escola?

Como foi sair da casa dos pais?

Como é a relação com o companheiro ou companheira?

E com os filhos?

Como é o trabalho com o lixo?

Como recebem?

Como se organizam?

Previamente eu sabia se estavam associados ou cooperativados então realizava a pergunta

Como foi que decidiu se associar ou ser cooperativado e porque?

Se não era associado ou cooperativado eu realizava a pergunta

Porque não quis se associar ou entrar para uma cooperativa?

Qual a sua opinião sobre a pobreza?

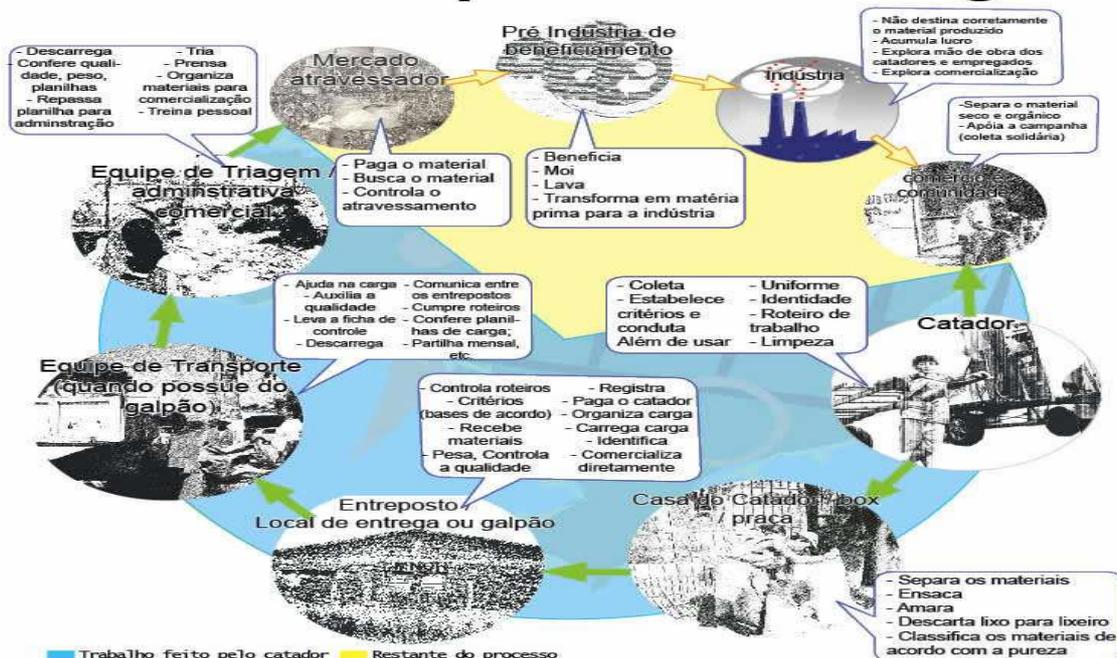
O que pensa que é ser pobre?

E sobre estar em situação de pobreza?

A entrevista continuava por mais um tempo e então me despedia. Se a entrevista não era gravada eu lia ao final para ver se a escrita correspondia ao que o entrevistado quis expressar.

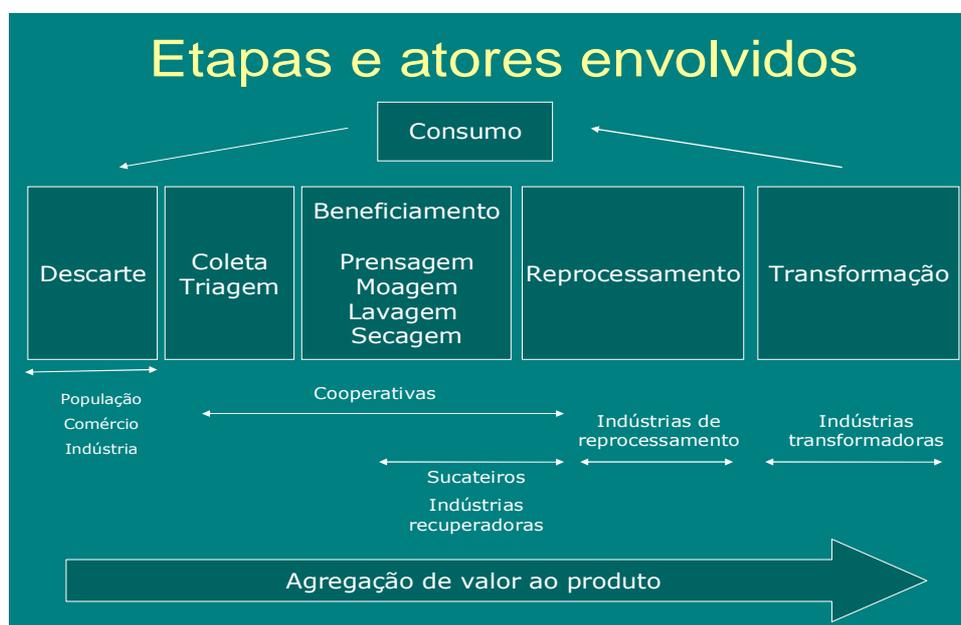
Anexo B

Ciclo da cadeia produtiva de reciclagem



Fonte: MNCR <http://www.mnccr.org.br/imagens/ciclodacadeia2.jpg>.

Etapas e atores envolvidos



A profissão Catador de material Reciclável existe desde meados de 1950. O catador sempre foi como um sujeito excluído socialmente. Contudo, nós catadores sempre prestamos um serviço à sociedade, mesmo sem dela receber o reconhecimento, nem do poder público receber o pagamento devido por tal trabalho (MNCR, acesso: 17/12/2008, p.1).